



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA E PRÁTICAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: DISCURSO E SOCIEDADE

KAMILA NOGUEIRA PEIXOTO

**O DISCURSO SOBRE A FELICIDADE COMO PRÁTICA DE
BIOPOLÍTICA EM CAPAS E MATÉRIAS DE REVISTAS
DIGITAIS E IMPRESSAS**

João Pessoa

2018

KAMILA NOGUEIRA PEIXOTO

**O DISCURSO SOBRE A FELICIDADE COMO PRÁTICA DE
BIOPOLÍTICA EM CAPAS E MATÉRIAS DE REVISTAS
DIGITAIS E IMPRESSAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre na área de concentração em Linguística e Práticas Sociais, sob a orientação da Prof^aDra. Maria Regina Baracuhy Leite.

Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais

Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P379d Peixoto, Kamila Nogueira.

O discurso sobre a felicidade como prática de biopolítica em capas e matérias de revistas digitais e impressas / Kamila Nogueira Peixoto. - João Pessoa, 2018.

137 f. : il.

Orientação: Maria Regina Baracuhy Leite.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Análise do Discurso. 2. Biopolítica. 3. Discurso da felicidade. 4. Revistas - capas e matérias. I. Leite, Maria Regina Baracuhy. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-5(043)

KAMILA NOGUEIRA PEIXOTO

**O DISCURSO DA FELICIDADE COMO PRÁTICA DE BIOPOLÍTICA EM
CAPAS E MATÉRIAS DE REVISTAS DIGITAIS E IMPRESSAS**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite (PROLING/UFPB) - Orientadora

Presidente

Profa. Dra. Tânia Maria Augusto Pereira (PPGFP / UEPB)

Examinador Externo

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (PROLING / UFPB)

Examinador Interno

Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva (PPGL / UERN)

Suplente

Profa. Dra. Oriana de Nadai Fulaneti (PROLING/UFPB)

Suplente

Aprovada em ____ de setembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho, ajudando não só em sugestões e ideias, mas também no que concerne à questão emocional. Especialmente:

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui, me dar força, tranquilidade e conforto nos momentos mais difíceis, por estar sempre comigo me ajudando a superar as dificuldades da vida e me mostrar o lado positivo dos meus principais desafios.

A Sergio, por ter me estimulado com eficiência a vislumbrar esse sonho como algo a ser realizado “para ontem”, me perguntando todos os dias se eu tinha estudado, o que pretendia, o que faltava e, assim, me ajudou a estudar com mais compromisso para a seleção e a sentir uma das maiores alegrias da minha vida ao ver o resultado de todo o esforço investido nessa etapa. Obrigada por fazer parte da minha vida e por contribuir tão positivamente, não só nas preliminares deste trabalho, mas nas alegrias vividas e lembranças criadas que jamais serão esquecidas.

À Cynthia, que sempre esteve disposta a me ajudar, seja com questões concernentes à execução deste trabalho, seja com a calma que me passou nos momentos em que eu perdi o foco. Muito obrigada pela troca de conhecimentos, pelas conversas informais, pela sua paciência comigo e pela indispensável amizade que construímos desde a graduação em Letras.

Aos amigos do grupo CIDADI, que são sempre generosos, leais e companheiros. Obrigada pela troca de conhecimentos, por terem me acolhido tão bem quando eu ainda fazia parte da ala “baby” da equipe, pelas feliCIDADEs compartilhadas, pelas gargalhadas sem propósito e por tornar leve esse percurso tão importante da minha vida. Sem dúvida, este é o melhor grupo que existe! Amo vocês!

À Cecília Noronha, por me dar várias dicas de como eu poderia desenvolver este trabalho, por emprestar textos, por emprestar, muitas vezes, os ouvidos para eu contar sobre minhas inseguranças e dificuldades, mesmo as que não eram de ordem acadêmica. Obrigada por me ouvir, me dar conselhos e por me passar um pouco da sua experiência como exemplo.

“O olhar não sobrevoa um campo: ele bate em um ponto, que tem o privilégio de ser o ponto central ou decisivo [...]; o olhar vai direto: ele escolhe, e a linha contínua que ele traça opera, em um instante, a divisão do essencial; ele vai além do que vê; as formas imediatas do sensível não o enganam; pois ele sabe atravessá-las; ele é desmistificador por essência. Se ele bate em sua retidão violenta, é para romper, é para sublevar, é para descolar a aparência. Ele não se embaraça com todos os abusos da linguagem. O olhar é mudo como um dedo apontado, e denuncia”.

(Michel Foucault)

RESUMO

Ao longo de toda a história do pensamento, houve luta ou disputa pela identificação das condições de uma vida feliz. Mas nem todas as épocas colocaram a felicidade como meta a ser atingida (KARNAL, 2016, p.9). Hoje, a busca incessante por ela tornou-se uma imposição. Diante disso, o **objetivo geral** deste trabalho é analisar o discurso sobre a felicidade como estratégia de biopolítica em capas e matérias de revistas digitais e impressas. Utilizam-se, para isso, os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos discursivos foucaultianos, mais especificamente no que concerne à genealogia do poder, trazendo a possibilidade de analisar as relações entre os discursos, os sujeitos, a História e os poderes na sociedade. Metodologicamente, a pesquisa em destaque é de natureza qualitativa, descritiva e explicativa. Para a análise do *corpus*, utilizaremos o método arquegenealógico de Foucault, que nos possibilita recorrer à história para explicar, neste trabalho, as condições de emergência do imperativo da felicidade na mídia, a interdição da tristeza e as transformações na promoção de novas formas de subjetividade ancoradas em regimes de verdade, os quais embasam e estimulam a busca incessante pela felicidade atualmente. O *corpus* é composto por sete capas de revistas (digitais e impressas) e suas matérias, com a regularidade da temática da felicidade, em um recorte temporal que vai desde 2010 até 2018. Como resultados, podemos dizer que a necessidade do sujeito, posta como base de sustentação social, adquire dois aspectos: o **econômico**, pois ele tem uma série de condições a cumprir para conseguir alcançar uma felicidade sempre parcial e relativa que justifique a busca contínua e faça girar o capital; e o **psicológico**, que expressa os desejos, as carências e necessidades dele, ou seja, tudo aquilo que lhe falta, que lhe escapa, mas é passado pelos meios midiáticos com algo palpável, satisfatório, alcançável e permanente; uma escolha de cada um. Dessa forma, através de estratégias biopolíticas, a mídia impõe sutilmente a felicidade, sob a forma de desejo, fazendo com que o sujeito busque incessantemente isso que está fora, alhures, desejando uma realidade distante, tendo em vista que a completude não existe.

Palavras-Chave: Análise do Discurso. Biopolítica. Discurso de Felicidade. Controle. Capas e matérias de revista.

ABSTRACT

Throughout the history of thought, there was struggle and dispute about the conditions for having a happy life. However, not all of the periods have put the happiness as a goal to be achieved (KARNAL, 2016, p. 9). Nowadays, the continuous search for a happy way of life has become an obligation. In view of the above, the general purpose of this work is to analyse the discourse of happiness used as biopolitical strategy in covers of printed and digital magazines. We will use the theoretical and methodological premise from Discourse Analysis, with quotes from Michel Foucault about genealogy of power, bringing the possibility of analyzing relations between the discourses, the subjects, history and powers in society. In a methodological way, this research is qualitative, descriptive and explanatory. For the analysis of the corpus, we will use Foucault's genealogical method, which allows us to use history to explain, here, how the media is imposing happiness, the interdiction of sadness and the transformations in the promotion of new forms of subjectivity anchored in regimes of truth, which underpin and stimulate the incessant search for happiness today. The *corpus* is made of seven magazine covers with editions from 2012 to 2018 (digital and printed) and its subjects, always with the theme of happiness. As results, we can say that the need, of social support, acquires two aspects: the economic one, because the subject has a series of conditions to be fulfilled to achieve a happiness always partial and relative that justifies the continuous search and turns the capital; and the psychological, which expresses the desires and needs of the subject, that is to say, everything that is missing, which escapes him, but is passed through the media with something palpable, satisfactory, achievable and permanent; a choice of each. Thus, through biopolitical strategies, the media imposes subtly, in the form of desire, causing the subject to see incessantly what is outside, wishing a distant reality.

Keywords: Discourse Analysis. Biopolitics. Discourse of happiness. Control. Covers and Magazine issue

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Revista Ativia, 2014.....	10
FIGURA 2: Revista Superinteressante, 2017.....	57
FIGURA 3: Revista Superinteressante, 2017.....	60
FIGURA 4: Revista Superinteressante, 2017.....	61
FIGURA 5: Revista Superinteressante, 2017.....	62
FIGURA 6: Revista Superinteressante, 2017.....	63
FIGURA 7: Revista Superinteressante, 2017.....	64
FIGURA 8: Revista Superinteressante, 2017.....	65
FIGURA 9: Revista Superinteressante, 2017.....	67
FIGURA 10: Revista Superinteressante, 2017.....	68
FIGURA 11: Revista Superinteressante, 2017.....	68
FIGURA 12: Revista Superinteressante, 2017.....	70
FIGURA 13: Revista Galileu, 2008.....	75
FIGURA 14: RevistaAtivia, 2014.....	79
FIGURA 15: RevistaAtivia, 2014.....	82
FIGURA 16: RevistaAtivia, 2014.....	83
FIGURA 17: RevistaAtivia, 2014.....	84
FIGURA 18: RevistaAtivia, 2014.....	85
FIGURA 19: Revista Melhor: gestão de pessoas, 2015.....	86
FIGURA 20: Revista Melhor: gestão de pessoas, 2015.....	87
FIGURA 21: Revista Melhor: gestão de pessoas, 2015.....	88
FIGURA 22: Revista Melhor: gestão de pessoas, 2015.....	88
FIGURA 23: Revista Melhor: gestão de pessoas, 2015.....	89
FIGURA 24: Revista Melhor: gestão de pessoas, 2015.....	90
FIGURA 25: Selfie da briga, 2016.....	93
FIGURA 26: Sorrindo no enterro do marido, 2015.....	93
FIGURA 27: Sorrindo no incêndio, 2014.....	94

FIGURA 28: Revista Veja, 2018.....	101
FIGURA 29: Revista Veja, 2018.....	102
FIGURA 30: Revista Veja, 2018.....	103
FIGURA 31: Revista Veja, 2018.....	105
FIGURA 32: Revista SuperInteressante; Revista Galileu.....	107
FIGURA 33: Revista Época, 2014.....	110
FIGURA 34: Revista Época, 2014.....	112
FIGURA 35: Revista Galileu online.....	115
FIGURA 36: Depressão X Tristeza.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ANÁLISE DO DISCURSO: UM PANORAMA DO CAMPO TEÓRICO.....	21
1.1 A (des) construção teórica da AD.....	21
1.2 Foucault na Análise do Discurso	30
1.3 Foucault e as relações de poder	33
1.4 O nó em uma rede: a noção de enunciado.....	37
2. DO “FAZER MORRER AO FAZER VIVER”: AS MOVÊNCIAS DAS OPERACIONALIZAÇÕES DO PODER EM MICHEL FOUCAULT.....	42
2.1 Da soberania à biopolítica.....	42
2.2 Biopolítica: uma técnica de gestão da vida no século XVIII	47
2.3 O bios como objeto de saber: uma tecnologia que produz subjetividades	50
2.4 A gestão populacional em Michel Foucault: governamentalidade.....	53
2.5 A biopolítica e a felicidade.....	72
3. MUITAS FELICIDADES: UMA VONTADE DE VERDADE SOBRE OS REGIMES DO BEM-ESTAR	96
3.1 Felicidade obrigatória: o imperativo da felicidade na contemporaneidade	96
3.2 Viva mais e melhor: a felicidade como inspiração à longevidade produtiva	108
3.3 Felicidade e saúde: a aquisição de um bem-estar infinito	115
4. UMA LICENÇA PARA FALAR DE TRISTEZA.....	119
4.1 “Bye bye, tristeza, não precisa voltar”: a interdição e negação de uma subjetividade.....	119
4.2 Tristeza X Depressão.....	122
4.3 A medicalização da tristeza no século XX e a banalização do uso de antidepressivos	123
4.4 Sociedade de consumo: uma desconsideração medrosa do valor da tristeza	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

Figura 1: Revista Ativia, 2014



Disponível em: <http://www.ativia.com.br/revista/view/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Esta ilustração é uma capa da revista **Ativia**, datada de 2014. Ela representa uma empresa que oferece planos de saúde individuais, familiares e empresariais para as regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A instituição conta com sócios cooperados, entre médicos, psicólogos, fisioterapeutas e outros profissionais da área da saúde. A circulação da revista é trimestral e os seus exemplares são distribuídos gratuitamente¹. A imagem ilustra um exemplo representacional de uma rede de enunciados que incitam à felicidade e interditam de alguma forma a tristeza, o mau humor, o desânimo, o pessimismo e a irritabilidade, estados indicativos da depressão, segundo Maura Albanesi². Esses enunciados mostram uma vontade de verdade

¹ Informações contidas no site da revista: <http://www.ativia.com.br/ativia/view/>.

² Psicóloga e escritora de São Paulo que trabalha com o comportamento humano e a qualidade de vida.

sobre o “ser feliz”. Foucault (2012) apresenta alguns procedimentos de controle dos discursos, os quais controlam tanto a produção quanto a circulação destes em uma dada sociedade. A vontade de verdade diz respeito aos discursos que são acolhidos como sendo verdadeiros em cada sociedade e em cada época.

Os especialistas dessa cooperativa escrevem sobre diversos temas sob o ponto de vista da saúde. No caso em destaque, escreveram sobre “os riscos de se levar uma vida pessimista”, conduzindo a discussão por meio de regimes de verdade, embasando de forma credibilizada o bem-estar como algo indispensável à saúde.

Sobre esses regimes de verdade, Foucault (2012, p. 52) articula que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade [...]”. Esse trecho diz respeito ao caráter histórico da verdade, indicando que em toda a sociedade há discursos, cujos saberes legitimam, dão crédito aos enunciados e regulam as práticas dos sujeitos. Os saberes acolhidos pela sociedade dizem o que é saudável ou não, o que é de bom gosto vestir ou não, o padrão de beleza, o estilo de vida, ou seja, dirigem a população a determinadas ações. Vale salientar que esses discursos não são isentos de interesses econômicos e políticos, pois estes últimos são os propulsores dos paradigmas a serem empregados e seguidos socialmente.

Podemos pensar que as práticas discursivas expressam características culturalmente indicadas para a construção de um determinado tipo de sujeito, o que nos remete a práticas divisoras. A partir deste conceito, Foucault (2004) analisa que as práticas do sujeito consigo mesmo acontecem por meio dos discursos realizados pela ciência, pelas instituições (dentre as quais a mídia está inserida), entre outras, e os produzidos pelo próprio sujeito a partir da norma, o que o autor chama de moral. Assim, o que é classificado como verdade pode assumir a forma de Ciência ou de enunciados que são propagados pelas instituições, a fim de que as estratégias de controle sejam exercidas, produzindo cisões na sociedade, como, por exemplo, “a separação entre o sujeito louco, ou o enfermo e o sujeito saudável, o criminoso e o indivíduo bom” (CASTRO, 2009, P. 408), bem como podemos acrescentar a oposição entre o indivíduo feliz e o triste.

A felicidade hoje é desejada; anunciada em vários meios; buscada compulsivamente; imposta pela mídia, realidade demasiadamente distinta do que era recomendado no início do século XX, no Brasil. Segundo Sant’Anna (2010, p.182), naquele período:

o sentimento de “estar à vontade” careceu dos charmes atuais. Tendia a ser, muito mais, o atestado de alguma excentricidade, quando não de doença. Semblantes sisudos ou tristonhos teimavam em parecer atraentes aos olhos das jovens em busca de casamento. Uma postura física descontraída ainda não possuía a aura sedutora hoje em voga, podendo ser considerada deboche ou interpretada como sinal de exagerada rusticidade.

Hoje, verificamos uma vasta gama de propagandas que influenciam a compra de produtos e prometem a felicidade aos consumidores, como “**Pão de Açúcar**, lugar de gente feliz”, “GVT, a escolha feliz”, “dinheiro não compra felicidade, mas compra sorvete que é quase a mesma coisa³”, “SBT, a TV mais feliz do Brasil”, “Magazine Luiza: vem ser feliz”, slogans comuns entre empresas que concorrem para obter a atenção e a fidelidade dos clientes através do consumo; vemos a produção cada vez maior de livros que contam “o segredo da felicidade” aos leitores; apreciamos a felicidade estampada em milhares de catálogos de autoajuda, como *A felicidade construída* (Paul Dolan), *A felicidade é uma escolha* (Meire Campezzi), *A felicidade da busca* (Chris Guillebeau), *projeto felicidade* (Gretchen Rubin), entre outros. Esse segmento de leitura a cada ano cresce em nosso país, de 5% a 10% ao ano, entre 1996 e 2006, de acordo com a Câmara Brasileira do Livro.

Segundo Freire Filho (2010), para a avaliação do progresso, surgiu o projeto da Felicidade Interna Bruta (FIB), coordenado por Susan Andrews, e composto por nove elementos que podem medir a felicidade da população, que são: 1. Padrão de vida; 2. Educação; 3. Governança; 4. Saúde; 5. Vitalidade; 6. Meio ambiente; 7. Cultura; 8. Uso do tempo; 9. Bem-estar psicológico, tendo em vista que a riqueza material não era suficiente para isto, segundo os idealizadores dessa nova forma de se medir o bem-estar social. “Alguns dos fatores que fazem a vida valer a pena não estão à venda nem podem ser contabilizados com instrumentos monetários”, disse o economista norte-americano Joseph Stiglitz⁴. Além do que já foi dito, ainda podemos mencionar que há uma quantidade considerável de grandes empresas que estão investindo no lazer dos seus funcionários com o intuito de que haja uma melhor disposição ao trabalho, pois “funcionário bom, é funcionário feliz⁵”. Enfim, enunciados que tematizam a necessidade de ser feliz circulam em todo lugar.

³ Slogan da empresa KIBON.

⁴ Ganhador do Prêmio Nobel de 2001 e integrante do grupo de estudos sobre o desenvolvimento organizado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy.

⁵ Foco na felicidade no trabalho: <http://www.revistamelhor.com.br/felicidade-no-trabalho/>

Na contramão desses estímulos atuais em prol do bem-estar, Sant’Anna (2010, p 182) articula que “até a década de 1920, as palavras **felicidade** e **alegria** eram raras na propaganda impressa. [...] A lista de males era sempre maior do que a apresentação de seus supostos resultados positivos”. Diante disso, podemos notar que nem sempre a felicidade foi o alvo da busca incessante, nem sempre foi uma meta a ser atingida, mas a partir de 1945, a ONU definiu que saúde era também a aquisição de um bem-estar infinito, segundo a autora supracitada, e hoje a busca incessante por ela tornou-se uma imposição.

No seio cultural contemporâneo, presenciamos importantes agentes de reforço e visibilidade para uma imposição social evidente: ser feliz. Há um imperativo da mídia para que todos os indivíduos sejam felizes, no entanto, percebe-se que os processos que permeiam as inúmeras maneiras de se conquistar essa felicidade estão intimamente relacionados ao consumo. Por outro lado, vê-se que há um repúdio à tristeza, embora esta seja um estado de espírito que também faz parte da constituição do ser humano.

Nessa conjuntura, o **problema** sobre o qual nos inclinamos é: Por que a felicidade tornou-se uma imposição em nossa sociedade contemporânea e não em outras épocas? Quais foram as condições de produção e de emergência desse imperativo?

Diante da problemática exposta, elencamos como **objetivo geral** da nossa pesquisa, analisar o discurso da felicidade como estratégia de biopolítica em capas e matérias de revistas digitais e impressas. Sobre os **objetivos específicos**, pretendemos: a) discutir como se manifesta o conjunto de procedimentos de controle utilizado nas revistas, ou seja, apresentar como é delineado o imperativo da felicidade nesse espaço; b) investigar o imperativo da felicidade como vontade de verdade para explicar a emergência desta imposição feita à sociedade contemporânea; c) verificar por que ocorre a interdição da tristeza como subjetividade presente no cotidiano para compreender os efeitos de saber/poder relacionados à ditadura da felicidade.

A **justificativa** do nosso trabalho gira em torno da pergunta de Foucault (2009a): “quem somos nós?”. Ele faz esse questionamento tentando compreender como os discursos e os poderes nos atravessam e fazem com que nós, historicamente, tenhamos nos constituído no que somos hoje, pois na medida em que podemos entender o social, podemos agir para que as coisas sejam diferentes. Não se trata, pois, de irmos em busca de nossa essência perdida, nem de explicar o presente por uma ideia de totalidade. Mas de restituir a nosso presente, “a nosso solo silencioso e ingenuamente imóvel [...] suas rupturas, sua instabilidade, suas falhas; e é ele que se inquieta novamente sob nossos passos” (FOUCAULT, 1999, p. 22).

Esse questionamento fulcral de Foucault está intimamente ligado à questão do diagnóstico que, para ele, “é construído a partir de alguns pontos que o olhar designou e a partir dos quais se desdobra o mapa da atualidade” (ARTIÈRES, 2004, p. 30). O diagnóstico descrito está também relacionado ao papel do intelectual, que é muito presente nas obras de Foucault, e também às questões da filosofia, como bem articula o autor:

[...] a filosofia tem por marca diagnosticar e não procura mais dizer uma verdade que possa valer para todos e por todas as épocas. Eu procuro diagnosticar, realizar um diagnóstico do presente: dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que nós somos (FOUCAULT, 2001, p. 606, apud JAQUET, 2013, p. 15).

Como podemos ver, o papel da filosofia não é colocar à mostra determinadas verdades obscuras, mas situar num campo de visão algo que já estava visível, ou seja “fazer aparecer o que está tão perto, o que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que exatamente por isso não o percebemos. [...] fazer ver o que vemos” (FOUCAULT, 2001, apud ARTIÈRES, 2004, p. 15).

Apresentados os objetivos, explanaremos, então, a **metodologia** empregada para alcançá-los. Este trabalho é de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa, pois, segundo Moresi (2003, p. 9), “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Sobre a investigação explicativa, o autor esclarece que esta “tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, a esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno” (MORESI, 2003, p. 9). Para desenvolver este estudo, adotamos como fundamentação os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos discursivos foucaultianos e suas ressonâncias no Brasil.

Os avanços tecnológicos, a revolução áudio-visual, devido ao grande crescimento da mídia que instalava a explosão de imagens, imprimiram uma reconfiguração do objeto de análise da AD, que antes se propunha a analisar apenas o discurso político, e depois se fez necessário “incorporar à análise a língua de vento da mídia, o discurso ordinário, as novas materialidades do mundo pós-moderno que se concretizavam nos discursos” (GREGOLIN, 2006, p. 154). Nesse sentido,

a Análise do Discurso, desenvolvida atualmente no Brasil, comporta em seu escopo teórico, a possibilidade de incorporar a suas análises outras linguagens que suportem discursos imbricados em práticas não verbais. São análises que procuram dar conta da produção de sentido em torno das diferentes representações inscritas na ordem da língua e da história, que irrompem no suporte midiático contemporâneo, constituídas por discursos, imagens e práticas (SILVA, 2014, p. 14).

Essas formulações posteriores que integram os elementos de uma semiologia histórica são muito importantes à nossa pesquisa, pois elas permitem que o nosso *corpus* seja objeto de análise dentro do escopo da AD, visto que analisamos não só a materialidade linguística, mas também a imagética, presente nas capas das revistas que têm como tema principal a felicidade, pois segundo Ferreira (2007, p. 180), “a AD não se detém exclusivamente na linguagem verbal (nas questões da escrita e da oralidade). A imagem, de modo geral, ganha cada vez mais espaço entre os analistas de discurso”. Isso acontece devido à grande explosão de textos que realçam a materialidade não-verbal em nossa sociedade midiática. Daí a necessidade de a AD convocar teorias semiológicas para a análise dos textos sincréticos (verbais e não verbais) que caracterizam nossa contemporaneidade.

Foucault nos dá base para as análises semiológicas com o conceito de enunciado que, para ele, é diferente de frase, proposição e ato de fala porque está no nível do discurso e não no mesmo nível de existência da língua. Não é, dessa forma, submetido a uma estrutura linguística canônica, pois

Encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras (FOUCAULT, 2013, p. 101).

Diante da exposição dos objetivos e dos pressupostos da pesquisa, e antes da especificação do *corpus*, é oportuno apontar a **motivação** que nos levou à pesquisa desse tema: por que investigar o discurso da felicidade enquanto prática de biopolítica? A escolha se define por uma configuração de método, mas também por uma importante questão foucaultiana que me inquieta (2013, p.52): “por que esta enumeração e não outra?” A escolha do discurso da felicidade como objeto de pesquisa ocorre em detrimento de uma realidade sócio-histórica atual, tendo em vista que essa temática tem estado na ordem do dia. Em vários lugares, em diferentes suportes midiáticos, em propagandas de diversas empresas e nas redes sociais, vemos a

manifestação desse fenômeno estampando algo que parece tão utópico, mas que, ao mesmo tempo, surge como uma realização naturalizada a todo o instante pela biopolítica midiática. Basta observar um pouco o Facebook para nos depararmos incessantemente com pessoas lindas, ricas, viajantese felizes.

Além disso, ainda observamos a felicidade às voltas com questões jurídicas, conforme nos indica Fernandes (2015), quando afirma que em 2010 o senador Cristovam Buarque apresentou ao Congresso Nacional brasileiro um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), sugerindo que “o direito à busca da felicidade” deve se configurar como algo de responsabilidade estatal. O autor da PEC justificou o seu projeto a partir de documentos de outros países que trazem a felicidade como um direito e dever do Estado, como a Declaração de Direitos da Virgínia (EUA, 1776), e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), por exemplo. Segundo Fernandes (2015, p. 184) “nesses documentos acionados para fundamentar a proposta do senador, o direito à busca da felicidade aparece ligado à qualidade de vida, segurança, saúde, renda etc.”. Isso nos mostra que o discurso da mídia é heterogêneo, pois observamos atravessamentos de outras áreas, como Saúde, Economia e do Direito, que entram em cena para legitimar as imposições feitas na sociedade.

Apreender as características de um dado momento, não dando lugar à formulação de verdades universais como medidas operacionais em quaisquer circunstâncias: este é o nosso interesse com a noção de diagnóstico, pois este opera como um trabalho de escavação e nos direciona a pensar a busca da singularidade dentro dos acontecimentos históricos na sua relação com o tempo presente. Diagnosticar esse presente significa tentar desnaturalizar as “verdades”, a fim de entender como e por que nos tornamos aquilo que somos hoje.

O nosso *corpus* é composto por 7 capas e matérias de revistas impressas e digitais. Faremos a análise das matérias que estão indicadas nas capas das revistas porque geralmente esse espaço é ocupado pela temática mais importante ou que vai ter uma abordagem mais ampla em seu interior. Fizemos uma seleção de capas que focalizam a felicidade como uma prática biopolítica, com o recorte temporal que vai de 2010 até 2018, fazendo-nos refletir sobre os mecanismos que nos induziram a nos constituirmos no que somos, pensamos e fazemos como sujeitos, observando essa forma de gestão da população credibilizada por saberes que a tornam possível.

A mídia, neste trabalho, é concebida como uma instância discursiva para a problematização do tema e será através dela que a nossa investigação se desenvolverá. Em relação à problematização, Foucault utilizou frequentemente esse termo nos seus últimos anos

de vida para definir a sua pesquisa. De acordo com Revel (2004), o trabalho do citado autor é reformulado na demarcação de uma pesquisa sobre a forma geral da problematização referente a uma época dada, o que nos leva a pensar nos termos de uma descontinuidade histórica.

Para a análise do nosso *corpus*, utilizaremos os teóricos fundamentais da AD, realizando uma abordagem arqueogenealógica do discurso, operando uma fusão dos métodos utilizados por Foucault na fase da arqueologia e da genealogia, que são, respectivamente, utilizar os enunciados efetivamente produzidos em sua irrupção de acontecimento para entender as condições de emergência em certo momento histórico, e empreender a análise das circulações entre os saberes e os poderes, a partir de uma genealogia do poder (GREGOLIN, 2006).

Para tratarmos dos exercícios de poder na sociedade, mobilizaremos as noções-conceitos de Foucault (2012, 2014, 2012a, 2013, 2012b), como biopoder/biopólitica, enunciado, poder, sujeito, além de trazer esses conceitos pensados por outros autores, como Candiottto (2011), Gallo (2011) Sousa (2012), entre outros. No que concerne aos estudos sobre a felicidade, recorreremos a Freire (2010), Ferrer (2010), Sant'Anna (2010), França (2010), Duarte (2010) e Fernandes (2015). Em relação aos pensamentos construídos sobre a felicidade, nosso trabalho encontra-se como algo que vai ao encontro dessas ideias com o propósito de complementar as análises já realizadas.

Além disso, vale destacar alguns trabalhos como reconhecimento de estudos que já foram realizados no Brasil sobre a temática trabalhada nesta pesquisa, observando o que está sendo discutido na área e tomando alguns como embasamento teórico, servindo como parte da pesquisa ora realizada. Na área de Análise do Discurso, temos as pesquisas de Fernandes (2015), que se voltam às reflexões de Michel Foucault sobre o conceito de dispositivo de poder, problematizando as práticas de subjetivação e a felicidade em práticas discursivas contemporâneas. Temos Freire Filho (2010), que traz uma coletânea de artigos que versam sobre o imperativo de ser feliz na contemporaneidade sob diversas lentes, como a da Psiquiatria e a da História, dentre as quais os pressupostos foucaultianos são altamente contributivos aos trabalhos dos autores que fazem parte da coletânea, como o artigo intitulado “A felicidade e o programa de governamentalidade neoliberal”, de Bincley. Como contribuição, podemos destacar a obra de McMahon (2009), na qual ele traça uma história da noção de felicidade, trazendo as mudanças do conceito ao longo dos tempos, desde a Grécia Antiga, até os primeiros cristãos e ao Iluminismo, além de discorrer sobre a existência de um imperativo da felicidade na contemporaneidade.

Podemos elencar também o livro de Barros Filho; Karnal (2016), intitulado “felicidade ou morte”, em que os autores passeiam pela história e pela filosofia para pontuar (brevemente) como cada época e cada sociedade estabelecem sua própria definição das circunstâncias para o que seja uma vida feliz. Na dissertação de Audínio (2015), vemos o imperativo da felicidade em uma perspectiva psicanalítica, em que a autora investiga as relações entre o mal-estar e o imperativo do bem-estar que se impõe ao sujeito, trazendo a apresentação da posição de Freud a respeito da impossibilidade de realização do projeto de felicidade do ser humano. Ainda podemos mencionar a dissertação de Carvalho (2010), na qual se discute o consumo e a representação da felicidade, sustentando-se nos estudos de Slater, Lipovetsky, Featherstone, Baudrillard e Bordieu para delimitar o processo histórico da formação da cultura de consumo.

Embora trabalhemos com o discurso, objeto também estudado por Fernandes (2015) e Freire Filho (2010), a presente pesquisa se diferencia dos demais trabalhos por discutir o imperativo da felicidade relacionado à biopolítica, em que buscamos traçar uma breve explanação sobre as diferentes concepções da felicidade, relacionando ao modo como se encarou a meta de ser feliz e o desenvolvimento da ideia desse conceito como um bem praticamente comerciável, a fim de mostrar tanto o lado positivo do poder, quanto o seu lado problemático em relação ao modo como as subjetividades estão sendo moldadas na atualidade pelas técnicas de poder/saber. Vale destacar que não foram encontrados trabalhos sob este mesmo viés pautados nas estratégias biopolíticas.

Vale ressaltar a participação no grupo de pesquisa **CIDADI** (Círculo de Discussões em Análise do Discurso), que está ativo desde 2006, coordenado pela professora doutora Regina Baracuh, do qual nosso trabalho se beneficiou nos momentos de discussão teórica travada coletivamente.

Feita a explanação da teoria, do método e do objeto da pesquisa, apresentaremos neste momento o modo como este trabalho foi estruturado: no primeiro capítulo, intitulado “AD: a revisão do campo teórico”, apresentamos uma breve construção do momento inaugural da AD, destacando o conceito de sentido e interpretação, e, posteriormente, explanaremos a respeito da conjuntura em que Pêcheux se afasta das posições dogmáticas defendidas anteriormente, mostrando o desenvolvimento da teoria a partir do diálogo entre o fundador desta teoria e o filósofo Michel Foucault, trazendo, dessa forma, as contribuições deste autor para a AD. Faremos também uma discussão sobre poder e enunciado na perspectiva de Foucault, contextualizando o ponto de vista defendida por ele.

No capítulo 2, intitulado “Do fazer morrer, ao fazer viver: as movências das operacionalizações do poder em Michel Foucault”, faremos uma contextualização dos modos de exercício do poder, começando da fase da soberania, modo de exercício de poder vigente até meados do século XVIII, até a biopolítica, evidenciando as diferenças e objetivos de cada um deles. Ainda neste capítulo, investigaremos a imposição ao sorriso enquanto prática biopolítica e as implicações disso em nossa sociedade contemporânea.

No capítulo 3, intitulado “Muitas felicidades: uma vontade de verdade sobre os regimes do bem-estar”, procuramos fazer uma contextualização da felicidade em diversos momentos históricos, mostrando o que ela representa em diferentes épocas, o que nos remete ao conceito de vontade de verdade e faz emergir a pergunta “por que temos que ser felizes hoje, e não em outras épocas?” Faremos também uma discussão sobre a felicidade relacionada a alguns aspectos, como: longevidade, trabalho e saúde, explicitando essas inspirações como uma técnica biopolítica de condução da população por meio de saberes legitimados.

No capítulo 4, intitulado “Uma licença para falar de tristeza”, faremos uma discussão sobre a tristeza e o modo pelo qual ela é negada, escondida e ressignificada em nossa sociedade, expondo o modo como ela é discursivizada na mídia, o que ela representa nas estatísticas e o porquê de ela ser interdita no meio social. Faremos uma discussão entre a tristeza e a depressão para diferenciá-las e mostrar a banalização da medicalização do uso de antidepressivos e expor a desconsideração do valor da tristeza em nossa sociedade.

Feitas as considerações introdutórias, somos instados a prosseguir com as discussões a seguir.

CAPÍTULO I

ANÁLISE DO DISCURSO: UM PANORAMA DO CAMPO TEÓRICO

... como não falamos, a não ser para nos fazer entender, eu queria que, no discurso, jamais houvesse ambiguidade ou equívoco; que tudo aí fosse claro e fácil, que lendo um livro compreendêssemos de início o que lemos, sem sermos obrigados a ler duas vezes a mesma coisa para compreendê-la; que nada fosse difícil; e que cada palavra de um período fosse tão bem colocada, que não tivéssemos necessidade de intérprete, nem mesmo de reflexão para deslindar o sentido.

Bouhours (1984, p 91)

Neste capítulo, primeira seção do referencial teórico deste trabalho, será realizado um panorama da constituição teórica inicial da Análise do Discurso para contextualizar algumas futuras retificações/mudanças que foram feitas ao longo do processo de amadurecimento de seu fundador. Será traçada uma discussão a respeito do sujeito e do sentido para situar o pensamento de Michel Pêcheux concernente ao corte saussureano e mostrar a dimensão histórica da proposta dele desde a instituição da Análise do Discurso.

1.1 A (des) construção histórica da AD

A Análise do Discurso é uma teoria que foi fundada na França no final da década de 60 como um campo de saber que trata da interpretação, fazendo uma problematização do sujeito e da produção de sentidos. Surgiu na França num momento histórico muito peculiar, pois havia um conjunto de crises políticas, históricas e sociais e é neste momento que Foucault passa a questionar o papel do intelectual dentro da sociedade. Será que o conhecimento produzido deve ficar preso às universidades, ou tem que ter alguma utilidade para a sociedade? Assim, ele critica o intelectual universal e defende a prática do intelectual específico, visto que este age teoricamente sobre problemas bem definidos, atua em setores específicos, domina determinado conhecimento e o põe em ação de maneira imediata, formulando uma crítica bem elaborada

sobre um campo que recobre suas competências; enquanto o intelectual universal tem um discurso geral sobre a sociedade, é o detentor e o portador da verdade e da justiça; o típico escritor (ADORNO, 2004).

Além desses conflitos descritos, no momento da fundação da teoria, vale salientar que havia uma crise epistemológica da Linguística, a qual, segundo Gregolin (2001, p. 11) [...] “era consequência, tanto do momento político quanto da percepção de um desgaste da Linguística, derivado de sua recepção nas Ciências Humanas como a “ciência piloto”, suas transferências metafóricas para outros campos, sua apropriação e banalização”.

Pensando nessas questões, Pêcheux propôs a Análise do Discurso como uma crítica à visão da Linguística como “ciência piloto” das Ciências Humanas, problematizando, sobretudo, o corte saussureano, questionando-se a respeito de como a ciência da linguagem poderia agregar as questões envolvidas na semântica (GREGOLIN, 2001). Pêcheux criticou o corte saussureano, mas, por outro lado, compartilhou do conceito de língua como instituição social, além de reconhecer uma concepção não essencialista do sentido possibilitada por Saussure quando este fala de “efeito metafórico”, projetando a teoria do valor no horizonte. A partir disso, Pêcheux desenvolve a concepção de que “os sentidos não são essenciais às unidades x e y, mas derivam da relação que elas estabelecem entre si e do deslizamento de um termo a outro” (PIOVEZANI, 2013, p. 153-154).

Segundo este autor, Pêcheux não queria, com as reformulações da escolha saussureana, superar a teoria linguística, mas tratá-la como um ponto de partida para se pensar o conceito de discurso a partir de uma reflexão crítica do corte fundador operado por Saussure. Puech (2005 apud PIOVEZANI, 2013, p. 155) dirá que “em Pêcheux a emergência da “ordem do discurso” somente poderia ocorrer com e contra Saussure”, o que acabamos de demonstrar indicando tanto a crítica de Pêcheux, quanto a convergência para o fato de Saussure ter vislumbrado a respeito da questão não essencialista do sentido. Ainda com Piovezani (2013), uma das consequências da dicotomia “língua/ fala” seria o par “sistema vs. liberdade”, par condenado pela AD, visto que esta critica a fala como ato de “liberdade humana”, além de essa maneira pessoal/individual de atualizar o código incorrer em outra crítica da AD: à autonomia absoluta da língua em relação à sua exterioridade.

A AD 69 foi um projeto reformulado sem cessar, criticado, corrigido, enfim abandonado, mas sempre presente. Vale ressaltar que Dubois e Pêcheux seguiram caminhos diferentes, pois enquanto o primeiro pensava o discurso para além da frase, mas dentro da coerência linguística, articulando-lhe um paradigma sociológico para alcançar a enunciação; o

segundo “se preocupava com a epistemologia, o corte saussureano, a reformulação da parole e a consequente interrogação sobre o dispositivo teórico para a análise das condições de possibilidades do discurso, dos processos discursivos” (GREGOLIN 2001, p. 12).

Mencionamos neste espaço questões de instabilidade político-social da década de 60 para justificar o fato de Pêcheux ter escolhido o discurso político como objeto de análise da AD na inauguração da teoria, visto que, segundo Ferreira (2007, p. 17):

ao considerar o discurso -enquanto objeto sócio-histórico- e privilegiar discursos do campo político, Pêcheux e seu grupo, na fase inicial de implantação da teoria, valeram-se da AD como bandeira, como verdadeiro ‘cavalo de Tróia’, como disse Paul Henry, no campo das ciências sociais positivistas da época. Essa era, então, uma estratégia de militância declarada, sem escamoteamentos.

Como podemos ver, Pêcheux estava sintonizado com o momento que vivenciava, trazendo a AD como uma intervenção política, uma ação transformadora que coloca em relação a língua e a história, apoiando-se em uma teoria materialista da linguagem que combatia o formalismo linguístico vigente à época.

Em relação à crítica ao corte saussureano entre língua e fala (dicotomias para Saussure), Pêcheux propõe uma redefinição da autonomia da língua. Para Costa (2008, p.116), no estruturalismo, “a linguagem tem um lado social, a língua (ou *langue*, nos termos saussureanos), e um lado individual, a fala (ou *parole*, nos termos saussureanos), concebendo a língua como sendo decorrente de um contrato implícito entre os falantes de uma comunidade e a fala sendo considerada como o uso individual do sistema da língua. Nas palavras de Saussure (1975, p. 22), a fala é “um ato de vontade e de inteligência”, ou seja, é a maneira pessoal de atualizar o código. Como Saussure estava interessado em estudar o formalizável, ou aquilo onde se encontrava a essência da comunicação, escolhe a língua como o objeto de estudo da Linguística, tomando a fala apenas como um objeto secundário. Ao fazer essa separação, “toda a preocupação extralinguística é abandonada, e a estrutura da língua é descrita apenas a partir de suas relações internas” (COSTA, 2008, p.116).

Dito isto, precisamos fazer uma demarcação do lugar de onde falamos em relação a esse conceito central de língua, pois a sua imanência se contrapõe diretamente à exterioridade constitutiva da AD. Para Ferreira (2000, p. 38), “quanto à noção de língua, é indispensável ser redefinida a cada abordagem teórica distinta em que, necessariamente, é convocada a participar

(como no caso da AD)”. Saussure, quando colocou a língua em oposição à fala, dicotomizou o social e o histórico, assim a língua nada teria a ver com o sujeito e a história.

O conceito de discurso entra para romper com o corte saussureano e para trazer deslocamentos em relação à oposição *langue/parole*, abrindo um campo de questões no interior da Linguística, descentrando a língua e transportando-a à outra ordem, que não a considera como objeto, mas como pressuposto para se analisar a materialidade do discurso. É uma autonomia relativa. O estudo imanente da Linguística traz a transparência dos sentidos, o que a AD critica, pois, para ela, os sentidos são opacos, ou seja, não se aceita que “dada uma palavra, seu sentido seja óbvio, como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse referir-se diretamente à coisa” (POSSENTI, 2004, p. 360).

Como podemos perceber, a questão fundamental é, portanto, entender com os elementos intradiscursivos (da ordem da língua) e interdiscursivos (da ordem da história) se relacionam, desde o começo da teoria do discurso (GREGOLIN, 2001).

A epígrafe deste capítulo mostra o ideal de um jesuíta fiel à concepção da língua como instrumento do pensamento, em que o processo de compreensão seja ao máximo facilitado. Para ele, não deveria haver, pois, “pontos de fuga” que dificultassem a interpretação do leitor. Como diz Pêcheux (apud FERREIRA, 2003, p. 206), “nunca faltam os bons espíritos se dando por missão livrar os discursos de suas ambiguidades, através de um tipo de terapêutica da linguagem que fixará, enfim, o sentido legítimo das palavras...”. Mas o que vemos na AD é que os sentidos podem ser outros porque são opacos, múltiplos, não-transparentes. Eles nunca são óbvios, o que há é a dispersão, o jogo, a falha, visto que os discursos, para Pêcheux, são perpassados pelo inconsciente. O que determina os sentidos, dessa forma, é a história.

Dado o exposto, faremos uma discussão a respeito das desconstruções das bases epistemológicas da AD, feitas por Pêcheux. Esta teoria se constituiu em três épocas, em que houve elaborações e retificações dos conceitos, revelando as influências de outras bases teóricas e o amadurecimento de seu fundador. Dessa forma, teceremos nosso diálogo situado na terceira época da AD (1980-1983), que é marcada pela abertura dos horizontes (BARACUHY, 2010), visto que é neste momento que Pêcheux aprofunda os diálogos com outros pensadores. É quando ele relê Mikhail Bakhtin e se aproxima das ideias de Michel Foucault por intermédio de Jean Jacques Courtine, além de ser influenciado pelos teóricos da Nova História.

A heterogeneidade é apresentada como condição de existência dos discursos e dos sujeitos, visto que aquele é resultado do entrecruzamento de diversos enunciados dispersos

socialmente. Essa ideia de heterogeneidade é trazida à AD por intermédio de Authier-Revuz, a partir de leituras de Mikhail Bakhtin com as noções de dialogismo e polifonia; e de Lacan (com sua releitura de Freud). Essa nova perspectiva declara a compreensão do sujeito como descentrado, pois sob uma palavra sempre outras palavras foram ditas (FERNANDES e ALVES 2008). Pêcheux, em retificação aos escritos anteriores, postula:

O sujeito é produzido como historicamente capaz de se voltar contra causas que o determinam. Há, nesse momento teórico, uma ligação da ideologia com o inconsciente: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente (PÊCHEUX, 1997, p. 331)

Nesse momento, Pêcheux observa a falha da interpelação ideológica, resultando na resistência. Inclui-se, dessa forma, a contradição como algo que funciona na ideologia e não mais uma dominação sem escape.

A heterogeneidade surgiu na AD não só em relação ao sujeito para descentrá-lo, mas também no que concerne ao seu objeto de análise, pois, como já mencionado, Pêcheux escolheu o discurso político como *corpus* na primeira e segunda épocas. Havia alguns problemas teóricos no projeto althusseriano dos quais Pêcheux tinha que se desprender para acompanhar as mudanças que ocorriam na França no início dos anos 80. Segundo Courtine (1999, p. 17), era necessário deslocar-se, no plano teórico, de uma redução que embasava o projeto de Althusser: “a redução do histórico ao político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo, do discursivo ao sintático”.

Era necessário também deslocar-se da leitura marxista, no plano político, que insistentemente continuava com a luta de classes na sua base, pois, segundo Gregolin (2006, p. 154), “o panorama econômico estava em transformação: a classe operária estava desaparecendo, adquirindo uma nova identidade como decorrência das reconfigurações econômicas da globalização e das novas relações no mundo do trabalho”. Além disso, estava acontecendo uma verdadeira revolução áudio-visual, com uma expansão da mídia que acomodava o “império das imagens”, a construção de novas identidades e desejos (GREGOLIN, 2006). Logo se percebe que as categorias althusserianas de “luta de classes”, de “interpelação ideológica” e a tenacidade de Pêcheux em eleger fundamentalmente a materialidade linguística não estavam mais se enquadrando às circunstâncias que se delineavam cheias de heterogeneidades.

Em seu último texto, Pêcheux (2006) analisa as mudanças provocadas pela midiaticização da política através do enunciado “On a gagné”, proferido pelo povo em ocasião da vitória de François Mitterrand nas eleições para a presidência da França em 1981. Dessa forma, destaca-se o quanto o enunciado analisado é opaco, pois o uso do termo esportivo no campo político acarreta deslizamentos de sentido e isso foi agenciado pela mídia para disfarçar a real situação política da esquerda francesa daquele momento. Para Gregolin (2006, p. 154), “era chegado o tempo de incorporar à análise a ‘língua de vento’ da mídia, o discurso ordinário, as novas materialidades do mundo pós-moderno que se concretizavam nos discursos”.

O colóquio “Materialidades Discursivas”, realizado em 1980, em Nanterre, marca um novo ponto de partida que explicita o afastamento das posições dogmáticas anteriores de Pêcheux e anuncia as mudanças nos trabalhos da Análise do Discurso francesa. Evidencia-se neste evento que o discurso é colocado sobre o signo da heterogeneidade. As propostas de Jacqueline Authier-Revuz, a partir de Mikhail Bakhtin, colocam em evidência as rupturas enunciativas no “fio do discurso”, explicitando o surgimento de um discurso outro no próprio discurso (MALDIDIER, 2003). Segundo a autora, no centro dos debates, impõem-se fortemente também as ideias de Foucault, numa leitura “sem filtro” que leva à análise das singularidades do acontecimento discursivo.

Surge, nessa conjuntura, a questão central da leitura e, com ela, as críticas em relação ao método harrisiano⁶, que induzia a tomar o objeto de análise como homogêneo. Essas mudanças transformaram o *corpus* de análise: se antes a AD trabalhava com textos consagrados e escritos, passa agora a incorporar as produções do cotidiano. Segundo Gregolin (2006, p. 155):

os trabalhos propõem, agora, o primado da heterogeneidade tanto como categoria conceitual quanto em relação ao *corpus*: tomando a formação discursiva no interior da heterogeneidade, ela deixa de referir-se a um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos do sujeito.

Courtine (2009) desempenha um papel fundamental nessa leitura “sem filtro” que foi feita da obra de Foucault, pois em sua intervenção, no colóquio “Materialidades Discursivas”, ele criticou a noção de formação discursiva desenvolvida por Pêcheux, considerando-a “muito fechada” e propôs, a partir de Foucault, pensá-la como “fronteiras que se deslocam”. Vale

⁶ Método que influenciou Pêcheux no surgimento da Análise do Discurso (o distribucionalismo harrisiano) que dava centralidade aos processos parafrásticos.

salientar que Pêcheux trouxe a noção de formação discursiva de Foucault (2013) na segunda época da AD(1975-1979), aplicando a esta formulação uma interpretação marxista-althusseriana que tinha a luta de classes em sua base:

chamaremos formação discursiva àquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) [...](PÊCHEUX, 1997, p. 160)

Para Foucault, os discursos são uma dispersão, ou seja, são constituídos por elementos que não estão presos por nenhum princípio de unidade a priori, ficando a cargo do analista, descrever a dispersão, buscando a singularidade e as regras de formação que governam a formação dos discursos. Para ele,

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva-evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência” ou “ideologia”, ou “teoria”, ou domínio de “objetividade” (FOUCAULT, 2013, p. 47).

A formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não devem ser confundidos com objetos linguísticos. As relações entre os dizeres e os fazeres apontam para a não-autonomia das práticas discursivas, não abordando as questões da luta de classes e de ideologia na mesma perspectiva do Marxismo, pois, segundo essa teoria, a luta de classes é o motor da história e os embates ocorrem continuamente até que ocorra uma revolução que ocasiona uma ruptura na estrutura da sociedade, promovendo, dessa forma, o desaparecimento da classe dominante. Por seu turno, Foucault contesta essa concepção de história como continuidade, discorda da ideia de ruptura, configurando a de acontecimento histórico, não como “ruptura”, mas como irrupção, e trabalha com a constituição de saberes/poderes, ao invés de ideologia, visto que, para ele, esses saberes/poderes não passariam necessariamente pela questão das classes sociais (GRANJEIRO, 2007).

Pêcheux, sob a influência de Foucault, opera, pois, uma redefinição do conceito de formação discursiva, concebendo-a não mais como um espaço fechado, mas promovendo uma

abertura para a análise dos discursos menos estabilizados, tornando presente a heterogeneidade dos discursos e deixando de lado os termos “aparelho ideológico” e “luta de classes”:

Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos e discursos transversos’) (PÊCHEUX, 1997, p. 314)

Dessa forma, um discurso é composto através da relação com outros discursos envolvidos em sua constituição. Com essa nova perspectiva, Pêcheux faz um movimento no sentido de inscrever o princípio da contradição no campo da história, ao invés de situá-lo no político-ideológico. Não apenas no modo de um antagonismo ideológico onde se fundam essas formações, mas sim como efeito do discurso da alteridade que influencia e sobredetermina o sujeito na sua produção enunciativa numa FD. Ao apontar para a perspectiva do não-fechamento da FD, do atravessamento da formação discursiva pelo “outro”, pela heterogeneidade, e para os aspectos da interdiscursividade, Pêcheux se aproxima das perspectivas historiográficas (Michel de Certeau, por exemplo), abrindo possibilidades para a AD.

Além de colocar à mostra os trabalhos de Foucault em relação à formação discursiva, Courtine (2009) também parte do conceito de “campo associativo” para desenvolver a noção de “memória discursiva”, que aprofunda a questão da linguagem com os processos sócio-históricos e também com a questão da não-evidência dos sentidos, estando essa memória discursiva relacionada ao intradiscurso e ao interdiscurso, ambos analisados articuladamente (GRANJEIRO, 2007).

Os diversos deslocamentos teórico-metodológicos pelos quais passou a Análise do Discurso foram promovidos por Courtine. No trabalho intitulado *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (1981), o autor em pauta analisa o discurso comunista endereçado aos cristãos, de 1936 a 1976, abordando a memória no campo do discurso político. Segundo Gregolin (2001), partindo da noção de ordem do discurso como ordem do enunciável, Courtine conclui que este é exterior ao sujeito enunciadador, fazendo uma ligação com as ideias de Foucault sobre o enunciado. Ele desenvolve a noção de interdiscurso como

séries de formulações, marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço discursivo, que se poderia denominar, seguindo Michel Foucault, ‘domínio da memória’, que se constitui a exterioridade do enunciável para o

sujeito enunciador na formação dos enunciados pré-construídos, deque sua apropriação se apropria.

A publicação da sua tese sobre o discurso comunista foi descrita porMaldidier (2003, p. 69) como “uma tentativa de síntese extremamente brilhante entre as proposições de Foucault e a teoria do discurso”. Dessa forma, cabe a ele a responsabilidade de ter trazido o legado foucaultiano à Análise do Discurso, promovendo desse modo diversas transformações neste campo teórico.

Pêcheux, a partir de uma autocrítica, se desloca das teses althusserianas em direção às propostas foucaultianas, tornando visível essa mudança no texto “O estranho espelho da Análise do Discurso”, escrito como apresentação à tese de Jean Jacques Courtine (2009), em que ele expressa o seu desapontamento em relação ao PCF⁷ e com a prática da Análise do Discurso que era feita até o final dos anos 70. A metáfora do “estranho espelho” é usada para mostrar justamente esse descontentamento de Pêcheux, fazendo alusão à forma de se fazer análise do discurso na França, que tinha como marca a análise do discurso político como objeto prioritário, e o fato de a AD ter nascido na confluência entre a ciência e a política. O fazer ciência (tomando a política como objeto) e o fazer política refletem-se como um “estranho espelho”. O trabalhode Courtine (2009), segundo Pêcheux, servirá para anunciar que “é chegado o momento de começar a partir os espelhos”.

Além das contribuições já discutidas, também houve, na terceira época da AD, o encontro com a Nova História, que é uma reação à insatisfação com as análises históricas tradicionais, as quais, segundo Gregolin (2006, p. 161), “reduziam a complexidade das situações a um jogo de poder entre grandes homens e países”. Os novos historiadores desviam a sua atenção dos grandes homens e dos grandes acontecimentos políticos, para dar visibilidade aos homens simples, comuns, muitos excluídos socialmente e para a história dos discursos do cotidiano. Foucault estabeleceu uma criticidade em relação à História, a partir das ideias de Nietzsche e das concepções da Nova História com o objetivo de

colocar em questão os métodos, os limites, os temas próprios da História tradicional, criticando o fato de ela voltar sua atenção para os longos períodos e acentuar a alternância entre equilíbrios, regulação e continuidades, apagando, assim, a dispersão, os acidentes, a descontinuidade (GREGOLIN, 2006, p. 163).

⁷ Partido Comunista Francês

Com a finalidade de mostrar a singularidade dos acontecimentos, por meio de um sistema descontínuo, Foucault traz a genealogia, se opondo, dessa forma, ao método tradicional de se descrever a história. Ele problematiza o objeto do antigo historiador (o documento), tendo em vista que esse objeto produzia efeitos de verdade que levava a sociedade a interpretar e a compreender a história por meio das interpretações feitas pelo historiador. Trata, pois o documento como monumento, a fim de se voltar para a arqueologia com a possibilidade de descrevê-lo e interpretá-lo, mostrando que a História nunca é pura, pois a sua natureza “é provisória e contingente, susceptível, portanto, de revisões e de re-interpretações” (GREGOLIN, 2006, p. 167).

Vemos, assim, surgirem as rupturas históricas e as transformações, as quais produzem acontecimentos pequenos, mas que se pulverizam em diversos pontos. Sobre a reformulação do acontecimento, há diversos deles, pois Foucault (2000, apud SILVA) nos diz que “uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos”. Podemos reconhecer a importância desses acontecimentos invisíveis nos domínios da Análise do Discurso, na medida em que Pêcheux direciona-se ao “ordinário do sentido”, incidindo sobre a interdiscursividade e se deslocando de uma concepção que privilegiava os discursos oficiais legitimados.

1.2 Michel Foucault na Análise do Discurso

Trabalhar com Foucault no escopo da Análise do Discurso é uma escolha um tanto quanto arriscada, pois os conceitos elaborados e introduzidos nesse campo de saber trazem boa recepção, de um lado, mas também inquietações e desconfiças por outro, principalmente no terreno da Linguística.

A tarefa é desviar-se do argumento de que a não formação dele em Linguística possa se tornar um impedimento para serem realizadas reflexões a partir dos seus escritos. Tal desafio tem sido enfrentado por pesquisadores brasileiros, dentre eles Gregolin (2006), por exemplo, que nos mostra que apesar de o filósofo não ter criado especificamente uma teoria do discurso, seus conceitos e seus textos sobre diversos temas podem nos proporcionar elementos para uma análise discursiva.

Foucault é lido por muitas áreas do conhecimento, afinal ele falou da história da loucura, da Medicina, do Direito, da sexualidade, sobre muitas questões da geografia, etc. Então, vê-se que as suas temáticas são muito amplas. Numa entrevista, Foucault é questionado acerca de suas filiações intelectuais, ou seja, o que ele era: se era historiador, filósofo ou linguista. Em resposta a Roger Pol-Droit, ele diz:

Eu me interessei muito pelo trabalho que os historiadores fazem, mas quero fazer outro (...) O que eu faço não é absolutamente uma filosofia. E também não é uma ciência cujas justificativas ou demonstrações temos o direito de exigir-lhe. Eu sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa fazer cair os muros. Um pirotécnico é inicialmente um geólogo. Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. O que é fácil cavar? O que vai resistir? Observa de que maneira as fortalezas estão implantadas. Perscruta os relevos que podem ser utilizados para esconder-se ou lançar-se de assalto. Uma vez tudo isto bem delimitado, resta o experimental, o tatear. Enviam-se informes de reconhecimento, alocam-se vigias, mandam-se fazer relatórios. Define-se, em seguida, a tática que será empregada (FOUCAULT, 2006, p. 69).

Percebe-se que Foucault não queria ser enquadrado e nem ser limitado por nenhuma filiação, ele se define como um pirotécnico, cujo trabalho serve para causar pequenas explosões com grandes consequências em várias áreas do conhecimento: vai à filosofia e explode algumas coisas, vai à história e problematiza outras. É um pensamento altamente inquieto que induz ao avanço do conhecimento.

Diante disso, lemos Foucault na *Análise do Discurso* e nos propomos a fazer uma *Análise do Discurso* com matizes foucaultianas porque o próprio Foucault nunca criou um campo com esse nome, embora tenha falado muito sobre discurso. Ele participou do momento da problematização do discurso das Ciências Humanas, assim como participou nos anos 70 na França, com outros filósofos, da emergência da questão da interpretação, do Estruturalismo, do Pós-estruturalismo, em que há grandes crises políticas, sociais e transformações de toda a ordem no contexto francês e mundial. Foucault pode ser lido no interior da *Análise do Discurso* porque ele tem convergências com esse campo, o que não significa que ele não tenha também um olhar divergente às noções mobilizadas pela AD (GREGOLIN, 2004).

Foucault nos apresenta uma caixa de ferramentas conceituais para que possamos pensar em outros problemas, salientando que não se trata de aplicá-lo à *Análise do Discurso*, mas de compreender as relações entre o discurso, o sujeito, os poderes e os saberes para pensarmos em uma análise da história do presente. Sobre o discurso, ele articula:

Eu me dei como objeto uma Análise do Discurso (...). O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história (FOUCAULT, 2010, p. 255-256).

Podemos perceber que, para o autor, o acontecimento é apontado enquanto a irrupção de uma singularidade, considerando o processo ou a condição histórica da produção do enunciado. Esse pensamento escapa à noção de linearidade que é incansavelmente defendida pela História Tradicional como uma forma de proteger a soberania do sujeito e de continuidade em relação aos fatos.

Os objetos são construídos no discurso, não preexistem à fala. Para Foucault, dessa forma, “O discurso é visto, então, como a descrição de uma formação histórica, entretanto, para se chegar a essa descrição a partir do discurso é preciso “despojar o acontecimento da roupagem demasiado ampla que o banaliza e o racionaliza” (SARGENTINI, 2014, p. 163). Segundo a autora, a noção de discurso é um legado de Foucault que não se separa da noção de sujeito, de acontecimento e de materialidade discursiva. Para ele, os discursos são feitos de signos, mas o que esses signos fazem é mais do que designar coisas apenas. Esse “mais” é o detalhe que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala, é essa produção de verdade que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2013).

Ainda há outro forte legado foucaultiano além do discurso: a descontinuidade da história, conceito central em Foucault. Se na História Tradicional pensava-se na possibilidade de uma história global, Foucault procura esboçar uma história geral que vai perguntar: que formas de relações podem ser descritas entre as séries de documentos? O que é esse espaço de dispersão de onde nascem os sentidos historicamente estabelecidos? O que ele denomina de “histórias gerais” são entendidas como a “descrição dos fatos em sua singularidade de acontecimentos, nas suas correlações, nas suas transformações, nos seus desaparecimentos: em vez de teleologia da continuidade e do progresso, buscam detectar a incidência das irrupções” (GREGOLIN, 2006, p. 165).

Se fizermos uma comparação das fundações foucaultianas com os deslocamentos metodológicos da Análise do Discurso em seu desenvolvimento, podemos perceber que “a Análise do Discurso 69 centrava-se nos confrontos das formações discursivas, posteriormente, ao longo da década de 1970, focaliza-se a importância do interdiscurso e, na década de 1980, a

atenção da Análise do Discurso se volta para a centralidade do acontecimento” (SARGENTINI, 2014, p. 164). Ainda segundo a autora, em todos esses períodos, a AD apoiava-se mais em conceitos foucaultianos revisados e menos em um modelo metodológico.

Para Foucault, os sentidos não estão ligados apenas a elementos linguísticos, mas são produzidos nas diferentes materialidades, assim como se concebe na Análise do Discurso. Para ele, não só o que falamos é controlado, mas aquilo que mostramos e vemos. Essa afirmação, toca numa questão de grande importância dos estudos de Foucault: a noção de poder. Sobre ela, discutiremos brevemente a seguir.

1.3 Foucault e as relações de poder

A fim de compreender as possíveis relações que se estabelecem entre as práticas de poder e a constituição de diferentes modos de subjetivação no discurso midiático que tematiza a felicidade, apoiamo-nos nas análises genealógicas de Michel Foucault no que concerne às relações de poder.

Vale salientar que “não há uma teoria geral do poder [...], mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (MACHADO, 2012, p. 12). O poder não seria um objeto natural, mas uma prática social instituída historicamente. Isso justifica as mudanças nas operacionalizações do poder ao longo das pesquisas foucaultianas. Podemos considerar, dessa forma, que na proposta genealógica importa mais o funcionamento dos saberes como tática e estratégia de poder, do que os saberes em sua irrupção de emergência. É uma ampliação do método arqueológico.

Foucault não se limitou ao nível do discurso para dar conta da questão da formação histórica da psiquiatria. Dessa forma, ele percebeu uma heterogeneidade entre os discursos teóricos sobre a loucura e as relações que se estabeleciam com o louco nos lugares de reclusão. Ele articulou, assim, o saber médico com as práticas de internamento e estas com instâncias sociais, como a política, a família, a igreja, a Justiça, indo às causas econômicas, mostrando como a psiquiatria, ao invés de descobrir a essência da loucura e a libertar, permitindo a ressocialização dos sujeitos, foi uma radicalização de um processo de dominação do louco (MACHADO, 2012). Observemos, pois, que Foucault não se ateve a analisar apenas o saber médico para chegar a alguma conclusão a respeito da Psiquiatria, mas, pelo contrário, consultou

outros estratos (evidenciando o discurso cotidiano), a fim de colocar em questão a dispersão e acentuar a alternância entre discurso e prática, em conformidade com a Nova História.

Algo importante a se dizer sobre as análises genealógicas: “elas produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder” (MACHADO, 2012, p. 13). Foucault mostra que não há uma sinonímia entre o Estado e os poderes, pois estes

se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado [...] o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa (MACHADO, 2012, p. 15)

Para Foucault, o poder não é uma coisa, nem uma propriedade; ele não está localizado no Governo ou no Estado. Se utilizarmos a distribuição de energia elétrica como exemplo, não podemos identificar o poder somente com uma estação central, mas principalmente com os fios que chegam a todos os lugares e atingem a todas as pessoas. É uma rede de relações. Isso quer dizer que em todos os lugares, em todas as classes sociais, há sempre relações de poder. Dessa forma, é importante que se entenda que

o Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas [...] o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social” (MACHADO, 2012, p.17).

Foucault não tinha a pretensão de diminuir o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade, pois a sua ideia era ir de encontro à afirmação de que o órgão central e único do poder seria o Estado e de que as redes de poderes das sociedades modernas seriam apenas uma extensão dos efeitos dele.

Em relação ao modo de ação dos poderes, Foucault desenvolve uma concepção muito mais bélica que jurídica, pois, segundo esse autor, é impossível entendê-los se os poderes forem definidos como algo que fundamentalmente diz respeito à lei e à repressão. Dessa forma, ele nos ensina que se o poder fosse apenas repressivo, sem as positivities, sem um porquê à sujeição, a dominação capitalista não conseguiria se manter. E diz mais:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, reprime, ele recalca, ele censura, ele abstrai, ele mascara, ele esconde. [...] o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (FOUCAULT, 2012a, p. 19-20).

Entende-se com isso que não se pode explicar o poder somente por meio da sua função repressiva, pois o seu objetivo principal não é excluir os homens da sociedade ou impedir que eles exerçam as suas atividades, mas gerir a vida deles e controlá-los em suas ações, possibilitando a utilização deles ao máximo e aproveitando as suas potencialidades num sistema de aperfeiçoamento contínuo de todas as suas capacidades. Essa forma de exercício de poder tem como meta a produtividade, uma maior disposição ao trabalho, daí a necessidade de tornar os corpos “dóceis e úteis”. Ainda sobre a positividade do poder, Foucault afirma que:

se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que ele seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012a, p. 44-45).

O poder seria muito mais frágil se operasse por meio da negatividade apenas. “Você acha que ele seria obedecido?”, pergunta o filósofo. Certamente não, pois o que o torna forte é o fato de ele produzir efeitos positivos por meio do desejo e também através do saber. Foucault admite que o poder produz saber; “que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2012b, p. 30).

A sociedade cria novos saberes que passam a conhecer melhor os indivíduos, as suas maneiras de ser, o seu estilo de vida, as subjetividades e, dessa forma, passa a ter um conhecimento muito grande do que se passa na cabeça das pessoas, no funcionamento do dia a dia delas, permitindo, assim, um controle muito maior sobre a mente, o corpo e a vida delas. Temos um conjunto imenso de saberes que intervêm na vida das pessoas, produzindo e transformando, dessa forma, as subjetividades. Sobre a felicidade, podemos citar como exemplo os estudos que a indicam como determinante para uma melhora na saúde e para o prolongamento da vida.

A revista “AppliedPsychology: Health andwell-being⁸” faz uma ligação entre a felicidade e o estado de saúde das pessoas. Seu autor principal, o professor emérito de Psicologia de Illinois, Ed Diener, analisou estudos de longo prazo com seres humanos, testes experimentais em humanos e animais e estudos que avaliam o estado de saúde de pessoas estressadas por eventos naturais. Ele analisou oito tipos diferentes de estudos e afirmou: “a conclusão geral é que o seu bem-estar subjetivo- ou seja, estar feliz com a vida, não estressado e não deprimido- contribui para a longevidade e melhor saúde em populações saudáveis”. Ainda segundo a revista, a maioria dos estudos a longo prazo mostrou que a ansiedade, depressão, falta de prazer nas atividades diárias e pessimismo são associados com taxas mais elevadas de doença e uma vida mais curta⁹. Quem não quer viver mais? A partir desses saberes, os sujeitos vão seguindo instruções de como não ficar deprimidos, ou de como expulsar a tristeza, ou de como conquistar a felicidade para, enfim, viver mais e com saúde, ou seja, viver mais sendo útil à sociedade.

Há, portanto, que se considerar o poder em seu estado produtivo, em sua positividade, como algo que nos impele ao saber, ao conhecimento, pois é insuficiente concebê-lo unicamente nos termos do Direito: um impedimento, uma repressão ou incorrendo no binômio dominante-dominado. O poder, para além destes, é também o que administra, controla, gere, dando andamento ao tecido social através de estratégias ora mais precisas, ora mais sutis. É precisamente essa noção de poder mais permeável, que se exerce em várias direções, que nos estabelece a possibilidade de resistir. Sobre essa possibilidade, Foucault nos diz:

uma relação de poder se articula sobre dois elementos que se lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 2009a, p. 243).

A temática da resistência na genealogia do poder está relacionada à compreensão deste na metáfora da guerra e do jogo: estratégias e manobras com o objetivo da vitória de um sobre o outro. No texto *O sujeito e o poder* (2009a), Foucault sugere que “podemos também falar de estratégia própria às relações de poder, na medida em que estas constituem modo de ação sobre

⁸ Psicologia aplicada: saúde e bem-estar.

⁹ Informações disponíveis em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI215335-17770,00-FELICIDADE+MELHORA+A+SAUDE+E+PROLONGA+A+VIDA+DIZ+ESTUDO.html>

a ação possível, eventual, suposta dos outros” (p. 248). A resistência ocupará, assim, o horizonte das lutas e estratégias.

Quando definimos o poder como “o modo de ação sobre a ação dos outros”, adicionamos um componente importante: a liberdade. Sobre ela, podemos incluir uma declaração foucaultiana: “o poder só se exerce sobre sujeitos livres” (2009a, p.244). Isso significa dizer que o poder só se exerce sobre sujeitos que têm diante de si um campo de possibilidades, ou seja, quando eles podem ter diversas reações, comportamentos e condutas. Resistir. Para o autor, a escravidão, por exemplo, não seria uma relação de poder, pois “o homem está acorrentado”, visto que “não há relação de poder onde as determinações estão saturadas [...], mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar” (FOUCAULT, 2009a, p. 244).

Assim, podemos dizer que não há um embate entre o poder e a liberdade, numa relação de exclusão, mas um jogo muito mais complexo, em que “a liberdade aparecerá como condição de existência do poder” (2009a).

1.4 O nó em uma rede: a noção de enunciado

Os enunciados são tratados neste trabalho seguindo o método arqueogenealógico foucaultiano, configurados como uma função enunciativa que se apresenta por meio de uma materialidade que não é restritivamente linguística. Como já mencionamos na Introdução, Foucault nos dá base para as análises semiológicas com o conceito de enunciado que, para ele, é diferente de frase, proposição e ato de fala porque está no nível do discurso e não no mesmo nível de existência da língua.

Com o olhar voltado para o espaço midiático, visto que analisaremos capas e matérias de revistas, debruçamo-nos em algumas sequências de enunciados verbais e imagéticos descontínuos, heterogêneos, dispersos no tempo, advindos de diferentes campos discursivos, mas que estabelecem, entre si, certas regularidades nas quais o discurso constrói o “verdadeiro” de uma época no que concerne à felicidade.

O enunciado na Arqueologia do Saber (2013) é um tema central para a análise dos discursos. Foucault o descreve em oposição a outras unidades- frase, proposição e atos de fala,

a fim de marcar as diferenças entre eles. Assim, para o autor, o enunciado não é submetido a uma estrutura linguística canônica, pois

encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras (FOUCAULT, 2013, p. 101)

O enunciado se distingue da proposição porque está no plano no discurso, como já foi dito, e não pode ser submetido às provas do verdadeiro e do falso, ou seja, não há formulações equivalentes; é diferente da frase, visto que esta ocorre por meio da estrutura linguística canônica (sujeito, verbo, predicado), ao passo que o enunciado não está, necessariamente, submetido a essa estrutura, ou seja, não se encontra um enunciado identificando-se os constituintes da frase; é diferente dos atos de fala, embora à primeira vista seja um pouco mais próximos deles, porque não estamos interessados em procurar o ato material ou a intenção do indivíduo que está realizando o ato (se é convencer, por exemplo). O que procuramos no enunciado é

descrever a operação que foi efetuada, em sua emergência- não o que ocorreu antes, em termos de intenção, ou o que ocorreu depois, em termos de eficácia- mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado- e precisamente neste enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem delimitadas (FOUCAULT, 1986 apud GREGOLIN, 2004, p. 25)

Segundo a autora supracitada, o que torna uma frase, uma proposição ou um ato de fala em um enunciado é a função enunciativa, isto é, o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado. Vale salientar que

o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia [...] e na medida em que um único indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

O sujeito do enunciado determina a produção discursiva a partir de diversos lugares e posições que ele ocupa quando enuncia, na descontinuidade dos planos de onde fala. O sujeito do enunciado não é o sujeito gramatical da gramática e o mesmo enunciado muda de sujeito de

acordo com o campo associativo em que ele aparece. Importante frisar que a cada vez que o enunciado é dito, ele vai ter significados diferentes, designando outros efeitos de sentido. Sobre os significados diferentes que um enunciado pode ter a cada vez que é dito, Foucault (2013, p.108) articula:

Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento [...]. Trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece- as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado.

É necessário que não confundamos a questão do não reaparecimento do enunciado, pois isso não significa que ele em seu aspecto não possa reaparecer, mas o fato é que nunca vai estar com o mesmo sentido, visto que ele, sempre que reaparece é ressignificado devido ao acontecimento à sua volta. “O enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas” (p.128), é o que nos diz mais adiante o filósofo. Isso significa que por mais que a materialidade do enunciado seja repetível, ele sempre será singular, pois há uma articulação dialética entre singularidade e repetição. Podemos dizer, dessa forma, que o enunciado é sempre único, embora a sua materialidade seja repetível, e o que dá essa singularidade a ele é a historicidade, o acontecimento.

Complementando o parágrafo acima, Foucault (2013) atribui uma característica ao enunciado: este deve ter uma existência material. Segundo ele, “o enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a desvanecer [...] o enunciado tem necessidade dessa materialidade [...]” (p. 122). Interessante é que mesmo que uma frase composta das mesmas palavras, mantida em sua identidade sintática e semântica, for articulada por alguém numa conversa e impressa aparentemente com o mesmo sentido em um romance, mais tarde, ela não se constituirá no mesmo enunciado, tendo em vista que este “precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2013, p. 123). No exemplo dado, tanto o sujeito enunciator se modifica, quanto o suporte e a data. Em suma, não pode ser o mesmo enunciado.

Outra característica do enunciado é que ele tem sempre

margens povoadas de outros enunciados [...], não há enunciado, em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos

outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2013, p. 120).

Para que ele seja enunciado, é necessário associá-lo a um campo adjacente, ou seja, num campo associado, visto que há uma relação do enunciado com uma série de outras formulações com as quais ele coexiste; é “um nó em uma rede”. Dessa forma, podemos dizer que uma frase nunca é um enunciado porque é uma abstração, não tem historicidade.

A análise enunciativa foucaultiana leva mais três características em conta ao tratar dos enunciados: a raridade, a exterioridade e o acúmulo. A lei da raridade “quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados” (FOUCAULT, 2013, p. 146). Essa lei da raridade fundamenta-se nos seguintes aspectos: no caráter deficitário dos enunciados, tendo em vista que nem tudo é sempre dito; no estudo do enunciado em seu caráter singular, livre de multiplicação de sentidos e na análise da materialidade textual, procurando as regras e relações que possibilitaram o aparecimento do enunciado (FOUCAULT, 2013).

Para o filósofo, “não importa quem fala”, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (p.150). A abordagem da raridade e da exterioridade traz uma consequência que afeta o dispositivo teórico-metodológico da análise, que é

não nos situarmos no nível do cogito, do pensamento, mas no conjunto das coisas ditas, buscando as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor (GREGOLIN, 2004, p.38).

Essa exterioridade traz ao enunciado a sua dispersão, a fim de considerá-lo em sua descontinuidade, captando-o em sua irrupção enquanto acontecimento discursivo. A respeito da terceira característica, que é o acúmulo, este que, para Foucault (2013), não pode identificar-se nem com uma interioração na forma da lembrança, nem com uma totalização dos documentos, diz respeito a “seguir os textos ao longo de seu sono, ou antes, levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento- na espessura do tempo em que subsistem, se conservaram ou foram esquecidos” (GREGOLIN, 2004, p. 38).

Diante disso, podemos perceber que os enunciados devem ser analisados em situações sócio-históricas específicas e efetivamente ditos por sujeitos sociais, nunca relacionados a uma origem. Deve-se, assim, levar em consideração a recorrência dos enunciados a outros enunciados, visto que estes se relacionam com outras formulações discursivas que com eles coexistem. Há, desse modo, uma memória e uma historicidade.

CAPÍTULO II

DO “FAZER MORRER AO FAZER VIVER”: AS MOVÊNCIAS DAS OPERACIONALIZAÇÕES DO PODER EM MICHEL FOUCAULT

O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos é um fenômeno bem conhecido dos historiadores do direito. Entretanto, foi visto, durante muito tempo, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e “humanidade”. Na verdade, tais modificações se fazem concomitantes ao deslocamento do objeto da ação punitiva. Redução de intensidade? Talvez. Mudança de objetivo, certamente.

Foucault (2012, p. 21)

Neste capítulo, segunda seção do referencial teórico deste trabalho, será realizada uma contextualização dos modos de exercício do poder, iniciando com o poder soberano, modo de exercício de poder vigente até meados do século XVIII, até a biopolítica, a qual será o nosso foco neste espaço. Ainda neste capítulo, iremos introduzir brevemente uma discussão sobre a imposição ao sorriso enquanto prática biopolítica e algumas implicações disso em nossa sociedade contemporânea.

2.1 Da soberania à biopolítica

Para termos uma melhor compreensão a respeito da biopolítica, é necessário que se faça a contextualização do exercício de poder que esteve vigente até meados do século XVIII: o Poder Soberano. Essa forma de gestão se caracterizava pelo autoritarismo com que fazia as normas serem cumpridas pelos seus súditos, além da crueldade das punições aplicadas para aqueles que se desviassem do que era estabelecido. O soberano tinha o poder sobre a vida e a morte de seus súditos, “fazer morrer e deixar viver” era o lema desse exercício. A forma de punição para quem quebrasse alguma lei era chamada de suplício, que significava atingir diretamente o corpo do infrator e fazê-lo sofrer lentamente, muitas vezes até a morte. Segundo Foucault:

a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decaptação- que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício- até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, por meio do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes”, e obtendo, antes de cessar a existência, *themostexquisite agonies*¹⁰(FOUCAULT, 2012b, p. 35-36)

O suplício era uma arte de fazer sofrer sem discrição, pois os condenados eram punidos em praça pública, a fim de servir como exemplo às pessoas para que elas não desobedecessem, visto que a vergonha e a morte dessa forma expostas causava a certeza de que o seu erro não passaria despercebido pelo soberano. Não haveria impunidade. A prática do suplício tinha uma função jurídico-política. Era um ritual que, de alguma forma, restabelecia a soberania que foi quebrada por um instante pelo condenado à pena. Associamos o poder ao castigo, pois até o fim do século XVIII, era comum o poder ser exercido por meio da força física, da dor. Mais do que uma reparação moral, o suplício era uma prova de força, a manifestação do poder político do rei.

O soberano era o representante da nação, a ele cabia decidir sobre a vida e a morte das pessoas. Esse modo de exercício de poder começou a mudar a partir de contestações, revoluções e rebeliões que foram motivadas, dentre outros motivos, pela intolerância do povo ao absolutismo monárquico, começando a acontecer certas alterações no modo como essas punições eram aplicadas. O Iluminismo foi um dos fatores que influenciaram a diferença de olhar em relação às penas, mas não só isso, como também o povo não estava mais tolerando o fato de haver diferenças nas penas segundo as classes sociais, e se agitava contra as que eram excessivamente pesadas para os delitos frequentes e considerados pouco graves (FOUCAULT, 2012b).

No século XVIII, houve uma mudança de perspectiva em relação à justiça, isso também em prol da opinião de pessoas esclarecidas, como filósofos e magistrados, que fizeram intervenções em grandes casos judiciais. Todas essas ações, sejam de pessoas que tinham credibilidade social, sejam do povo simples, contribuíram de certa forma e foram muito importantes para que o modelo judicial fosse aos poucos se modificando.

Para substituir a prática dos suplícios, que era a pena ou castigo sobre o corpo do condenado que infringia a lei, surgem as prisões com o objetivo de fazer trabalhar o condenado

¹⁰ A expressão é de OLYFFE. Na *Essay to Prevent Capital Crimes*, 1731.

e fazê-lo produzir, livrando o Estado de seu ônus econômico (FOUCAULT, 2012). A partir disso, o autor questiona:

Punições menos diretamente físicas, uma certa discricção da arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? (FOUCAULT, 2012b, p. 13)

Como sabemos, o hábito de punir publicamente deixou de ser viável. Nasce a prisão como a forma de humanizar os castigos, mas que, na verdade, serviu apenas para levar o suplício para longe dos olhos da sociedade e alcançar uma nova força de trabalho dentro das prisões. Dessa forma,

a punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício (FOUCAULT, 2012b, p. 14).

Matar ou ferir já não se mostra como a glorificação de uma força soberana. Assim, a punição deixa pouco a pouco de ser uma cena e tudo o que pudesse ter de espetáculo naquela, a partir desse momento terá uma marca negativa, visto que as funções do ritual do suplício estavam sendo cada vez mais incompreendidas, pois a punição dessa forma exposta trazia a suspeita de que o carrasco se igualava, fazendo-o se parecer com o criminoso, ou, até mesmo, ultrapassava a selvageria deste, bem como os juízes se equiparavam aos assassinos, invertendo os papéis no último momento e tornando o supliciado um objeto de compadecimento e admiração por parte do povo.

Para entender a dinâmica do poder, Foucault resolve estudar as prisões porque nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, ao contrário, pode se manifestar em seu estado bruto e suas formas mais excessivas (FOUCAULT, 2012b). Lá ele encontra sua inteira justificativa de como um poder móvel em nome do bem e da ordem é permitido punir. Mas qual é o limite do direito de punir? O projeto que deu origem à prisão não previa sofrimento físico, a tortura. O objetivo não era torturar, mas vigiar, controlar. O século XVIII abriu a crise da economia dos castigos e teve como proposta para resolvê-la a lei indispensável de que a punição

deve ter a “humanidade” como “medida”, sem que se possa dar um sentido absoluto e incontornável (FOUCAULT, 2012b).

Podemos perceber que com o desaparecimento do suplício é o espetáculo que se elimina, mas não só isso, como também se extingue o domínio sobre o corpo. “O essencial da pena que nós, juízes, infligimos, não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores (FOUCAULT, 2012b). Assim, alguns instrumentos de punição foram se dissipando: a marca de ferro quente foi abolida na Inglaterra em 1834, e na França (1832); o suplício dos grandes traidores já não era aplicado plenamente na Inglaterra, em 1920, tendo em vista que Foucault nos mostra o exemplo de Thistlewood, que não foi esquartejado como poderia ter sido devido ao seu erro. Ele também nos mostra que o chicote ainda permanecia em alguns sistemas penais, como na Rússia, na Inglaterra e na Prússia, mas, de modo geral, as práticas punitivas foram se tornando pudorosas.

Vemos, dessa forma, que o objetivo da justiça deixa de ser incidir diretamente o corpo, e quando isso acontecia, era para atingir algo que não era o corpo propriamente, pois segundo essa penalidade:

o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais elevado (FOUCAULT, 2012b, p. 16)

Para garantir que esse objetivo seria alcançado, uma série de técnicos substituíram o carrasco, como: os guardas, os psiquiatras, os psicólogos, os médicos, os educadores, os capelães, que viriam assegurar que o corpo e a dor não são os objetos últimos da punição. Retiram-se os sofrimentos físicos dos processos penais. Assim, quando se aproximava o momento da execução do condenado à morte, eram aplicadas injeções de tranquilizante para que fosse amenizada a dor. Para Foucault (2012b), trata-se de uma penalidade “incorpórea”. Segundo ele, trata-se também de uma utopia do pudor judiciário: “tirar a vida evitando deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor” (p. 16).

A partir desse momento, iniciou-se um movimento que arrastou as legislações europeias, o qual previa que para todos deveria haver uma mesma morte, sem que esta tivesse

que ostentar a inscrição específica do crime; morte essa que durasse o mínimo possível, uma execução que atingisse mais a vida do que o corpo. Não eram bem quistas nesse novo código aquelas mortes que prolongavam o sofrimento, como nos casos em que cada membro do condenado era ligado a um cavalo para que fossem arrancados e depois jogados ao fogo, ou quando o infrator era arrebatado sobre a roda para depois ainda ser açoitado até a perda dos sentidos e ser suspenso com correntes, deixando-o morrer de fome lentamente. “A redução dessas “mil mortes” à estrita execução define a moral bem nova própria do ato de punir” (FOUCAULT, 2012b, p. 17).

Em 1760 tentaram criar uma máquina de enforcamento na Inglaterra, que foi aperfeiçoada em 1783, e se aproveitou a reconstrução da prisão para se instalar os patíbulo¹¹ em Newgate. O famoso artigo 3º do código francês de 1791 dizia, segundo Foucault:

Todo condenado à morte terá a cabeçadecepada- tem essas três significações: uma morte igual para todos (“os delitos do mesmo gênero serão punidos pelo mesmo gênero de pena, quaisquer que sejam a classe ou condição do culpado”, dizia já a moção votada, por proposta de Guillotin, a 1º de dezembro de 1789); uma só morte por condenado, obtida de uma só vez e sem recorrer a esses suplícios “longos e conseqüentemente cruéis” (FOUCAULT, 2012b, p. 17).

A decapitação era a pena dos nobres por ser menos difamante para a família do condenado e, agora, se deslocava a outras categorias de criminosos. A guilhotina é a mecânica adequada para cumprir os princípios preconizados pelo movimento que arrastou as legislações europeias. Dessa forma, a morte é reduzida a um evento visível, no entanto, instantâneo e já não há um contato tão forte e presente entre aqueles que executam e o corpo do condenado, pois “o contato é reduzido à duração de um raio” (FOUCAULT, 2012b, p.18). Depois desse momento, o condenado não deveria mais ser visto, deveria haver um pano para escondê-lo. Só havia a leitura da sentença. O desaparecimento dos suplícios foi um objetivo alcançado entre 1830 e 1848, mas isso não significa que os processos aconteceram de forma homogênea e em conjunto, visto que houve atrasos, acelerações e recuos, bem como a rapidez com que essas transformações foram aplicadas em alguns países e o atraso com que elas foram aplicadas em outros (FOUCAULT, 2012b).

¹¹ Cadafalso; tipo de palanque ou estrutura de madeira que se usava para executar os condenados à morte. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patibulo/>

Há quem pense que porque as punições foram atenuadas em termos corpóreos, se tornaram mais leves, no entanto abriu-se apenas uma nova economia política do poder que se preocupou com os efeitos sociais que a velha prática poderia trazer, além de pensar, sobretudo, na utilidade que poderia ser aproveitada em profundidade.

Na segunda metade do século XVIII, surge uma nova tecnologia de poder que não é mais só disciplinar e não se limita ao corpo do indivíduo, mas à vida dos homens. “O que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível” (FOUCAULT, 2014, p. 156-157). Sobre essa noção, continuaremos no tópico a seguir.

2.2 Biopolítica: uma técnica de gestão da vida no século XVIII

O conceito e o tema da biopolítica não são novos e não se iniciaram a partir dos trabalhos de Michel Foucault, no entanto, ele lançou o tema em outro nível, estabelecendo um campo a ser investigado baseado em suas sugestões historiográficas e conceituais. Assim, Foucault traz a sua interpretação do nazismo e do genocídio agenciado pelo III Reich à luz da biopolítica, investigando o lugar e a função dessa racionalidade técnica na modernidade. Ele nos diz:

[...] por uma técnica de intervenção que consistia em aplicar, à sociedade e à economia, um tipo de racionalidade que se considerava válida no interior das ciências da natureza. Em suma, aquilo que chamamos a técnica. A tecnicização da gestão estatal, do controle da economia, a tecnicização também na própria análise dos fenômenos econômicos [...] essa espécie de vertigem tomada pela arte liberal de governar, vertigem que lhe faz procurar, na aplicação à sociedade do esquema de racionalidade próprio da natureza, um princípio de limitação, um princípio de organização que conduziu, enfim, ao nazismo. [...] tem-se assim o ciclo de uma racionalidade que comporta intervenções que acarretam o crescimento do Estado, crescimento do Estado que acarreta o estabelecimento de uma administração que funciona, ela própria, segundo tipos de racionalidade técnica, que constituem precisamente a gênese do nazismo através de toda a história do capitalismo desde há dois séculos, em todo o caso desde há século e meio (FOUCAULT, 2004b, apud CASCAIS, 2016, p. 176).

Essa é uma das passagens de **O Nascimento da Biopolítica** a respeito do pensamento de Foucault sobre o lugar e a função do nazismo na modernidade, indicando-o não como uma exceção histórica absoluta ou interrupção regressiva do curso linear e emancipador da racionalidade moderna, como se isso se explicasse apenas por meio de circunstâncias incomuns. Mas, pelo contrário, ele dá uma contribuição decisiva para romper com essas teses

prevalecentes. Foucault, dessa forma, “traça o percurso histórico do projeto moderno de ortogênese integral do corpo-espécie- não só crescer, mas, sobretudo, crescer bem [...]” (CASCAIS, 2016, p.177).

Foucault rompeu com as teses prevalecentes da exceção absoluta do nazismo justamente porque, para ele, o que aconteceu nesse período já sucedia antes nos regimes democráticos e prossegue, inclusive, depois durante algum tempo. O que o Nazismo fez foi consumir e superar esse regime através da seleção dos grupos que deveriam sobreviver e para os quais os recursos deveriam ser investidos, e a discriminação de outros grupos para os quais os recursos deveriam ser negados. Mais tangivelmente a:

sobrevivência dos considerados aptos, saudáveis, produtivos, ao preço da eliminação dos tidos por irrecuperáveis, improdutivos, insustentáveis e, por extensão, ou pela sua própria natureza, inimigos da saúde do corpo-espécie, no caso do eugenismo higienista-social dos países democráticos, ou do corporação, do corpo-povo, do corpo-raça, no caso das políticas higienistas-raciais da medicina do Estado biologisch¹² nazi (CASCAIS, 2016, p. 177).

Indo em direção à segunda metade do século XVIII e início do século XIX, se produz uma transformação no modo de organizar e gerir o poder, pois o velho direito de fazer morrer e deixar viver, característico da soberania, é substituído pelo direito ou pelo poder de fazer viver e deixar morrer, “configurando-se, assim, o domínio dos biopoderes referidos aos corpos e às populações. O poder soberano já não conseguia lidar com os fenômenos próprios da nascente sociedade industrial: a explosão demográfica, os problemas de urbanização, os novos conflitos derivados da industrialização” (CAPONI, 2016, p. 231). Para tratar deles, entra em jogo o biopoder.

O poder sobre a vida desenvolveu-se de duas maneiras principais: o primeiro centrou-se no corpo enquanto máquina: a anátomo-política do corpo humano, a disciplina, a qual incide sobre os corpos e é destinada a multiplicar a capacidade humana de trabalho, recortando o corpo na sua individualidade para a reprodução monitorada de atividades e a produção de corpos dóceis (FOUCAULT, 2012b). O segundo surgirá um pouco mais tarde, fortalecendo-se ao longo do século XIX, sem eliminar ou substituir a tecnologia disciplinar, mas utilizando-a e integrando-a moderadamente para conduzir-se à população e seus processos biológicos. Como nos assegura Foucault, esse poder:

¹² Biológico.

centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2014, p. 150)

Essa nova tecnologia se refere à multiplicidade de homens, não como corpos individuais, como na disciplina, tendo em vista que eles constituem uma massa global afetada pelos processos de conjunto que são peculiares à vida “como os processos de nascimento, morte, reprodução, doenças, etc.” (FOUCAULT, 1997, apud CAPONI, 2016, p.231) Importante salientar que esses dois modos de se exercer o poder não são excludentes, mas formam dois polos de desenvolvimento interligados por uma rede de relações que organizaram o poder sobre a vida. A função desse exercício de poder já não é mais matar, mas investir na vida. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2014, p. 150).

A antiga potestade do soberano, seu direito sobre a vida e a morte dos súditos, considerada como uma de suas propriedades fundamentais pela teoria jurídica clássica, deixará lugar a um novo modo de organizar as relações de poder. Diferentemente do modo de exercício de poder dos regimes totalitários, dentre os quais o Poder Soberano se inclui, esse novo formato de operacionalização trata de evitar a morte e de fazer viver,

ele será encarregado de cuidar da vida completa da população, a começar pela infância, por meio de políticas de inclusão educacionais e nutricionais; em seguida, serão criadas políticas de empregabilidade e de seguro-desemprego, de qualificação profissional e de previdência social em vistas da majoração da qualidade de vida dos indivíduos; ser-lhes-á garantido o acesso à moradia, ao lazer e à cultura; serão priorizadas ainda a implementação de planos de saúde governamentais, políticas estatais e privadas de aposentadoria que visem a assegurar a indivíduos, posteriormente à sua vida economicamente produtiva (CANDIOTTO, 2011, p. 90)

As preocupações sobre os principais temas da vida dos homens deixam de ser privadas e o Estado passa a tê-las como escopo, com a aspiração de administrar a vida e o corpo da população. O “fazer morrer e deixar viver” é substituído por “fazer viver e deixar morrer”, o que significa que o poder político foi deslocado e passa a assumir os contornos de um biopoder, um poder que se exerce positivamente sobre a vida “que compreende seu gerenciamento, sua

majoração, sua difusão, o exercício sobre ela, de controles definidos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 2014).

Importante salientar que esse modo de exercício de poder não é menos violento, ou mais leve, pois a técnica, os procedimentos e o objeto de poder mudaram, mas a intensidade continuou. Antes, a punição era direcionada ao corpo, hoje, à alma. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2012, p. 21). Houve uma mudança de objetivo, pois se percebeu que aquele que cometeu algum delito poderia ser mais e melhor aproveitado, visto que ele poderia servir ao Estado por meio de sua força de trabalho. No entanto, o que Foucault acentuou não foi a inoperância do Poder Soberano, mas a maior eficácia de um conjunto de poderes.

A questão econômica não foi deixada de lado nessa nova operacionalização de poder, pelo contrário, foi-lhe necessário o crescimento do seu esforço e utilidade. Para isto, foram necessários métodos de poder capazes de aumentar as forças, os recursos, a vida em geral, sem por isso convertê-las em mais dificuldade de sujeição. Esta relação nos faz pensar em como as técnicas de poder estão presentes em todos os níveis do corpo social e que são utilizadas por instituições diversas. O exercício de poder age no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam (FOUCAULT, 2014).

2.3 O bios como objeto de saber: uma tecnologia que produz subjetividades

O conceito de biopolítica foi enunciado pela primeira vez em 1974, em uma conferência ministrada por Foucault na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Palestra essa que foi publicada em 1977 com o nome de O nascimento da medicina social (1994). Para Revel (2005, p. 26), a biopolítica aparece no quadro de racionalidade política do liberalismo que, para ela, é “um exercício do governo que não somente tende a maximizar seus efeitos, reduzindo ao máximo seus custos, sobre o modelo da produção industrial, mas que afirma arriscar-se sempre a governar demais”.

Nos cursos do Collège de France, Foucault explora as diversas faces da biopolítica, no entanto, segundo Caponi (2016), não existe uma referência clara à noção de vida ou “bios”, sobre a qual se constrói e se articula esse conceito, embora tenha dedicado diversos textos e

estudos à problematização dessa noção. Evidencia-se a centralidade da vida nos estudos biopolíticos na seguinte afirmação de Foucault:

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX tem sido o que poderíamos denominar uma invasão da vida pelo poder: ou se vocês desejam, um exercício de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma sorte de estatização do biológico, ou pelo menos uma certa tendência ao que se poderia denominar uma estatização do biológico (FOUCAULT, 1997, apud CAPONI, 2016, p. 234).

Esse trecho possibilita situar a noção de vida como articulador de novos domínios de intervenção e de saber, além de delimitar o alcance dessa noção. O poder dessa forma delimitado se refere à identificação da vida com o domínio do biológico; trata da vida à medida em que for objeto de estudo da biologia, da medicina e dos saberes denominados, justamente, das ciências da vida.

O saber médico e a noção de norma, em torno da qual o saber sobre a vida se constrói, são imprescindíveis para compreender as estratégias biopolíticas, pois permitem a articulação entre o conhecimento dito científico e as intervenções propriamente ditas, concretas. É em torno da norma que as estratégias de poder podem ser criadas. Dessa forma, os discursos aparecem em forma de norma, que é regulada pela instância do Direito, a fim de organizar o corpo social. Sobre ela, Foucault postula:

Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 2014, p. 156).

Essa estratégia de recorrer às normas para incutir os propósitos dos aparelhos de justiça é utilizada para diminuir o impacto da lei na vida das pessoas. O uso de discursos médicos, administrativos, científicos, entre outros, são uma forma de ancoragem que traz credibilidade e fundamento às imposições que são feitas, a fim de que a população não resista, tendo em vista que a maneira pela qual a lei é exposta desenvolve o desejo das pessoas à obediência.

Falar de um poder que concerne à vida, desse modo, é afirmar que o homem enquanto espécie se converteu em objeto de investimento de tecnologias de saber e poder normalizadoras, o que permite a regularização dos fatos biológicos próprios das populações, tendo como

referência os padrões determinados pelas ciências da vida. A noção de vida está no centro das discussões não apenas como objeto de tematização das ciências biológicas, mas também como um espaço privilegiado que garante a gestão das populações nas sociedades modernas (CAPONI, 2016). Para este autor, “a biopolítica não pode entender-se em sentido literal, como sendo uma “política da vida”. Em sentido estrito, a biopolítica deveria traduzir-se como governo sobre a vida” (p. 238). Devemos entender, nesse contexto, que esse modelo de gestão deve ser pensado como uma maneira de gerir ou de governar a vida que se opera sobre o corpo-espécie, atentando para o fato de que esse governo parte de uma perspectiva populacional que se ampara na lógica médico-estatística de ordenação entre o normal e o patológico.

Interessante pensarmos também em relação às temáticas que podem ser abarcadas pelas questões biopolíticas de governo, pois a partir do momento em que pensamos na vida das populações reduzidas ao corpo-espécie, suas necessidades biológicas e os seus riscos são levados em consideração para que se criem políticas públicas favoráveis ou para que os discursos sejam trabalhados em prol de uma modificação do corpo social com vistas sempre à melhoria da força produtiva. Sobre isso, Caponi afirma que:

no momento em que o domínio da ética e da política é substituído e reduzido ao campo do biológico, a corpo-espécie, nossos padecimentos individuais e cotidianos, nossos vínculos sociais passarão a estar mediatizados por intervenções terapêuticas, médicas ou psiquiátricas, interessadas em classificar todos os assuntos próprios da condição humana em termos de normalidade ou de patologia (CAPONI, 2016, p. 238).

Podemos dizer que as classificações feitas pelos discursos que são acolhidos como verdadeiros na sociedade são formadoras de subjetividades, visto que o sujeito toma como inspiração ou modelo essas verdades e se subjetiva através das práticas reguladoras, estando assim, participante do poder que traça a partilha entre a vida que merece viver e a que deve ser deixada de lado, que pode morrer. A seguir discutiremos brevemente a respeito da biopolítica em relação à felicidade, explicitando alguns exemplos de como essas regulações ocorrem no cotidiano do corpo social.

2.4 A gestão populacional em Michel Foucault: governamentalidade

Falar em governamentalidade neste trabalho se justifica pela ideia de que consideramos a mídia uma instituição social, uma forma de organização da sociedade marcada por padrões de comportamento delimitados por normas e valores específicos e com finalidades próprias. Dessa forma, podemos dizer que se trata de um dispositivo de poder disciplinar que regula as práticas do corpo populacional.

Para Hjarvard (2008, p. 2-3), “a mídia é, ao mesmo tempo, parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua”. Isso significa, de certo modo, que a sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que esta não pode mais ser considerada como sendo separada das instituições sociais e culturais. Partindo do pressuposto de que temos uma sociedade altamente influenciada pela mídia, Hernes nos incita a:

[...] perguntar quais conseqüências a mídia tem para as instituições e para os indivíduos: as formas como a administração pública, as organizações, os partidos, as escolas e os negócios funcionam e como eles se relacionam entre si. De que maneiras os meios de comunicação redistribuem o poder na sociedade? [...] Em suma, do ponto de vista institucional, a questão-chave é: como a mídia altera tanto o funcionamento interno de outras entidades sociais quanto a suas relações mútuas (HERNES, 1978, p. 181).

Isso pode nos fazer pensar em como a lógica da mídia constitui a base do conhecimento que é gerado e difundido na sociedade. Além disso, podemos considerar que se trata de um espaço para a discussão e a legitimação dos discursos ditos científicos, visto que, muitas vezes, faz uso destes para credibilizar as informações defendidas.

Considerando o discurso da felicidade como um terreno fértil para a implantação de instrumentos de regulação dos sujeitos, e o poder como elemento constitutivamente difuso nas práticas sociais, é pertinente estabelecermos uma relação do nosso objeto com a noção foucaultiana de governamentalidade neste ponto do trabalho. Para Medeiros (2009, p. 35), “o imaginário coletivo da felicidade tem na mídia uma das suas instâncias mais significativas de constituição de sentido”. Dessa forma, compreendendo a mídia como um espaço institucional de formulação, constituição e circulação de sentidos (ORLANDI, 2001), podemos indicar que, enquanto instituição, ela determina o que pode e também o que não pode circular em seu espaço.

Importante salientar que a governamentalidade é uma noção metodológica elaborada por Foucault como parte das necessidades da sua atividade de ensino e pesquisa, um instrumento para trabalhar sobre um problema, ou seja, uma ferramenta para pensar. Ele cria essa noção metodológica para explicar as transformações que percebe nos dispositivos de saber/poder entre os séculos XVI e XVIII, assunto que constitui seu objeto de estudo (RAMÍREZ, 2011).

A criação dessa noção levou Foucault a um triplo deslocamento: o primeiro deles corresponderia ao deslocamento que, a partir da terceira aula do curso “Segurança, território, população”, o levou da biopolítica para a governamentalidade (p. 77); o segundo tem a ver com a utilização dessa noção metodológica que levaria Foucault a passar do interior do Estado e da ideia de Estatização do Estado para o exterior das tecnologias de governo enquanto tecnologias políticas; o terceiro, e o mais radical deles, aconteceu a partir do curso “Do governo dos vivos” (1979-1980), quando ele deixou claro o assunto sobre o qual ele iria ocupar-se: o governo dos homens pela verdade, o que significaria deslocar as coisas em relação ao tipo de análise que girou em torno da noção de ideologia dominante, que foi substituída pela noção saber/poder.

Com a noção de governamentalidade, Foucault podia referir-se a políticas administrativas estatais e, ao mesmo tempo, à importância de “deixar de lado” a figura do Estado e de seu poder onipresente e onipotente, capaz de reger todos os lugares e aspectos da vida social, indo contra essa ideia em nome do pensamento de que “os poderes se exercem por meio de técnicas difusas e discretas de governo dos indivíduos em diferentes domínios” (DUARTE, p. 54).

Deslocando-se do poder exclusivo do Estado, podemos nos referir à noção geral de governo, sendo entendida como a capacidade de gerir, conduzir e comandar as condutas humanas, ex: o governo dos alunos pelo professor, das crianças pelos pais, do rebanho pelo pastor, etc. Isso significa que a prática de governar é múltipla e pode ser exercida pelas pessoas cotidianamente, sendo o governo empregado pelo Estado apenas uma das modalidades onde todas as outras estão inseridas.

No que concerne ao que se deve governar, Foucault (2012a, p.415) afirma que

aquilo a que o governo se refere é não um território, e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que

são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que sejam os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte etc.

Foucault verificou nos tratados por ele analisados que governar diz respeito aos homens em sua relação com as coisas, ou seja, o intento do governo é utilizar as coisas de um modo correto, a fim de dirigi-las a um objetivo adequado a cada uma, fazendo com que se produza mais riqueza e que sejam fornecidos meios suficientes à sobrevivência. Para ele, “dispor as coisas” é “utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos” (FOUCAULT, 2012a, p. 418). O que importava a Foucault era pensar o Estado a partir do governo das coisas e das pessoas.

Durante o século XVI e até o século XVIII a arte de governar se limitava ao modo da soberania, apoiado pelo modelo familiar. Foi só a partir da expansão demográfica, quando surgiu o problema da população, que a noção de economia pôde estar no centro da Estatística, revelando, assim, as características não só próprias à população, mas também dos fenômenos que não se restringiam à família, como o número de doentes, mortos, etc. (FOUCAULT, 2012a).

Para o autor, a família foi bloqueada pela ideia de economia e, de modelo, ela passa a ser um instrumento privilegiado para o governo da população. Dessa forma, o objetivo governamental passa a ser a população, cuja riqueza, saúde, duração da vida e “bem-estar” devem aumentar, mas com base na economia como exercício político, papel essencial do governo desde então. Para atingir essa maximização da sorte da população com fins econômicos o governo deve utilizar como instrumentos:

Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa da natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo (FOUCAULT, 2012a, p. 425).

Dessa forma, no século XVIII ocorreu a passagem de um modo de governo pautado na soberania para uma forma política dominada pelas técnicas de constituição de saberes

concernentes aos fenômenos próprios à população, em conformidade com Senellart (1995, p. 2) para o qual “a governamentalidade constitui uma figura original do poder, articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção.” Vale salientar que não se trata de uma passagem da soberania à disciplina e, logo em seguida, à sociedade de governo, mas de uma tríade em que a população é a principal meta, tendo como mecanismos os dispositivos de segurança. Mecanismos esses que são práticas de intervenção sobre a população, estatais ou não, nas sociedades modernas.

Considerando o olhar genealógico para as relações entre o Estado e os problemas e questões da população, a emergência do imperativo da felicidade atualmente está inserida no domínio da governamentalidade, pois mesmo que desta façam parte medidas sutis de poder, repetidamente ecoadas, que de nenhuma maneira tem o objetivo de exercer o controle excessivo sobre os fenômenos próprios da população, há na questão da obrigatoriedade de ser feliz o papel do Estado até mesmo no âmbito jurídico, determinando a condução dos sujeitos ao bem-estar, insistentemente.

Podemos dizer, dessa forma, que vivemos, desde o século XVIII, na era da governamentalidade, sobre a qual Foucault (2012a, p.429) considera:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

O propósito da governamentalidade é gerir a população levando em conta os detalhes, minuciosamente. Mais do que nunca essa forma de gestão está presente em nossa sociedade de controle, em que “o poder se torna inteiramente biopolítico, todo o corpo social é abarcado pela máquina do poder e desenvolvido em suas virtualidades” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 43).

Foucault nos ensina que se o poder fosse apenas repressivo, sem as positivities, sem um porquê à sujeição, a dominação capitalista não conseguiria se manter. Olhando sob este prisma, podemos dizer que, segundo este autor, o objetivo básico do poder é gerir a vida dos homens e controlá-los com vista à produtividade “para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (FOUCAULT, 2012a, p. 20). Essa forma de exercício

de poder tem como meta a produtividade, uma maior disposição ao trabalho, daí a necessidade de tornar os corpos, “dóceis e úteis”.

A administração da população se faz através de técnicas sutis. Os mecanismos disciplinares incidem tanto no “corpo–espécie”, isto é, de forma individualizante no corpo biológico, caracterizando o “governo de si”, através de políticas públicas que fomentam o aumento de duração da vida e o controle da natalidade, por exemplo; quanto no “corpo social” por meio do “governo dos outros”, ou seja, da população em geral. Em suma, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno do quais se desenvolve a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1999, p. 131).

A partir das discussões de Foucault (2012) sobre a sociedade disciplinar, caracterizada pelo panoptismo (discutido no capítulo anterior), com a multiplicação dos dispositivos disciplinares pelo corpo social nos séculos XVIII e XIX, Deleuze (2008) desenvolve a sua discussão sobre a sociedade de controle, salientando que a passagem da sociedade disciplinar para a de controle ocorreu progressivamente. Para ele, a partir da Segunda Guerra Mundial a sociedade disciplinar viveu uma crise e deixou de existir, trazendo como corolário uma crise também nos meios de confinamento, para as quais foram estabelecidas reformas, incluindo a família. Diante disso, resta “gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares” (DELEUZE, 2008, p. 220).

Na sociedade de controle, que se potencializa nos limites da modernidade e se estabelece na pós-modernidade, segundo Hardt e Negri (2001, p. 42) “os mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes, ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos”. Cada vez mais internalizados se tornam os mecanismos de inclusão e exclusão e o poder é exercido por meio de máquinas que organizam diretamente os corpos e os cérebros (como em sistemas de bem-estar, por exemplo). Para estes autores, a sociedade de controle pode ser encarada como uma intensificação e uma fusão dos aparelhos de normalização que por meio de instrumentos sutis de coerção controlam as nossas práticas diárias.

Esse novo modelo de operacionalização do poder tem natureza biopolítica, pois o biopoder “regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e articulando” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 43). Vale ressaltar que, para esses autores, somente

a sociedade de controle é hábil para assumir a biopolítica como terreno exclusivo de referência, em que todo o corpo social é desenvolvido em suas virtualidades.

ANÁLISE 1(Figura 2, Revista SuperInteressante, 2017)



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

A análise que ora desenvolvemos é da edição 379, de setembro de 2017, da revista Super Interessante. Iniciando pela capa pode-se perceber o desenvolvimento da ideia de construção da felicidade e como isso deve ser feito. Na parte superior da capa vêem-se com letras garrafas os seguintes dizeres: “**Felicidade como construir a sua**”. E a resposta a esta indagação vem

logo em seguida: **Bastam mudanças pequenas na rotina para aumentar seu bem-estar. Quem diz isso não são os livros de auto-ajuda. É a ciência. Conheça os 7 atalhos da psicologia para uma vida mais feliz.”**

Corroborando com a ideia metafórica de construção da felicidade, faz-se um paralelo com um movimento real de edificação, demonstrado pela figura da moça que está no centro da capa segurando um pincel de rolo, suja de tinta, e também pelos instrumentos que fazem parte do campo semântico de obra, como “tijolos”, “escada”, “martelos”, “serrote” e “mala de ferramentas”. A moça estampa um sorriso ao realizar a tarefa de ter pintado o “smile”, assim mostrando o efeito de se construir a felicidade fazendo **pequenas mudanças na rotina**, aumentando, dessa forma, o bem-estar.

Em relação ao “smile”, vale salientar que há uma regularidade de sua aparição em todas as revistas analisadas. A partir dela, podemos trazer a noção de enunciado para explicar o constante povoamento de outras vozes, ou a ativação da memória discursiva por meio da imagem em questão, pois, para Foucault, uma das características do enunciado é que ele tem sempre

margens povoadas de outros enunciados [...], não há enunciado, em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2013, p. 120)

Podemos fazer um paralelo da imagem analisada com a plaquinha “sorria, você está sendo filmado”. As câmeras de segurança são instaladas para flagrar furtos, roubos e outros crimes, no entanto, quando o cidadão lê a frase acima ele pode até sorrir e esquecer que o real motivo da filmagem é a desconfiança e a repressão. Isso ocorre porque no momento das espionagens intitucionalizadas, a comunicação evoluiu para algo mais sutil e menos ameaçador. A característica da sutileza está presente nas táticas de governamentalidade em que o controle é exercido de tal modo que a população não consegue notar a sua instauração. No caso das câmeras, a simples possibilidade de estarem sendo filmadas regula o comportamento das pessoas.

Vale ressaltar que a função enunciativa se apresenta por meio de uma materialidade que não é restritivamente linguística por não estar no mesmo nível de existência da língua. Dessa forma, a imagem pode ser encarada como um enunciado que remete a vários outros enunciados,

visto que há uma relação deste com uma série de outras formulações com as quais ele coexiste; é um nó em uma rede.

É interessante pensarmos também na veracidade que se quer passar em relação às informações ou indicações fornecidas pela revista, tendo em vista que se fez questão de mencionar que essas indicações foram feitas pela **ciência** e não pelos livros de autoajuda, o que nos remete aos discursos de autoridade que são utilizados com o fito de credibilizar as verdades que são ditas para que, com isso, os enunciados sejam seguidos pela população. Foucault (2012, p. 8), fundamentando o discurso em relação ao poder postula que

em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade

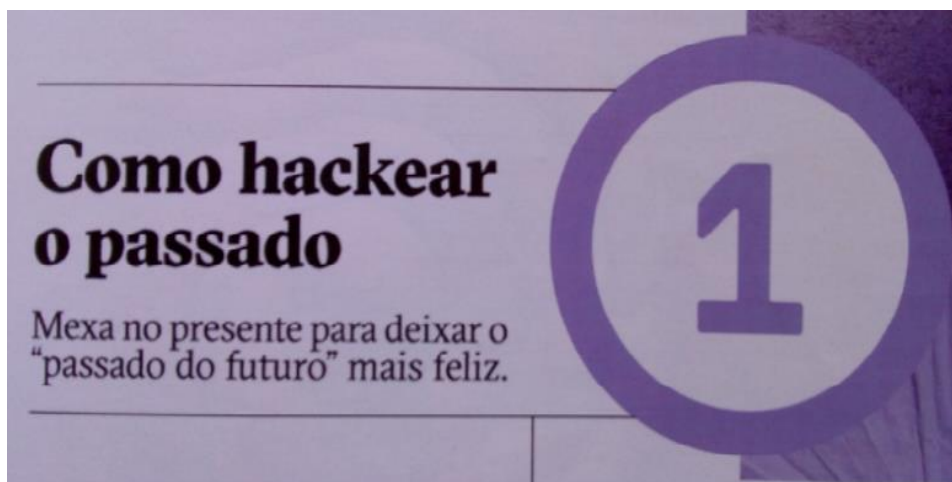
Cabe a nós o questionamento a respeito dos motivos que fazem com que um discurso de verdade seja aceito e prevaleça sobre o outro. No caso em questão, o discurso da ciência como a força legitimada, em oposição aos livros de autoajuda. Sabemos que a ciência tem um efeito que lhe permite reivindicar um lugar e um papel de destaque em relação aos conjuntos de conhecimentos constituídos na sociedade, fazendo com que o seu discurso ser invocado à capa da revista seja uma estratégia midiática que tem o objetivo de evitar questionamentos e convencer o público leitor de que as instruções dadas são verdadeiras e comprovadas, facilitando o cumprimento das dicas dadas com o efeito do cuidado de si, pois as estratégias de poder são tão sutis e funcionais que os sujeitos têm a impressão de que estão no total controle de suas decisões/ações quando, no escopo da biopolítica, surgem os biopoderes que, ao serem articulados com as técnicas de si, ocasionam modos de subjetivação sobre os quais cada indivíduo organiza sua subjetividade a partir das estratégias de poder vigentes.

Ainda nos dizeres da capa encontramos o seguinte enunciado: conheça os 7 **atalhos** da psicologia para uma vida mais feliz. Segundo o dicionário online do português¹³, a palavra atalho significa “caminho secundário, derivado de um principal, pelo qual se encurtam distâncias e/ ou se chega ao lugar de destino; corte, vereda.” A partir disso, podemos interpretar que devemos encurtar o caminho para a felicidade, ou seja, temos que chegar o mais rápido possível a ela. A revista, assim, dita passos a serem seguidos, ancorados em saberes que o

¹³[HTTPS://www.dicio.com.br/atalho](https://www.dicio.com.br/atalho)

indivíduo assume para si, o que faz com que ele incorpore identidades previamente definidas. A Psicologia é um dos exemplos de saber que nos apresenta, por meio da mídia analisada, como podemos controlar o nosso direito de ser feliz, não dependendo do acaso, mas de uma decisão que traz o bem-estar para o plano do concreto. Eis os passos:

Figura 3, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

Nesse tópico 1 da revista, é dito que para a lógica de Kahneman¹⁴, **a maneira mais eficiente de gastar dinheiro é com coisas que ficam gravadas na memória para sempre: as experiências.** Mais à frente, é aconselhado que se “vá a algum show de um astro que se goste”; para “investir num restaurante de comida exótica”; “num salto de paraquedas” ou em “uma viagem”. O curioso é que em todas as opções de experiências descritas a serem vividas com vista à felicidade há gastos. A questão é não gastar de qualquer jeito, mas com eficiência, salientando que hoje a palavra “gasto” tem conotação negativa quanto ao uso para melhorar vida: usa-se, no âmbito do “politicamente correto”, o termo “investimento”. A resposta está no consumismo. Para Bauman (2008, p. 71):

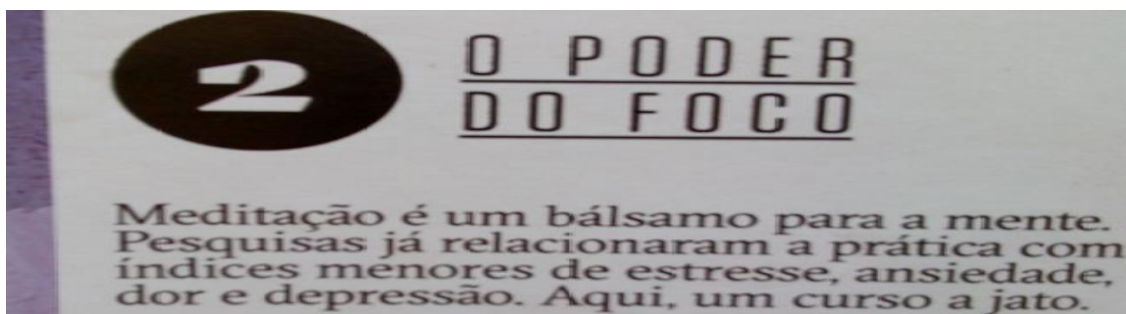
a “sociedade de consumidores” representa o tipo de sociedade que promove , encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial

¹⁴ Daniel Kahneman é um teórico da finança comportamental, a qual combina a economia com a ciência cognitiva para explicar o comportamento aparentemente irracional da gestão do risco pelos seres humanos. Em 2002, ele ganhou o Prêmio Nobel de Economia, algo particularmente encarado como incomum, visto que ele é um psicólogo.

consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível- e uma condição de afiliação.

Essa sociedade de consumidores, vale salientar, está totalmente inserida numa lógica de governamentalidade, pois, além de se preocupar com o bem-estar populacional, direciona-se, sobretudo, por princípios econômicos, desde o seu surgimento no século XVII, fase em que a arte de governar esteve relacionada com o Mercantilismo, cujo principal objetivo era o acúmulo de capital. Explicando a lógica dos enunciados prescritivos da revista, podemos considerar que “ser feliz está simplificado a uma embalagem frágil e superficial que é recheada de valores e práticas do ter que são imperativos” (MEDEIROS, 2009, p. 35). Dessa maneira, podemos dizer que as técnicas governamentais para atingir a felicidade são excludentes, visto que, segundo Birman (2010), ser feliz atualmente requer, como nos impulsiona a maioria das propagandas e produtos ofertados, recursos econômicos capazes de adquirir esse bem transformado em mercadoria.

Figura 4, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

No atalho 2 (figura 4), vemos que há o investimento da revista está em torno da meditação, justificando que **as pesquisas já relacionaram a prática com índices menores de estresse, ansiedade, dor e depressão.**

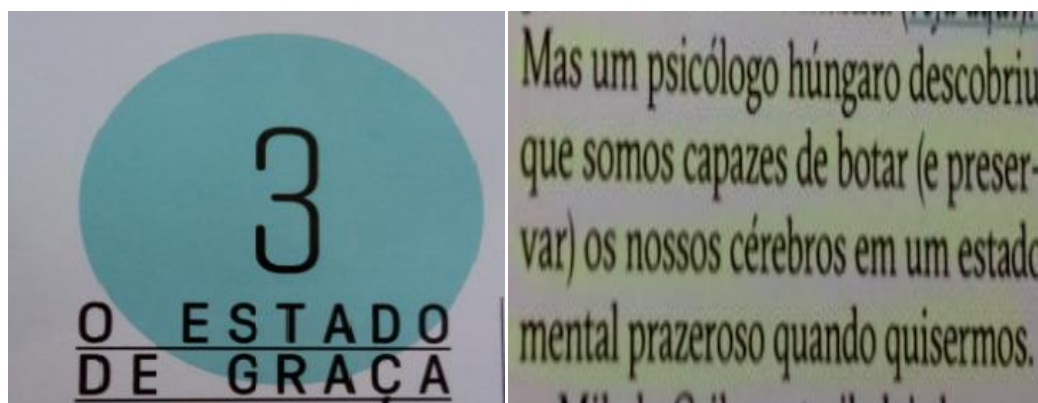
No site do salário BR- pesquisa salarial no Brasil¹⁵ é dito que ser mais produtivo no trabalho é um desafio para muitas pessoas, no entanto alguns profissionais levam trabalho para

¹⁵<http://salariohoje.com/Artigos/Descanso-e-sinonimo-de-produtividade/439>

casa, “só que para tanto trabalho, o corpo e a mente precisam de descanso”. Segundo o site, “pesquisas recentes mostram que trabalhar enquanto se deveria estar descansando não é uma boa ideia. Estudos feitos pela Scientific American mostram que as horas dedicadas a uma determinada tarefa podem não ser proporcionais ao nível de produtividade de um profissional”.

O site chega a destacar que a falta de descanso pode atrapalhar a performance no trabalho. Nesse espaço são listadas 4 atividades que podem ajudar no descanso: se **divertir**, ter mais **férias** ao longo do ano, ter um dia de **folga** e tirar um **cochilo** ou **meditar**. O site aponta que a quarta atividade ajuda o cérebro e que “há evidências biológicas de que as pessoas que possuem esse tipo de hábito ficam mais produtivas, além de cometer menos erros”. E diz mais: “na falta de um cochilo, uma técnica de meditação de 5 a 20 minutos ajudará a baixar a frequência do cérebro e ajudará os profissionais se sentirem mais felizes e descansados”. Dessa forma, podemos perceber que mesmo o exercício de meditação indicada pela revista está em conformidade com as técnicas de sutileza da governamentalidade, pois essa forma de exercício de poder tem como meta a produtividade, uma maior disposição ao trabalho, daí a necessidade de tornar os corpos relaxados para, assim, serem “dóceis e úteis” socialmente, ou seja, para que produzam mais e dêem mais lucros à máquina mercadológica capitalista.

Figura 5, Revista SuperInteressante, 2017



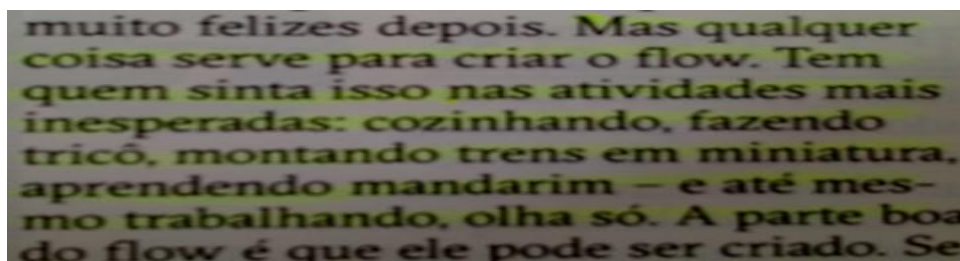
Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

Este é o terceiro atalho da revista: o estado de graça. Em que consiste? “Colocar os nossos cérebros em um estado mental prazeroso”. Isso se denomina flow¹⁶, como é chamado pelo professor Mihaly Csikszentmihalyi, para o qual aquele exige que estejamos completamente

¹⁶ Fluxo em português

imersos e concentrados em uma atividade, de maneira que usemos o nosso cérebro no limite da sua capacidade de processamento.

Figura 6, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

Este estado corrobora com o tópico anterior de descanso no sentido de que a revista orienta que o flow pode ser criado até mesmo quando o indivíduo está trabalhando, ou seja, há uma maneira de você elevar a sua mente a um estado de prazer mesmo fazendo algo que não seja muito propício a isso. Dessa forma, qualquer atividade pode vir a se tornar algo que ajude no seu bem-estar. É uma espécie de “felicidade sob encomenda”, como diz Csikszentmihalyi. Dessa maneira, percebemos que o imperativo da qualidade de vida procura por em foco as práticas que deveriam ser realizadas pelo indivíduo para manter a autoestima e a alegria mesmo diante de condições desfavoráveis. Para Birman:

com efeito, das boas condições da saúde à boa alimentação, passando pelo culto regular das atividades corporais, dos esportes e do lazer, é sempre a qualidade de vida do indivíduo que é colocada em evidência, de maneira recorrente, de forma a promover a satisfação plena deste (BIRMAN, 2010, p. 39).

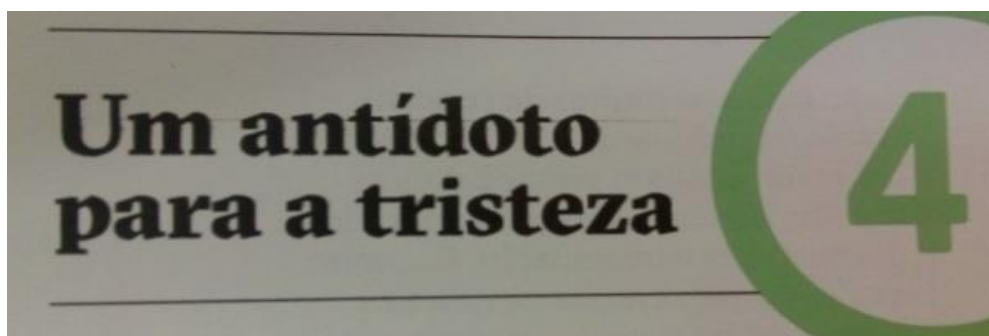
Nesta perspectiva, as revistas e os jornais passaram a ter colunas e informes organizados em que se colocam em evidência os diversos temas que compõem as diretrizes para se alcançar uma vida feliz, promovendo desde receitas para uma alimentação saudável até a importância de se fazer meditação regularmente, por exemplo, trazendo esses elementos como modos de vida a serem seguidos pelos indivíduos. Mais precisamente,

a governamentalidade descreve a criação de alinhamentos específicos entre as atividades diárias- mediante as quais os indivíduos procuram mudar a si mesmos, otimizando suas capacidades e transformando aspectos problemáticos- e as estratégias mais amplas, por meio das quais as autoridades governamentais

procuram aperfeiçoar os desempenhos econômicos para conter ou minimizar as patologias sociais, e assim por diante (BINKLEY, 2010, p. 90).

Dessa forma, podemos dizer que o conceito de governamentalidade descreve as formas de governo que procedem não por meio de restrição ou limitação direta da liberdade, mas, pelo contrário, através da atribuição de liberdade e aparente autonomia aos indivíduos, o que traz a ilusão de um governo com a ausência de regras. Vale ressaltar que essa pretensa liberdade concedida aos indivíduos traz implicitamente efeitos específicos e bem delimitados sobre as subjetividades desses indivíduos “livres”. Para Binkley, trata-se de um governo que age através da liberdade: “é o estabelecimento de condições sob as quais os indivíduos assumirão a responsabilidade de governar a si mesmos”. Dessa forma, podemos dizer que esse recuo do aparelho de governo envolve, é claro, novos métodos indiretos que têm o efeito de chamar os indivíduos à responsabilidade por seu próprio bem-estar.

Figura 7, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

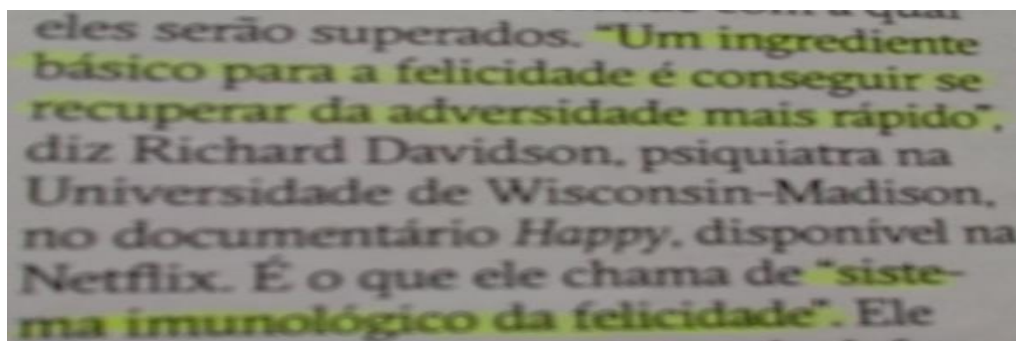
Este quarto atalho da revista diz respeito à superação dos acontecimentos ruins. Segundo ela, **alguém próximo pode morrer inesperadamente, o amor da sua vida pode decidir entrar numa seita, seu carro pode ser roubado. Mas o que determina se alguém vai ser feliz não são os imprevistos que vão inevitavelmente acontecer- é a velocidade com a qual eles serão superados.**

Para Fontenele¹⁷, “existe um preconceito em relação à tristeza. Busca-se negá-la e supervalorizar a alegria. Na nossa sociedade, a tristeza só é valorizada na música, na literatura

¹⁷John Fontenele Araujo, doutor em psicologia na área de neurociência e professor do Departamento de Fisiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em entrevista para o Uol.

e na pintura”. É isso que ocorre, pois vemos a cada dia que a tristeza está sendo excluída da lista dos sentimentos ou estados de espírito que devem ser vivenciados pelos indivíduos. É, na maioria das vezes, encarada como algo a ser evitado ou curado, como uma doença. É o que vemos na figura 8 a seguir:

Figura 8, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

Contrastando com esse pensamento, para Heidegger (1989), é na angústia que o homem singulariza-se. É nessa indeterminação absoluta que a parte angustiada do homem interpela a parte declinada, convocando-a a fazer escolhas. Assim, para este autor, não é possível medir a tristeza, pois se nos aproximarmos dela com um método de mensuração, essa aproximação transgrediria o seu sentido e a tristeza como tal seria eliminada. Diante disso, qual seria a melhor maneira de lidar com ela? Na perspectiva do autor, é preciso deixar que os fenômenos se manifestem como são e

para isto, é necessário, primeiramente, deixar esses fenômenos ficarem simplesmente de maneira como o vemos, sem qualquer tentativa de reconduzi-los a qualquer coisa. Em outras palavras, deve-se evitar qualquer tipo de possibilidade de reconduzi-los (HEIDEGGER, 1989, p. 255).

O que é apontado por Heidegger como um posicionamento saudável diante das coisas que não se podem mensurar, é exatamente o oposto do que presenciamos na

contemporaneidade, pois vemos que no que se refere às expectativas de transformação individual, vivemos numa era de constante otimismo, tendo em vista que

múltiplas fontes acadêmicas e midiáticas irradiam a convicção de que a ciência é capaz de indicar-nos, passo a passo, como robustecer os mananciais biológicos ou psicológicos de uma existência cronicamente feliz. As novas ciências da felicidade nos ensinam que usufruir de um aumento sustentável em nosso bem-estar subjetivo é um *projeto individual* totalmente factível *aqui e agora*, desde que nos dediquemos, sem jamais esmorecer, a esse empreendimento vital (FREIRE FILHO, 2010, p. 54-55).

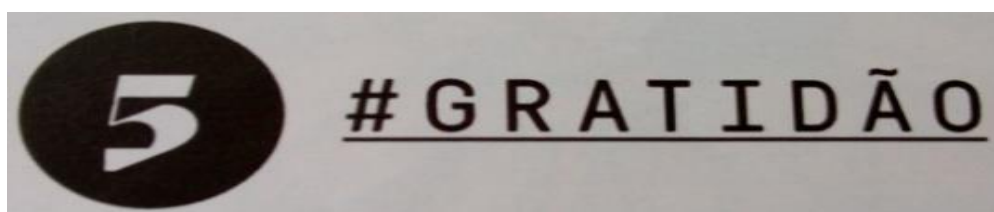
Dessa forma, os indivíduos fogem da angústia e da tristeza, procurando preencher o vazio existente como se a posse das coisas fosse torná-los verdadeiramente felizes. No entanto, pensar numa felicidade constante parece um pouco distante da realidade. O problema maior é que essa busca incessante e desesperada pela felicidade não traz a plenitude, pois o sujeito nunca está completamente satisfeito com a vida, ocorrendo apenas o abandono do seu projeto essencial. Em consequência disso, “o ser humano, em sua vida cotidiana, seria promiscuamente público e reduziria sua vida à vida com os outros e para os outros, alienando-se totalmente da principal tarefa que seria tornar-se si mesmo” (CHAUI, 1996, p. 8)

Essas sensações de tristeza, tragédia e angústia seriam, assim, o mais típico da vida humana, mas esses estados nos tiraria do círculo produtivo em que as pessoas têm que estar bem humoradas e dispostas. Há, assim, um grande desajuste entre o que somos naturalmente e o que temos que ser socialmente. Vale ressaltar que nenhum desses estados considerados “negativos” combina com o sistema econômico no qual vivemos, por isso há um investimento insistente para que se eliminem a todo o custo essas coisas a todo o tempo e de qualquer forma possível. Dessa maneira, é importante frisar que

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população em sentido amplo, daquilo que chamamos precisamente de ‘economia’. A economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza, se constituirá uma ciência chamada ‘economia política’ e, ao mesmo tempo, um tipo característico de intervenção do governo, que será a intervenção no campo da economia e da população (FOUCAULT, 2009, p. 140-141).

Ao fazer tais afirmações, Foucault demonstra o conjunto das novas técnicas de governo assentadas em tecnologias de regulação dos fenômenos populacionais, reforçando a ideia de que o problema político moderno não consistiria na dedução das artes liberais de governar tendo como ponto de partida uma teoria filosófica da soberania, mas em descobrir os fundamentos jurídicos e institucionais apropriados às técnicas de governo já existentes e em funcionamento.

Figura 9, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> **Acesso em:** 25 de setembro de 2017

O quinto atalho diz respeito à relação da gratidão com a felicidade. Segundo a revista, os relatos de gratidão estão mais comumente visíveis e espalhados no Instagram e no Facebook, até se tornar o hashtag do momento, o que indica que esse estado tornou-se desculpa para um tipo de ostentação de situações especiais pelas redes.

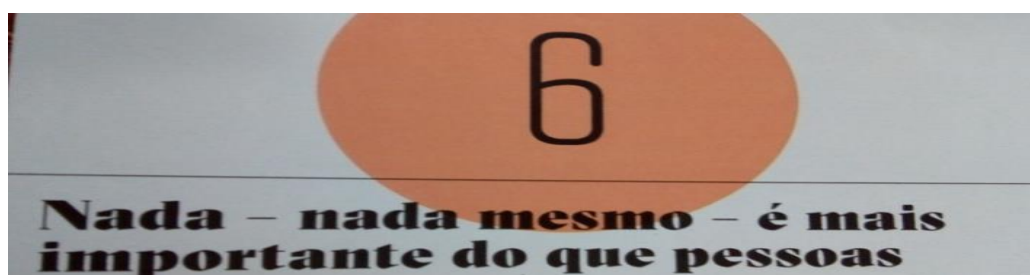
Esse atalho ratifica o que discutimos sobre a meditação e o flow, pois todos esses pontos favorecem uma tranquilidade, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, trazendo um bem-estar e a felicidade de que tanto “precisamos” para sermos produtivos nessa sociedade capitalista. Como nos diz Freire Filho (2010, p. 55), “a felicidade não é mais concebida como um estado de exceção: pode ser vivenciada ininterruptamente, amplificada indefinidamente e prolongada até o fim de nossa existência”, que é o que enuncia a mídia.

Ainda segundo Freire Filho (2010), a psicologia positiva (que forneceria os métodos práticos para erradicar todas as características de personalidade que atrapalham a convivência em sociedade e o desempenho no trabalho) seria uma junção perfeita entre a pesquisa universitária profunda e a autoajuda. Para ele, de acordo com esta teoria, “os mais admiráveis componentes do *capital humano* (‘como modernamente se definem as potencialidades das pessoas’) podem ser desenvolvidos com algum aprendizado e treinamento.” Então, por que não

sentir gratidão pela saúde, pela família, ou pelo emprego, mesmo em ocasião de essas coisas estarem totalmente imperfeitas?

Temos que ser gratos, tendo em vista que “alega-se, ainda, que a frequência elevada das emoções positivas favorece uma maior produtividade no trabalho e o estabelecimento de interações sociais mais ricas” (p.60). Em termos diretos, seria aconselhável promover a felicidade “não apenas porque ela nos faz sentir bem, mas porque ela constitui um sábio investimento social e de saúde pública” (SHELDON e LYUBOMIRSKY, 2007, p. 131). Esta positividade do cuidado de si e dos outros, com fins de disciplinar os corpos sociais, relaciona-se com o poder, que, por sua vez, não existe fora da verdade, tampouco a verdade se estabelece sem o poder.

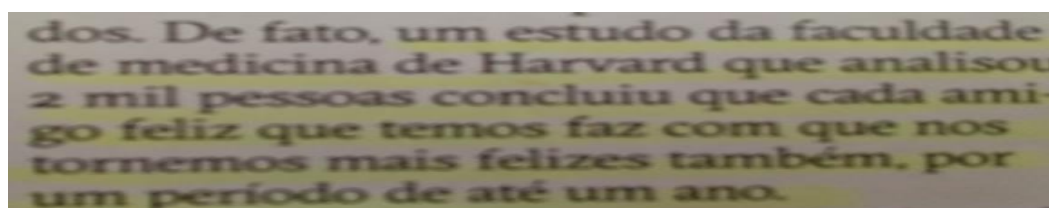
Figura 10, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

No atalho 6 (figura 10) vemos um conselho que, à primeira vista, pode nos causar surpresa, visto que em muitos momentos da revista percebemos um direcionamento ao consumismo, mas neste tópico há uma supervalorização das pessoas em detrimento de bens materiais. O conselho que é nos é dado é: **se você quer chegar feliz ao final da vida, precisa se cercar de pessoas e ter diversas relações muito próximas.**

Figura 11, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

Podemos perceber a partir da figura 11 (trecho) que a revista parte do pressuposto de que a felicidade é contagiosa. Dessa forma, nada mais lógico do que considerar que a tristeza também é. Então não se trata de se cercar de quaisquer pessoas, mas de estar perto e conviver com pessoas felizes, a fim de adquirir o mesmo estado de espírito. Não há nenhum problema em você se aproximar de pessoas felizes, no entanto, o que há de errado na aproximação com as pessoas tristes?

Trazendo a questão da biopolítica, é importante ressaltar que este tipo de gestão que se interessa pelo bem estar social também se importa com os riscos que a sociedade pode correr. Podemos entender o risco, segundo Caponi (2016), como a quantificação probabilística de tudo o que pode vir a prejudicar a vida das populações, ponto sobre o qual se articulará o governo sobre a vida. Observamos que o risco, segundo a revista analisada, é a tristeza. Dessa forma, são criadas estratégias para mudar ou, no mínimo, diminuir a ocorrência mostrada pelas estatísticas desse mal, destacando que “nessas estratégias de intervenção se articulam diversos domínios do saber e da ação política. Por um lado, os conhecimentos elaborados pela higiene, a medicina social, a demografia e a estatística; por outro, as estratégias de poder que adotam a forma de esquemas de regulação, gestão, assistência, controle de riscos e mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2009, APUD CAPONI, 2016).

Não há como apenas um dos estados prevalecer sobre o outro, visto que o ser humano oscila entre suas emoções e todas elas são importantes para o crescimento pessoal e coletivo. Segundo Sennett¹⁸ (apud BAUMAN, 2001, p. 122), podemos chamar essa tentativa de seleção das pessoas de civilidade, que é

a atividade que protege as pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas. Usar uma máscara é a essência da civilidade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, distante das circunstâncias do poder, do mal-estar e dos sentimentos privados das pessoas que as usam. A civilidade tem como objetivo proteger os outros de serem sobrecarregados com nosso peso.

Com isso, a civilidade torna-se uma arte individualmente aprendida pelas pessoas, sendo uma característica da situação social, cujas habilidades são basicamente impostas ou aconselhadas seja pela mídia ou não. A finalidade desse posicionamento midiático é o aumento da força produtiva, pois “na biopolítica se conjuga a maximização da força e da vitalidade de

¹⁸ Sennett, *The Fall of Public Man*, p. 264.

determinadas populações com a exclusão ou o esquecimento de outras” (CAPONI, 2016, p. 233).

Com a exclusão da tristeza, os sujeitos sentem-se impelidos a mostrar uma felicidade que não existe para se incluírem no padrão idealizado socialmente, ou seja, vestem uma máscara pública, que “é um ato de engajamento e participação, e não um ato de descompromisso e de retirada do verdadeiro eu” (BAUMAN, 2001, p.123), mas essa proteção só faz sentido se houver reciprocidade, pois se há um esforço para que uma indevida sobrecarga surja, espera-se que o outro aja da mesma maneira, a fim de não lhe sobrecarregar, ou não lhe contagiar com coisas negativas.

Figura 12, Revista SuperInteressante, 2017



Disponível em: <https://super.abril.com.br/superarquivo/379/> Acesso em: 25 de setembro de 2017

O sétimo e último atalho dado é **tenha paz**. Segundo a revista online Minha Vida¹⁹, a causa dos conflitos externos são, na verdade, os conflitos internos. Os conflitos, como tudo que acontece na vida, são materializações das emoções. Como conselho, a revista analisada ainda traz: **foque na calma e no contentamento. Evitar a tristeza e buscar a felicidade são o caviar e o champanhe- o luxo prazeroso- de uma vida. Mas viver em paz é o arroz e feijão que nos mantém vivos**. Assim, ela coloca a paz como algo indispensável à nossa vida, mais forte do que evitar a tristeza e buscar a felicidade, no entanto, tendo paz, segundo a revista, você alcança a felicidade, ou seja, o luxo.

Por todos os passos que a revista dá, viver sem a felicidade não vale a pena, o que não traz a ideia de que ela seja apenas o luxo, mas algo sem o qual não vivemos bem, satisfatoriamente. Este último passo vai ao encontro do atalho 2 e 3, que dizem respeito à

¹⁹Disponível em: <http://www.minhavidade.com.br/bem-estar/materias/11499-aprender-a-gerar-paz-pode-deixar-sua-vida-mais-feliz>

meditação e ao flow, que nos indicam imersão total em algo bom mesmo com barulhos exteriores, que tanto podem ser conflitos quanto desagradados. Como, diante de um mundo tão cheio de guerras, crises e caos, ter paz? Para França (2010, p.214), “o corolário da incitação permanente a ser feliz é uma autocobrança e um estado crônico de angústia”. Para a autora, “a busca pela felicidade (assim como o discurso da felicidade), não é uma invenção contemporânea; ela se colocou em diferentes épocas, desde a Antiguidade, e em cada uma delas respostas diferentes foram dadas à questão do que é ser feliz” (p. 215). Hoje, percebemos que há uma negação de quem somos (um povo angustiado e triste), o que corrobora como a afirmação de Foucault (2009, p. 239): “talvez, o objetivo hoje não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos”. E por quê? Alimentar o que somos não faz girar o capital, não é produtivo, não traz lucro à sociedade capitalista.

No que concerne aos discursos e à produção de verdades sobre a felicidade, eles é que fazem funcionar as relações de poder na sociedade através de instrumentos variados. Na nossa pesquisa, a mídia é um instrumento de poder por meio da qual objetivam-se os sujeitos. Dessa maneira, podemos dizer que somos o resultado de numerosos processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes e suas articulações, que nos retêm, nos repartem e nos classificam. Assim, constituímos-nos enquanto sujeitos na produção contínua dessas relações de poder, mas não nos resumimos a isso, pois podemos nos voltar aos modos de subjetivação, “em que o sujeito se constitui a partir de práticas que permitem ao indivíduo estabelecer uma determinada relação consigo” (MACHADO, 2012, p. 33). Somos o encontro dessas duas práticas.

2.5 A biopolítica e a felicidade

Há um dado permanente e inegável: todos querem ser felizes. Desde a Grécia Antiga os filósofos se preocuparam com a temática da felicidade²⁰, e não poderia ter sido diferente, visto que esse tema faz parte de uma rede pela qual se procura definir e esclarecer as ideias do ser humano. Para Tales de Mileto²¹, este que viveu entre 7 a.C. e 6 a.C, ser feliz é ter corpo forte e são, boa sorte e alma formada. Para Sócrates²², a felicidade seria o bem da alma, através da

²⁰ <http://www.afilosofia.com.br/post/o-conceito-felicidade-para-os-filosofos/542>

²¹ Tales de Mileto foi um filósofo, matemático, engenheiro, homem de negócios e astrônomo da Grécia Antiga. O primeiro filósofo Ocidental de que se tem notícia.

²² Sócrates foi um filósofo ateniense do período Clássico da Grécia Antiga. Creditado como um dos fundadores da filosofia ocidental.

conduta justa e virtuosa. Já para Kant²³, a felicidade está no âmbito do prazer e do desejo. Bertrand Russel, em seu livro “A conquista da felicidade”, no século XX, postula que ser feliz é eliminar o egocentrismo.

Hoje, nos deparamos com uma imensidão de redes sociais que nos estampam algo que parece tão utópico, mas que, ao mesmo tempo, aparece como uma realização concretizada a todo o instante. Basta observar um pouco o Facebook para nos depararmos com pessoas lindas, ricas, viajantese felizes. Bauman (2009) trata da temática da felicidade na contemporaneidade observando quais são as referências e valores que fundamentam a busca incessante por ela e o que isso traz como consequência para a identidade dos indivíduos e para o modo como eles se relacionam com o meio social.

Os Estóicos²⁴ acreditavam que a felicidade estava dentro de si mesmo, ou seja, era algo interior ao ser humano. Discordando dos Estóicos, Bauman (2009) considera que a felicidade é algo exterior ao ser humano e postula que na contemporaneidade o indivíduo é prisioneiro do olhar do Outro, ou seja, o sujeito contemporâneo só se sentiria feliz quando fosse admirado, reconhecido, cobiçado e invejado pelo outro. Dito isto, podemos dizer que esse olhar é algo de suma importância para a construção da identidade do sujeito contemporâneo.

Contrapondo à doutrina dos Estóicos, hoje estamos no momento da supervalorização do exterior ao ser humano, pois para ser feliz, o sujeito tem que buscar incessantemente algo que não lhe pertence, que está alhures. Concordamos com Aristóteles, (1987, p. 17) quando ele afirma que:

Com efeito, alguns identificam a felicidade com a virtude, outros com a sabedoria prática, outros com uma espécie de sabedoria filosófica, outros com estas, ou uma destas, acompanhadas ou não de prazer; outros ainda também incluem a prosperidade exterior.

A nossa sociedade transmite um ideal ilusório de completude que leva pessoas infelizes a se comportarem como se fossem felizes, por meio da busca de objetos transitórios ofertados como promotores de felicidade, escondendo o desprazer. As pessoas apresentam uma

²³ Immanuel Kant foi um filósofo prussiano. Amplamente considerado como o principal filósofo da era moderna.

²⁴ Estoicismo é um **movimento filosófico** que surgiu na Grécia Antiga e que preza a **fidelidade ao conhecimento, desprezando todos os tipos de sentimentos externos**, como a paixão, a luxúria e demais emoções

instabilidade dos desejos e uma insegurança que promove a busca pelo consumo constante, como forma de sustentação que lhe oferte felicidade.

É uma busca por algo que está fora, e que o sujeito tem de ir buscar de toda a forma possível. Marx (1847), percebendo as tendências do capital e para onde ele poderia nos levar, renunciou que chegaria um tempo em que tudo se tornaria objeto de troca e poderia ser vendido. Coisas, como: virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc, que eram compartilhadas, mas jamais vendidas, de tudo isso se faria comércio. Ele descreve esse momento como “o tempo da corrupção geral”, em que qualquer coisa pode ser levada para o mercado para receber seu preço. Podemos incluir nessa lista dos objetos a serem vendidos a felicidade.

Existe a necessidade de se incluir na ordem social, pois o sujeito triste é, de certa forma, excluído. O capitalismo trabalha estrategicamente para sempre estar oferecendo novas alternativas de bens de consumo que prometem o bem-estar ou a felicidade dos sujeitos. O Estado se beneficia com isto, pois se os sujeitos estão felizes ou fingem que estão, diminuem os gastos do governo com tratamentos caros contra a depressão.

Voltando à questão da biopolítica, é importante salientar que este tipo de gestão se interessa pelo bem-estar da sociedade, também se importa com os riscos que esta pode correr, ou seja o que Caponi (2016) fala ao enunciar é que em torno da ideia de risco, entendida como a quantificação probabilística de tudo o que pode vir a prejudicar a vida das populações, se articulará o governo da vida. Podemos ver em Foucault (2009, apud Caponi, 2016) que a biopolítica calcula os desvios e cria estratégias de normalização, define populações de risco, compara padrões de morbidade e cria intervenções preventivas capazes de reduzir os desvios e antecipar os riscos. Agora podemos entender melhor o porquê de existir hoje uma quantidade tão grande de campanhas contra a depressão e atentar também para a circulação de discursos midiáticos em prol da felicidade a todo o custo. Para compreender melhor os riscos que a depressão pode trazer à sociedade capitalista, vejamos os dados a seguir.

Na Folha de São Paulo²⁵, de 14 de agosto de 2016, foi anunciado que a depressão é a doença mais incapacitante, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)²⁶. De acordo com previsões da OMS feitas no século passado, em 2030 o mal seria responsável por 9,8% do total de anos de vida perdidos para doenças. Esse índice foi atingido em 2010. Segundo Kofi

²⁵<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/12/1563458-depressao-ja-e-a-doenca-mais-incapacitante-afirma-a-oms.shtml>

²⁶ Organização Mundial da Saúde.

Annan²⁷, “a depressão atinge hoje quase 7% da população mundial- cerca de 400 milhões de pessoas”, apontou ele. “Incapacita os atingidos pela doença, coloca enorme peso em suas famílias e rouba da economia a energia e o talento das pessoas”.

Conforme o diretor de estudo do Instituto de Psicologia Clínica e Psicoterapia (Hans-Ulrich Wittchen), “os males da mente são os mais prejudiciais e limitantes entre todos os grupos de doenças, e a depressão, individualmente, é a mais incapacitante das doenças”. Segundo ele, os prejuízos para a economia são enormes: em média, pessoas com depressão perdem cerca de oito dias de trabalho por mês, contra apenas dois da população saudável. Não é vantajoso ter pessoas depressivas na sociedade, pois elas têm menos produtividade do que as que não são acometidas pela doença.

Nesse sentido, as campanhas preventivas contra a depressão têm o objetivo de preservar e intensificar a vida daquele que é construído como normal e deixar morrer aqueles tidos como anormais. Foucault considerou essa questão entre os que devem viver e os que devem morrer quando postulou que “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e pura” (FOUCAULT, 1999a, p. 305).

²⁷É um diplomata de [Gana](#). Foi, entre 1 de janeiro de 1997 e 1 de janeiro de 2007, o sétimo [secretário geral](#) da [Organização das Nações Unidas](#), tendo sido laureado com o [Nobel da Paz](#) em 2001.

ANÁLISE 2 (Figura 13: Revista Galileu, 2008)



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG84828-7855-208-4,00-FELICIDADE+CONSTRUA+A+SUA.html> Acesso em 02 de setembro de 2016.

A imagem acima refere-se à capa da revista Galileu-2008 - Nº. 208 - **Seja Feliz Agora**. Podemos perceber que o tema da felicidade está em destaque pelo tamanho das letras, pelas cores e pelo espaço que esse assunto ocupa na capa da revista, espaço que geralmente é ocupado pela temática mais importante ou que vai ter uma maior abordagem em seu interior.

Vê-se que os dizeres “**Seja feliz agora**” estão centralizados na capa e grafados de cores diferentes, em que “**seja**” é apresentado enquanto um verbo normativo, pois está no modo imperativo e pode ser uma ordem. Está presente nesse verbo a tipologia textual injuntiva, que normalmente aparece em forma de ordem, apelo, pedido ou súplica, ato próprio de textos em

que há a presença de conselhos e indicações de como realizar ações. Sobre a norma, Foucault postula:

[...] a lei funciona cada vez mais como norma, e a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 2014, p. 156).

Essa estratégia de recorrer às normas para incutir os propósitos dos aparelhos de justiça é utilizada para diminuir o impacto da lei na vida das pessoas. O uso do discurso médico, administrativo, entre outros, é uma forma de ancoragem que traz credibilidade e fundamento às imposições que são feitas, a fim de que a população não resista, tendo em vista que a maneira pela qual a lei é exposta desenvolve o desejo das pessoas à obediência. É o que vemos em “Tudo o que a **Ciência** e a **Psicologia** já sabem para melhorar o seu dia a dia”, logo abaixo do “agora”.

Além disso, a felicidade é apresentada como se fosse um direito dos sujeitos. Para Sant’Anna (2010, p. 188), “em plena era Vargas, um presidente que se deixava fotografar com um sorriso nos lábios, o bem-estar tornava-se mais do que o privilégio de uma minoria. A vontade de obtê-lo passou a ser vista como uma espécie de direito natural”. Complementando a ideia da autora, Foucault nos diz:

o direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania (FOUCAULT, 2014, p.157)

Em relação ao exercício do poder que ora enfatizamos, a biopolítica organiza as verdades a fim de passar os ideais de subjetividade como um direito a ser conquistado ou como uma necessidade que os sujeitos têm que suprir. Faz isso tudo, sempre, alicerçada pelos saberes, investindo no lado positivo do poder.

Há um dizer cristalizado na sociedade que é “não deixe para amanhã o que pode ser feito hoje”. Na palavra “**agora**” em “**seja feliz agora**”, podemos encontrar a fuga à procrastinação, que é um dos hábitos da nossa sociedade, no que diz respeito a deixar para resolver os problemas “de última hora”, por exemplo. Isso nos indica que, segundo a capa da

revista, não podemos deixar a felicidade para amanhã, temos que ser felizes hoje, mais especificamente agora. Há uma voz de comando.

Mais uma coisa que chama a atenção na capa, é o fato de esses dizeres analisados acima estarem contidos num rosto sorrindo, que logo nos traz à mente a carinha do enunciado “sorria, você está sendo filmado”, presente em lugares onde há vigilância por meio de câmeras. Sobre a relação que uma imagem tem com outras imagens, Courtine, numa entrevista concedida a Milanez (2006), nos diz:

[...] a intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulação, segundo Foucault. Mas isso supõe também levar em consideração todos os catálogos de memória da imagem do indivíduo [...] (MILANEZ, 2006, p. 169).

Assim como no interdiscurso, conceito desenvolvido por Pêcheux (1997), em que um enunciado tem relação com outros enunciados, sem os quais a interpretação seria menos efetiva, a intericonicidade desenvolvida por Courtine (2013) nos apresenta uma relação entre imagens, o que nos leva a pensar no papel da memória na atribuição de sentidos.

Temos hoje uma nova tecnologia de controle descentralizada, diferente do Panóptico de Bentham, em que havia um vigia numa torre central que poderia observar a todos que estivessem em clausura. Essa figura arquitetural tinha como objetivo

induzir um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício [...] (FOUCAULT, 2012b, p. 191)

Podemos ver que o essencial nesse aparelho arquitetural é a internalização da vigilância, isto é, não necessariamente haverá um vigilante na torre, mas eles se sentirão vigiados. Hoje, temos aparelhos de vigilância contínuos e descentralizados, no sentido de estarem em todo o lugar e a todo instante presentes na sociedade, com a alegação de “segurança e conforto”. Agora não vemos mais a presença de uma instituição física, mas sim os seus princípios sendo cada vez mais internalizados pelos sujeitos. Essa nova noção de vigilância está totalmente de acordo com o que Mathiesen (1997, p. 98) postula:

temos a difusão do controle vinculada à parafernália tecnológica, seja pela continuação do princípio de poucos vigiando muitos (substituindo-se até mesmo a figura do vigia pelos computadores), através de câmeras onipresentes que nunca sabemos exatamente onde estão, seja pelo novo processo “sinóptico” de muitos vigiando poucos.

Podemos perceber, dessa forma, que tanto o alvo da vigilância, quanto o controle estão difusos, visto que estão continuamente em movimento. Assim, produzem-se indivíduos moldáveis e facilmente identificáveis devido a todos os registros que a modernidade consegue fazer a partir das redes tecnológicas. Desse modo, compreendemos que há uma distinção básica entre os dois mecanismos de poder, pois, segundo Costa (2007, p. 25), “enquanto o panóptico era de caráter local, o sinóptico de Mathiesen é natural”.

Segundo Rafael Kenski, por meio da revista *Super Interessante*²⁸, só na cidade de São Paulo, há mais de 125.000 câmeras que observam as atividades dos pedestres em parques, prédios, lojas e calçadas. Sem falar nas grandes redes de supermercados, farmácias e lojas, que a cada dia aumentam a vigilância por causa da frequência com que acontecem assaltos diariamente. A vigilância torna-se algo ansiado pela sociedade do século XXI.

A presença dessa imagem, que nos remete à vigilância das câmeras, na capa da revista, pode indicar que estamos sendo vistos e que não é interessante que estejamos tristes, visto que a palavra de ordem na sociedade atualmente é “seja feliz”. Há, nesse ponto, um deslocamento do sentido do Panóptico em sua criação, pois o sujeito está sempre se sentindo vigiado, não por alguém em uma torre, mas por todos e, sobretudo, por ele mesmo, visto que há uma internalização desse monitoramento, fazendo com que o sujeito aja nas bordas do “politicamente correto”, sendo passível de punição, caso haja uma quebra do permitido para o lugar onde ele esteja transitando. Esse novo meio de vigilância transcende as barreiras do tempo e do espaço; é um modo de ação muito mais rápida e produtiva, tendo em vista que se pode fazer a captura de maneira muito mais eficaz, domesticando os sujeitos em qualquer lugar e em qualquer hora.

Também podemos pensar que alguém, para sorrir para a câmera, precisa estar tranquilo, e isso não acontece se o sujeito está tenso por ter cometido algum crime, delito, irreverência ou

²⁸<http://super.abril.com.br/tecnologia/sorria-voce-esta-sendo-filmado> Edição 164, de maio de 2001.

ato reprovável aos olhos do Outro. No fundo, essa câmera representa um pressuposto de que tudo deve ocorrer bem, de que nada pode quebrar a serenidade e o sorriso, que tanto o monitorado quanto quem o monitora, apresentam no momento. Mas ao mesmo tempo, esse ‘olho’ alerta: “você está sendo vigiado” e, portanto, pode ser punido. Na verdade, o sorriso serve como uma estratégia sutil de controle.

ANÁLISE 3 (Figura 14: Revista Ativia, 2014)



Disponível em: <http://www.ativia.com.br/revista/view/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Como foi mencionada na introdução deste trabalho, esta ilustração é uma capa da revista **Ativia**, datada de 2014, a qual representa uma empresa que oferece planos de saúde individuais, familiares e empresariais para as regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A instituição conta com sócios cooperados, entre médicos, psicólogos, fisioterapeutas e outros profissionais da área

da saúde, cuja circulação de sua revista é trimestral e os seus exemplares são distribuídos gratuitamente²⁹. Sobre a relação do saber com o poder, Foucault diz:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2012b, p.30).

Em relação aos discursos que tomam a felicidade como propulsora da saúde, podemos exemplificar com o site da revista *Extra*³⁰, em que há uma discussão sobre a repercussão da entrevista de Clóvis de Barros Filho no programa do Jô. Segundo o entrevistado, que tem um livro em parceria com Leandro Karnal sobre a felicidade³¹, “na Medicina, a importância da felicidade faz eco: quem vive em paz consigo mesmo e com o mundo que o cerca é mais saudável e tem menos chances de desenvolver doenças físicas e psicológicas”.

Ainda no que diz respeito à relação entre saúde e felicidade, há vários estudos que a indicam como algo que faz bem à saúde³². É o que afirma a psicóloga de Medicina Preventiva do Sepaco Autogestão, Isabel Fialho. Em entrevista³³, Isabel explica um pouco mais sobre o conceito de felicidade e seus benefícios à saúde. Segundo o portal “linharesemdia”³⁴, já existem estudos que comprovam que a felicidade fortalece o sistema imunológico, previne o envelhecimento precoce, doenças emocionais - ansiedade, depressão, estresse - doenças psicossomáticas como a gastrite nervosa, a síndrome do intestino irritável, além de melhorar as relações pessoais, profissionais e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Como podemos ver, os regimes de verdade são constituídos por saberes que circulam na sociedade e servem para legitimar discursos permitidos em determinada época. Para Foucault, cada época tem suas verdades, por isso, elas são históricas e mutáveis.

No que diz respeito aos discursos e à produção de verdades sobre a felicidade, eles é que fazem funcionar as relações de poder na sociedade através de instrumentos variados. Na nossa pesquisa, a mídia é um instrumento de poder por meio da qual objetivam-se os sujeitos.

²⁹ Informações contidas no site da revista: <http://www.ativia.com.br/ativia/view/>.

³⁰ <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/felicidade-traz-saude-para-corpo-a-alma-10346930.html>

³¹ O livro dos autores tem como título **Felicidade ou morte**, de 2016, cuja referência está presente na bibliografia deste trabalho.

³² <http://linharesemdia.com.br/noticias/saude/15200-psicologa-explica-como-a-felicidade-traz-beneficios-a-saude.html>

³³ Entrevista disponível em: <http://www.sepaco.org.br/todas-as-noticias/page/21/>.

³⁴ Disponível em: <https://gramho.com/media/2154890729497847221>.

Foucault fala sobre os modos de subjetivação, que, para ele, são as práticas de constituição dos sujeitos. Segundo Castro (2009, p. 408), os modos de objetivação são

modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder [...] as condições que devem estabelecer, por exemplo, a que deve submeter-se o sujeito, que estatuto deve ter, que posição deve ocupar para poder ser sujeito legítimo de conhecimento, sob que condições algo pode converter-se em objeto de conhecimento, como é problematizado, a que delimitações está submetido.

Dessa maneira, podemos dizer que somos o resultado de numerosos processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes e suas articulações, que nos retêm, nos repartem e nos classificam. Assim, constituímos-nos como sujeitos na produção contínua dessas relações de poder.

A imagem ilustra um exemplo representacional de uma rede de enunciados que incitam à felicidade e interditam de alguma forma a tristeza, o mau humor, o desânimo, o pessimismo e a irritabilidade, estados indicativos da depressão, segundo Maura Albanesi³⁵. Podemos perceber essa busca pela interdição a esses estados emocionais na capa por meio do movimento que a mulher faz, retirando as faces (como se fossem duas máscaras) que retratam a tristeza e a irritabilidade/stress. O que fica marcado como o indicado para a conduta do corpo social é o rosto com um sorriso estampado, mostrando alguém que está **“de bem com a vida”**.

Os especialistas dessa cooperativa escrevem sobre diversos temas sob o ponto de vista da saúde. No caso em destaque, escreveram sobre **“os riscos de se levar uma vida pessimista”**, conduzindo a discussão por meio de regimes de verdade, embasando de forma credibilizada o bem-estar como algo indispensável à saúde.

³⁵ Psicóloga e escritora de São Paulo que trabalha com o comportamento humano e a qualidade de vida. Informações disponíveis em: <http://mauradealbanesi.com.br/principais-sintomas-da-depressao/>.

Figura 15: Revista Ativia, 2014

Mau humor para quê?

Você já percebeu que uma pessoa de “mau” com a vida contamina todo o ambiente com seu pessimismo e reclamações? E nada pior que uma pessoa mau humorada ao nosso lado. A princípio pode até parecer inofensivo, mas com o tempo pode gerar não só problemas de saúde como afastar todos do seu convívio e se tornar insustentável estar ao lado desta pessoa. Por isso, é hora de dizer adeus ao mau humor. Acompanhe a matéria de capa desta edição e veja as dicas dos especialistas para ter uma vida com excelente alto astral.

Disponível em: <http://www.ativia.com.br/revista/view/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Na contracapa da revista Ativia, vemos a exclusão das pessoas que estão “**de mau com a vida**”, pois elas “**contaminam todo o ambiente com seu pessimismo e reclamações**”. E diz mais: “**e nada pior que uma pessoa mal-humorada ao nosso lado**”. Destaca-se a forma agressiva e excludente que a revista constitui nossa alteridade e relações humanas, salientando que essas afirmações fazem parte da contradição da biopolítica, que é o de deixar à própria sorte quem não se encaixa nas identidades propostas socialmente. Segundo Duarte (2008, apud Sousa, 2012, p. 48):

[...] Nesse sentido, a manutenção da qualidade de vida de uns implica e exige a destruição da vida de outros. O poder traça a partilha entre a vida que merece viver e aquela que pode ser exterminada; instaura o corte entre a vida protegida e a vida abandonada e relegada à esfera marginal que fica fora do núcleo da comunidade política, a qual, estando banida, pode ser capturada e morta.

No caso em questão, a vida que merece investimento é a do sujeito feliz, pois é esse que vai trabalhar mais satisfeito, que vai passear mais, consumir mais e ser mais produtivo, tendo em vista os dados que já foram descritos a respeito da improdutividade dos sujeitos considerados depressivos.

Figura 16: Revista Ativia, 2014

**Você sabia que mau humor pode ser
caracterizado como uma doença?
Veja os riscos de viver de “mau” com
a vida, como identificar e prevenir,
valorizando ainda os benefícios de
viver bem-humorado.**

Disponível em: <http://www.ativia.com.br/revista/view/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Ainda no início da revista, vemos a indagação: **você sabia que o mau humor pode ser caracterizado como uma doença? E, logo em seguida, “veja os riscos de se viver de mal com a vida”**. Esses enunciados vão totalmente ao encontro do “pacto de segurança” que os Estados fazem com a população e “isto supõe que, por um lado, surge um compromisso de intervir na antecipação de tudo aquilo que possa representar acidente, dano ou risco, e por outro lado, esse compromisso se autoriza a realizar intervenções extraleais no momento em que se considere necessário” (CAPONI, 2016, p. 243).

Além disso, caracteriza-se o mau humor como doença. Segundo informações da OMS³⁶, contidas no site G1³⁷, 3% da população mundial- cerca de 180 milhões de pessoas- sofre de um distúrbio psicológico, a chamada **disritmia**. No site, são descritos vários sintomas que podem indicar esse distúrbio, dentre os quais a tristeza e o mau humor estão enfatizados. Mais à frente, é dito pela psicóloga Camila Lameira e pela psicoterapeuta Myriam Durante que “se trata de uma doença real que atrapalha a sua convivência social e que precisa sim de um **tratamento adequado**”. Elas identificam os sintomas, as causas, descrevem tratamentos e dão dicas para o bem-estar. Segundo Sant’Anna (2010, p. 189), “entre 1957 e 1958, os primeiros antidepressivos foram descobertos. Parte do que era chamado de tristeza ou melancolia seria compreendido como depressão e teria tratamento médico”.

No site da revista *Istoé*³⁸, uma das maiores autoridades brasileiras em depressão, o médico Miguel Chalub, diz que hoje qualquer tristeza é tratada como doença psiquiátrica; que as pessoas preferem recorrer aos remédios a encarar o sofrimento. Segundo ele, a OMS prevê que a depressão será a doença mais comum do mundo em 2030 e que atualmente 121 milhões de pessoas sofrem de problemas, no entanto, para o psiquiatra, há um certo exagero nessas

³⁶ Organização Mundial da Saúde.

³⁷ <http://gq.globo.com/Corpo/Saude/noticia/2013/12/mau-humor-e-doenca.html>

³⁸ http://istoe.com.br/74405_O+HOMEM+NAO+ACEITA+MAIS+FICAR+TRISTE+/

contas, pois ele defende que tanto os pacientes quanto os médicos estão confundindo tristeza com depressão. A medicalização da tristeza acontece devido ao despreparo de especialistas, mas também porque muitos profissionais se deixam levar pelo lobby da indústria farmacêutica, visto que, segundo o psiquiatra “os laboratórios pagam passagens, almoços, dão brindes”.

Figura 17: Revista Ativia, 2014

*“A pessoa mal
humorada não
só prejudica
a si mesma,
como também
transmite o seu
mau humor a
todas as pessoas
com quem se
relaciona”*

**DRA. MARIA ISABEL ROVANI,
PSICÓLOGA CLÍNICA**

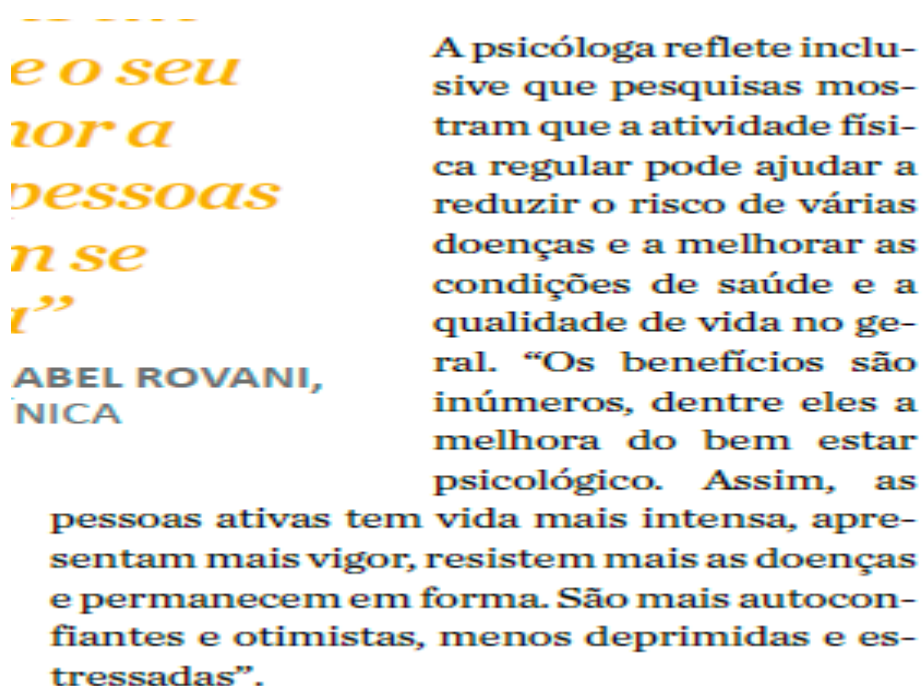
Disponível em: <http://www.ativia.com.br/revista/view/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Segundo Foucault (2012, p. 9), “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Nesse trecho, é trazida a informação de que a tristeza é contagiosa, algo que se transmite pela convivência. Notemos que a ideia não vem de qualquer pessoa, mas de alguém que está autorizado a falar do assunto em questão, pois não é qualquer um que pode entrar na “ordem arriscada” do discurso, em termos de ser aceito e de sua fala ter repercussão (FOUCAULT, 2012).

Podemos perceber também nesse trecho que uma responsabilidade se amplia à população: a de se preocupar com os possíveis riscos que podem afetar o bom funcionamento do corpo social. Por isso, cada um tem que se posicionar enquanto um protetor da vida e do

prolongamento da espécie. Conforme Caponi (2016, p. 243) “Saber antecipar os riscos, estar devidamente informado e agir de acordo com as exigências impostas pelos últimos estudos epidemiológicos e médicos, impõe-se como um dever moral a todos nós e de maneira idêntica.” O controle dos riscos passou a ser, pouco a pouco, uma responsabilidade de cada um de nós.

Figura 18: Revista Ativia, 2014



Disponível em: <http://www.ativia.com.br/revista/view/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Num último tópico da revista, é exposto um benefício para a prática regular de atividade física: a melhora do bem-estar. Podemos observar que o leitor acaba sendo posto como o responsável pela gestão da saúde do seu corpo. E, conhecendo-o, pode mudá-lo, fortalecê-lo, mantê-lo e moldá-lo conforme os impulsionadores de subjetividades, dentre os quais a mídia se destaca. Para Ortega (2008), as novas tecnologias de gerenciamento da vida e do corpo são consequências de modificações profundas na forma de produção do conhecimento sobre a vida. Desse modo, o corpo saudável é decorrente de um conjunto de informações que surgem com o objetivo de melhorá-lo para que se viva mais e melhor, produtivamente.

A imagem do corpo se tornou imprescindível, de modo que podemos dizer que hoje a subjetividade foi reduzida ao corpo, à imagem, à saúde, à juventude e à longevidade. Segundo Pereira (2013, p. 325), “é preciso adequar o corpo às normas científicas existentes sobre a saúde, os exercícios físicos, a longevidade, a nutrição [...]”. Os enunciados que representam o corpo e o sujeito na mídia, dessa forma, constroem o efeito de sentido de que o corpo pode ser construído, moldado. E, assim, dão receitas de como alcançar tal objetivo.

ANÁLISE 4(Figura 19: Revista Melhor:gestão de pessoas, 2017)



Disponível em

[:https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%Aancia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM](https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%Aancia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM):Acesso em : 16 de abril de

2017.

A revista *Melhor: gestão de pessoas* trata de muitas questões relacionadas ao trabalho, a empresas, escritórios, desde o plano de ação para melhorar a administração das empresas até o plano de ação para melhorar o rendimento dos funcionários, ou a decoração de escritórios. Essa edição aborda um tema que está na ordem do dia no meio empresarial: felicidade no trabalho. Logo na capa da revista, vemos os seguintes dizeres: “**por que as empresas- para o bem delas mesmas e das pessoas- devem prestar mais atenção a esse conceito tão subjetivo**” e, logo abaixo, escrita com a letra maior do que os enunciados acima dela, a palavra **felicidade**, talvez escrita dessa forma para chamar atenção ao assunto. Ainda na capa, percebemos uma mulher, de óculos e esmalte vermelho, o que nos faz deduzir que provavelmente refere-se a uma executiva bem-sucedida no trabalho, tendo em vista o seu sorriso estampado. Na matéria da revista, podemos ver a resposta em relação aos dizeres da capa:

Figura 20: Revista Melhor:gestão de pessoas, 2017



Para alcançar a felicidade no trabalho acima de tudo é fundamental saber escolher a empresa que se vai trabalhar, gostar do que faz, realizar cada compromisso com amor e dedicação e claro ser reconhecido.

Nem sempre é possível fazer a escolha da empresa, pois quase sempre o que conta é estar empregado e ter um salário para poder pagar suas contas, poder alimentar-se, vestir-se, estudar, etc.

O conceito felicidade é algo subjetivo, isto porque, cada pessoa possui uma história de vida particular com valores diferentes, e o que pode ser considerado bom para uma pessoa pode não ser bom para outra.

O dicionário Aurélio, conceitua *felicidade* como *qualidade ou estado de feliz, bom êxito* e por ultimo de *sucesso*.

Disponível em

:https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%Aancia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM: Acesso em : 16 de abril de 2017.

No início se faz uma pequena explicação de como conseguir a felicidade no trabalho, como “**saber escolher a empresa que vai trabalhar, gostar do que faz e realizar cada compromisso com amor e dedicação, além de ser reconhecido**”. Do lado esquerdo, vemos funcionários felizes e satisfeitos (temos como indicadores os sorrisos, o sinal de “legal” na mão da funcionária que está em primeiro plano na foto e o sinal de “vitória” marcado no movimento

dos braços dos funcionários que estão em segundo plano), provavelmente por terem seguido o que está sendo aconselhado na matéria. Para Freire Filho (2010, p.60), “alega-se, ainda, que a frequência elevada das emoções positivas favorece uma maior produtividade no trabalho e o estabelecimento de interações sociais mais ricas. Somos solicitados, enfim, a rever a convencional proposição de que o sucesso traz felicidade”, pois é a felicidade que pode colocada como a inspiração do sucesso. Podemos observar ainda que a felicidade, no caso da revista em análise, está atrelada ao perfil das profissões, geralmente as que trazem mais vantagens econômicas.

Figura 21: Revista Melhor:gestão de pessoas, 2017

Sucesso é o que todos buscam em suas carreiras profissionais, só que para alcançá-lo precisamos manter um conjunto de atitudes diárias necessárias para administrar nossas tarefas profissionais e pessoais e assim poder desfrutar do que consideramos particularmente como felicidade.

Disponível em

:https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%Aancia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM:Acesso em : 16 de abril de 2017.

Note-se que a felicidade é posta ao sujeito como algo a ser conseguido com esforço, que depende só dele conseguir ou não. É uma decisão. Mas longe de ser algo apenas pessoal, num outro trecho (figura 22) é mostrado o que as empresas podem fazer para ajudar os seus funcionários a conseguirem alcançar esse tão sonhado objetivo:

Figura 22: Revista Melhor:gestão de pessoas, 2017

Uma empresa que proporciona um ambiente de trabalho, sadio, seguro, que possui programas de incentivo aos seus colaboradores, planos de cargos e salários, que são transparentes nas suas estratégias empresariais, permitindo que haja cooperação através de novas ideias, deixando clara a valorização do indivíduo, e ainda investem na motivação de seus funcionários. Com estas características e tantas outras não descritas aqui, é bastante provável que grande parte de seus colaboradores estejam felizes com o que fazem e orgulhosos por fazer parte desta equipe.

Disponível em

:https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%Aancia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM:Acesso em : 16 de abril de 2017

A empresa teria então, que proporcionar um ambiente de trabalho sadio, possuir programas de incentivo aos seus colaboradores, planos de cargos e salários, ser transparente e valorizar o indivíduo, investindo na motivação de seus funcionários. Em seguida, são colocados dois quadros (figura 23 e 24), dos quais só serão postas neste espaço as principais informações de cada um. O primeiro refere-se ao perfil pessoal do funcionário para alcançar o bem-estar no trabalho; o segundo refere-se às ações das empresas para ajudar os “colaboradores” a serem felizes no trabalho:

Figura 23: Revista Melhor:gestão de pessoas, 2017

Alcançando a Felicidade no trabalho

Seguem algumas sugestões para refletir sobre como alcançar felicidade no trabalho:

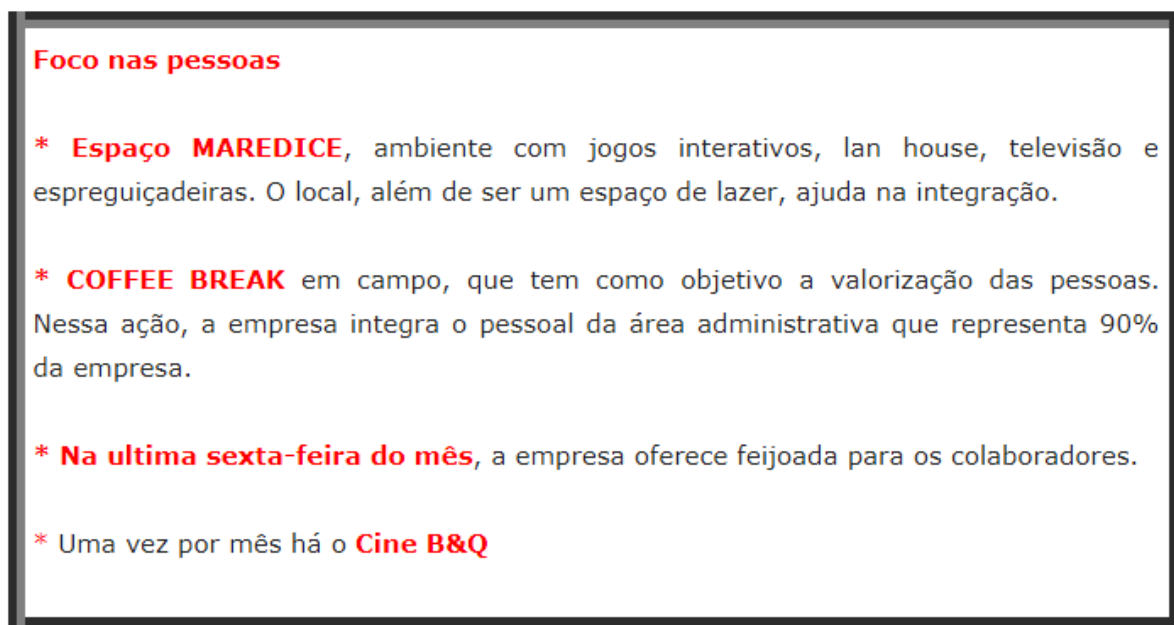
1. Antes de iniciar a rotina de trabalho, listar por prioridade todas as tarefas a serem executadas no dia e ao final do dia faça um *check list* se todas foram realizadas. É boa a sensação de dever cumprido.
3. Enxergar o trabalho como um desafio a ser superado, acreditando em seu potencial para cumprir prazos e tarefas com perfeição, competindo com você mesmo, transforma seu trabalho em algo mais estimulante.
5. Manter-se calmo diante de situações conflitantes ou de muita pressão ajuda a tomar decisões mais sensatas e evita o stress.
6. Acabou a jornada de trabalho, deve-se viver a vida e ser feliz, o que quer dizer, não ficar pensando nas tarefas que irá executar no dia seguinte, na empresa, nos prazos, tentar o máximo realizar atividades como interação com os amigos, dedicar-se a família, ler um bom livro estudar, etc.
7. Ser um otimista pleno, sempre visualizando o lado bom das coisas, acreditando sempre que tudo passa e para tudo há solução.
8. Ter bom relacionamento interpessoal com os colegas e possuir espírito de ajuda, se perceber que alguém precisa de ajuda no trabalho ou em questões particulares, não hesite em ajudar. Quando ajudamos a pessoas nos sentimos mais felizes.
11. Não trabalhar pensando somente no dinheiro. Associar o trabalho com seu propósito de vida. Ficar pensando que você ganha pouco, que o dono da empresa está enriquecendo não adianta para nada.

Disponível em

[:https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%A2ncia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM](https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%A2ncia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM). Acesso em : 16 de abril de

2017

Figura 24: Revista Melhor:gestão de pessoas, 2017



Disponível em

:https://www.google.com.br/search?q=ci%C3%Aancia+comprova:+dinheiro+traz+felicidade&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi8mbHpy6TUAhUCIZAKHaubBOUQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=589#tbm=isch&q=felicidade+capa+de+revista&imgdii=9Zv10EabAaNGcM:&imgsrc=i4HyvkmJnrGvBM:Acesso em : 16 de abril de

2017

Podemos ver que tanto os funcionários quanto os patrões têm que zelar pelo bem-estar de todos no ambiente de trabalho, mas será que isso acontece pela bondade dos patrões? A resposta é: felicidade dá lucro. Sabe-se que em nossa sociedade circulam vários discursos sobre a importância do lazer na vida dos indivíduos. Segundo Dumazedier (2004), o lazer tem a função de descanso, divertimento e desenvolvimento, além de liberar do cansaço. Dessa forma, funciona como um restaurador dos desgastes tanto físicos, quanto mentais e emocionais, provocados pelas tensões das incumbências do dia a dia e, particularmente, do trabalho.

Hoje, podemos observar que há uma quantidade considerável de grandes empresas que estão investindo no lazer de seus funcionários com o intuito de que haja uma melhor disposição e produtividade no trabalho³⁹, isso com o argumento de que com diversão as pessoas têm nível menor de estresse e, por conseguinte, um nível maior de rendimento na empresa, por estar sendo

³⁹Lazer e produtividade no trabalho. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63522/66265> Acesso em 25/05/2014.

garantida a elas uma melhor qualidade de vida. A diversão é associada, assim, à ideia de qualidade de vida por melhorar a saúde e o exercício da cidadania das pessoas. Por esse rendimento, o setor de Relações Humanas das companhias tem buscado, cada vez mais, parcerias com empresas que oferecem serviços de lazer para os seus funcionários e familiares.

A administração da população se faz através de técnicas sutis. Os mecanismos disciplinares incidem tanto no “corpo-espécie”, isto é, de forma individualizante no corpo biológico, caracterizando o “governo de si”, através de políticas públicas que fomentam o aumento de duração da vida e o controle da natalidade, por exemplo, quanto no “corpo social”, por meio do “governo dos outros”, ou seja, da população em geral. Em suma, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno do quais se desenvolvem a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 214, p. 145).

De acordo com o site do Convenia⁴⁰, um clube de descontos e vantagens, cujo lema é “colaboradores saudáveis e felizes produzem mais e melhor”, descontos em passagens aéreas e em hotéis de diferentes capitais brasileiras são algumas das vantagens das quais os clientes podem desfrutar, tendo a companhia de voos Azul como parceira. No entanto, para os quem ainda não dispõem de tempo para viajar, opções de lazer que incluem cinemas, parques de diversão, zoológicos e assinaturas de revistas podem ser de grande valia, ajudando no relaxamento dos profissionais nas horas vagas. Esses são, portanto, resultados de regimes de verdade que são proliferados, e que se convertem em práticas na nossa sociedade.

Percebemos que a população, ao seguir os direcionamentos ou regras impostas pelas instituições, o faz com o pensamento de estar se beneficiando de alguma forma. É neste cenário que entra a questão do cuidado de si, que não está ligado ao sentido de relaxar, ‘desopilar’ (falando da prática de ida às festas), mas, sobretudo, se relaciona “ao governo de si por si mesmo e na sua articulação com o governo dos outros” (CASTRO, 2009, p.93). Trata-se diretamente da sujeição às normas estabelecidas. Quando se governa incentivando o cuidado de si, o poder não se exerce pela repressão, mas pela lógica biológica. Esse poder se exerce estimulando o desejo da população, não mais sob a forma do discurso de proibição absoluta ou da punição mostrada.

Olhando sob este prisma, podemos dizer que, segundo o autor, o objetivo básico do poder é gerir a vida dos homens e controlá-los com vista à produtividade “para que seja possível

⁴⁰ A importância do lazer na vida dos profissionais. Disponível em: <<http://www.convenia.com.br>>. Acesso em: 25/10/2017.

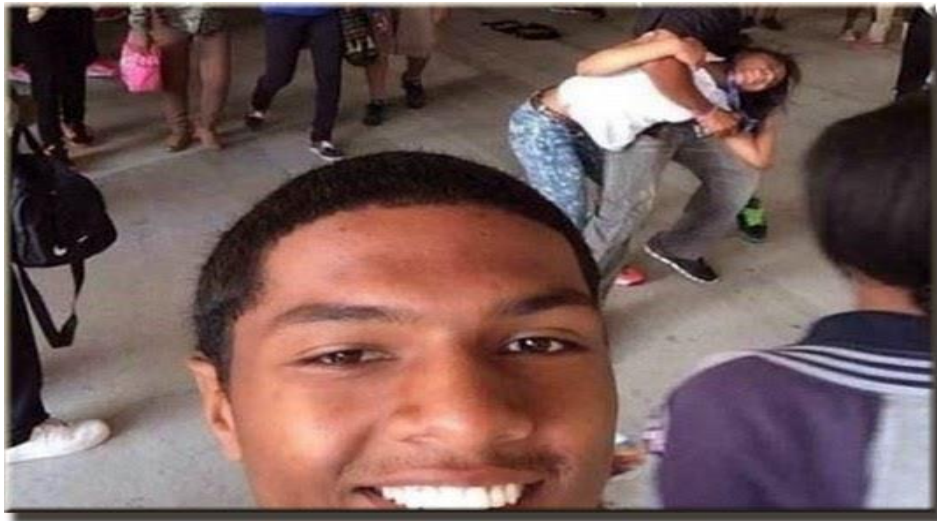
e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (FOUCAULT, 2012a, p. 20). Essa forma de exercício de poder tem como meta a produtividade, uma maior disposição ao trabalho, daí a necessidade de tornar os corpos “dóceis e úteis”.

Analisando as capas e matérias selecionadas como *corpus* da nossa pesquisa, percebemos uma regularidade semântica das palavras que estão sempre presentes, como: felicidade, feliz, bom humor, de bem com a vida, sorria, satisfação, etc. Bem como a regularidade de imagens incessantes de pessoas sorrindo. Essas repetições, sejam das palavras, sejam da imagem de pessoas sorridentes, acabam fazendo um movimento de objetivação dos sujeitos por meio da memória discursiva. Mas como podemos ser felizes o tempo todo? A tristeza acaba vindo e fazendo pessoas serem excluídas pelo seu estado de não felicidade, bem como estimulando uma espécie de fingimento ou confissão de uma felicidade inexistente. Segundo Sousa (2012, p. 50),

Foucault esteve alerta a essa ordem para evidenciar que as políticas higienistas e saneadoras levam a população a louvar o espírito humanitário das intervenções políticas que visam incentivá-la, protegê-la, estimular e administrar a sua vida, e a não perceber a contrapartida brutal dessa obsessão do poder estatal pelo cuidado de si purificador da vida.

A população, dessa forma, não percebe que a positividade das práticas de prevenção ou intervenção são estratégias da maquinaria do poder, a fim de que as imposições realizadas sejam mais facilmente e docilmente obedecidas. Assim, acaba acontecendo uma seleção qualitativa do material humano por meio da eliminação dos indivíduos improdutivos ou inaproveitáveis para fazer girar o capital. A partir disso podemos trazer exemplos de pessoas sorrindo em lugares extremamente inusitados para mostrar até onde essas técnicas de regulação no que concerne à felicidade podem nos levar:

FIGURA 25: Selfie da briga, 2016



Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-sLwhglbZDCQ/VJEVAIIMQkl/AAAAAAAAAM88/8DH66VDz8nU/s1600/Selfie%2Bna%2BBriga.jpg> Acesso em 15 de setembro de 2017

FIGURA 26: Sorrindo no enterro do marido, 2015



Disponível em: <http://gutoleao08.blogspot.com.br/2015/07/mulher-tira-selfie-sorrindo-em-enterro.html> Acesso em: 15 de setembro de 2017

FIGURA 27:Sorrindo no incêndio, 2014



Disponível em: <https://tecnologia.uol.com.br/album/2014/03/04/com-moda-dos-selfies-usuarios-fazem-autorretrato-em-situacoes-inusitadas.htm> **Acesso em:** 15 de setembro de 2017.

Quem pode estar plenamente feliz num enterro, incêndio, ou presenciando uma briga? E por que a necessidade de estar sempre demonstrando uma felicidade (real ou fictícia)? Efeito de uma tecnologia de poder que impõe ao sujeito algo que é impossível à sua constituição. Segundo Roudinesco (2000), “o homem deixou de pretender ser um sujeito livre”. Talvez isso aconteça porque ele já se sinta totalmente dono de suas escolhas de tão sutis que são os mecanismos de poder da contemporaneidade. Ademais, como podemos nos subjetivar, se nem temos a consciência de tão forte investimento por parte da mídia e de outros instrumentos para uma objetivação em prol de objetivos tão bem definidos, economicamente falando?

Discutir essas questões é o nosso desafio!

CAPÍTULO III

MUITAS FELICIDADES: UMA VONTADE DE VERDADE SOBRE OS REGIMES DO BEM ESTAR

*A felicidade é como a pluma
Que o vento vai levando pelo ar
Voa tão leve
Mas tem a vida breve
Precisa que haja ventos sem parar*

Vinicius de Moraes

Neste capítulo, terceira seção deste trabalho, será realizada uma contextualização breve das principais concepções de felicidade, buscando situar a contemporaneidade e algumas diferenças relacionadas às práticas que regem a nossa sociedade. Discutiremos, assim, como a felicidade veio a ser imposta, buscada e exercida da maneira que vemos hoje, observando, principalmente, os mecanismos que incidem sobre a população, no que tange a essas questões.

3.1 Felicidade obrigatória: o imperativo da felicidade na contemporaneidade

Para compreendermos melhor a natureza do que vai ser tratado neste capítulo, observemos alguns sentidos para a palavra que é o cerne da discussão que aqui se inicia: felicidade. É interessante como em quase todas as línguas indo-europeias esta palavra apresenta uma raiz comum com sorte, fortuna ou destino. A partir da leitura de McMahon (2006), vemos que a origem da palavra inglesa *happiness* é *happ*, que significa acaso, fortuna, por exemplo, bem como a palavra francesa *bonheur* deriva de *bon* (bom) e de *heur* (fortuna ou sorte), o que coincide com o termo alemão *gluck*, que designa felicidade e sorte.

Segundo o dicionário Aurélio, ela seria o “curso de circunstâncias que causam ventura⁴¹”; para Birman (2010, p. 29), “todos os dicionários afirmam que a felicidade descreveria a condição de ser feliz de um determinado indivíduo, numa dada situação”. A partir disso, podemos destacar as palavras circunstância e situação, visto que ambas indicam que a felicidade seria formada por uma emoção que ocorre por um motivo específico. Assim, não

⁴¹ Significado encontrado em: <https://dicionariodoaurelio.com/felicidade>

poderia ser um estado contínuo, permanente, dada a impossibilidade de, a todo o instante, o indivíduo estar cercado por coisas boas que lhe tragam satisfação. Vemos na própria palavra o sentido momentâneo do estado, pois, para que a felicidade de fato ocorra, algo concreto que cause a satisfação do indivíduo, conduzindo-o à plenitude, tem que estar presente.

A busca por felicidade inspira as ações dos homens e a inquietação quanto ao seu sentido desde a Antiguidade, havendo muitas definições e diversas interpretações ao longo da história. Essa construção tem como primeiro registro os escritos de Heródoto, um dos primeiros filósofos gregos a usar o adjetivo *eudaimon*, em que o “eu” significa bom e “daimon”, espírito, levando-nos a entender que aquele que possui essa graça tem um “bom protetor”, ou seja, é um ser de sorte, de boa fortuna, abençoado e bem-aventurado (MCMAHON, 2006). Para ele, a felicidade seria a caracterização de uma vida inteira que só pode ser avaliada na morte. Assim, considerarmo-nos felizes seria imaturo e provavelmente uma ilusão porque o mundo é cruel e imprevisível, dominado por forças que não podemos dominar (p. 28).

No contexto da Antiguidade, estar feliz implicaria a busca do indivíduo pela ascese, uma palavra grega que significa exercício. Religiosamente, comporta esforços, renúncias e penitências em busca da perfeição; exercitar-se para obter musculatura espiritual, a fim de percorrer melhor os caminhos do bem e, assim, atingir o bem supremo, que passaria pelo cultivo da alma exprimindo virtude, como dizia Aristóteles (1987). “Esta é a sabedoria de um mundo em que forças inescrutáveis ameaçam constantemente subverter os desígnios humanos, um mundo governado pelo destino ou pelos deuses, em que o sofrimento é universal e a incerteza parte do tecido da experiência quotidiana” (MCMAHON, 2006, p.22).

Já no Cristianismo, no entanto, na ascese o indivíduo estaria buscando a comunhão com Deus, que seria naquele momento o bem supremo, em que a “cidade terrena” estaria inserida aos desígnios da cidade de Deus (BROWM, 1971). Isso implicaria na purificação da carne, a qual a felicidade poderia ser alcançada pela salvação da alma (FOUCAULT, 2001).

Podemos observar que, na Modernidade, o registro da alma perde o seu lugar de autonomia e de superioridade, substituído ao registro do corpo, não foi à toa que o hedonismo (abordagem filosófica que propõe que a felicidade consiste em suprir o prazer) foi a marca registrada desse momento histórico, isso se deve ao lugar primordial que foi dado ao corpo, de forma que este começou a ser considerado o bem supremo, no lugar do cultivo da alma e da comunhão com Deus. Dessa maneira, obter o prazer e evitar a todo o custo o desprazer passaram a ser objetivos para que o indivíduo atingisse a condição de bem supremo, sendo assim, a felicidade, o que está em consonância com o filósofo ateniense Epicuro, o qual propõe que a

busca pela felicidade constitui uma busca por prazer, ou seja, que uma vida feliz é, sobretudo, uma vida que oferece prazer, que é definido como “ausência de dor física” ou de preocupações (EPICURO, 2002).

Segundo Birman (2010), esse registro da alma que deu lugar ao corpo foi uma transformação que motivou Nietzsche a enunciar a célebre frase: “Deus está morto” (1996; HEIDEGGER, 1971), fazendo, assim, uma crítica forte à tradição do Cristianismo, que, para ele, foi onde se constituíram homens fracos, marcados pelo ressentimento (NIETZSCHE, 2009). Assim, a ciência passaria necessariamente pelo registro do corpo e da vida, para a busca efetiva da felicidade.

Além do deslocamento da noção de bem supremo, outro aspecto bastante importante para o modo como se encara a felicidade atualmente também se transformou historicamente, como a possibilidade de o indivíduo poder controlar o imprevisível. Para Birman (2010), se na Antiguidade o imprevisível ficava a cargo dos deuses pagãos, no Cristianismo, a providência divina e a moral da salvação prometiam proteger os indivíduos, por intermédio do Deus cristão que tinha o poder de controlar o destino, o imprevisível e o acaso.

Depois disso, com a emergência histórica da racionalidade científica, começou a ocorrer a ideia de um maior controle da imprevisibilidade e o acaso foi restringido, ao passo que a responsabilidade do indivíduo em relação às suas ações e aos acontecimentos no mundo cresceu. “Sendo assim, a constituição da Ciência foi a condição de possibilidade para que fosse delineada uma perspectiva efetivamente estratégica na busca dos feitos pelos indivíduos e no engendramento concreto da felicidade” (BIRMAN, 2012, p. 32). Esta articulação entre os registros do poder, da política e da ciência se associou estreitamente, ao longo do século XVIII, com a constituição do discurso do Iluminismo, que tinha como fundamento

a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. O homem, então cria ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir, e os privilégios dados à nobreza e ao clero (MELO; DONATO, 2011, p. 252-253).

Podemos ver que o movimento iluminista defendeu o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que predominava na Europa desde a Idade Média. Nesse sentido, o homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que até então eram justificadas apenas pela fé, sendo ele o detentor de seu próprio destino e formulador do racionalismo. Hazard

(1989) afirmou que o século XVIII, com o Iluminismo, foi o século da felicidade, no qual estase enunciou frequentemente no espaço social, ou seja, alterou profundamente a ideia antiga, apresentando a felicidade como algo a que todos os seres humanos podiam aspirar nessa vida.

Segundo Birman (2010), a Revolução Francesa foi efetivamente o ponto de chegada e a realização plena do projeto de felicidade, na medida em que nela se afirmou que a ordem social poderia ser inteiramente refundada e levantada sob novos fundamentos, seguindo o caminho da igualdade, da liberdade e da fraternidade, delineando, assim, o campo formal para a busca da felicidade para todos os cidadãos.

No entanto, foi o discurso do individualismo como valor o que se constituiu efetivamente neste contexto histórico e social. Dessa forma, a ordem social passou a ser considerada uma associação de indivíduos e, “em decorrência disso, o projeto de construção da felicidade começou a se caracterizar, desde então, pelo culto do indivíduo, que passou a ser considerado como valor em si e para si” (BIRMAN, 2010, p.35). A cultura da imagem, o culto exagerado ao corpo, a busca desenfreada pelo sucesso profissional mostra que os ideais na atualidade concentram-se na esfera individual e não coletiva.

Essa ideia do poder no indivíduo em relação à sua própria vida traz o pressuposto de que ele é inteiramente responsável pelas suas escolhas e elas ditarão o que acontecerá no seu futuro, ou seja, é de incumbência individual a construção de um projeto de felicidade, não escanteando a sugestão de que a infelicidade tenha sido uma falha também individual que deve ser consertada imediatamente pelo próprio indivíduo, a partir de milhares de possibilidades que são oferecidas socialmente.

Assim, tudo, por assim dizer, corre agora por conta do indivíduo. Cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir- isto é, com a máxima satisfação concebível. Compete ao indivíduo “amansar o inesperado para que se torne um entretenimento” (BAUMAN, 2001, p. 80-81).

Analisando o individualismo como valor, podemos incluir a questão do cuidado de si como uma forma de gestão que pode ser confundida com uma pretensa liberdade, no entanto os indivíduos escolhem entre o que está disponível e o que pode ser realizado naquele contexto histórico- social. Diferentemente das antigas técnicas que instrumentalizavam o corpo por meio da repressão, hoje temos um novo investimento que não tem mais essa forma, mas sim a de um controle-estimulação (FOUCAULT, 2003), no entanto, se vê que o corpo ainda continua

exposto a uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe, no sentido de que as práticas de si envolvem o sujeito de forma que este se constitua face a si próprio, que se reconheça como alguém que precisa ser cuidado, seja por si próprio ou que dispense a quem tem capacidades para fazê-lo. Dessa forma, podemos destacar que “o indivíduo passa a ser o gestor de si. A felicidade, que era uma aspiração, tornou-se seu dever”. (BEZERRA Jr, 2010, p. 118)

Aqui podemos destacar a importância do conhecimento que é produzido sobre os pormenores que dizem respeito à vida humana e de como melhorá-la, pois é a partir desse arcabouço que os sujeitos se estabelecem consigo mesmos na relação com os poderes. Vale ressaltar que o interesse da ciência pela felicidade, embora se aprofunde com rapidez, é recente. Até pouco tempo atrás, era a tristeza que os cientistas buscavam destrinchar- uma empreitada que resultou em conhecimento detalhado sobre depressão, neuroses e paranóias, com a psicologia convencional, visto que esta “nasceu para tentar entender o que torna alguém neurótico, deprimido, ansioso, de mal com o mundo”, segundo Martin Seligman em uma entrevista publicada em 2008, na revista *Veja*⁴². Já a vontade de ser feliz permanecia no plano do abstrato, tema de filósofos, da literatura e de músicas. Quase todos os pensadores deram a sua opinião sobre o assunto.

No que concerne à relação da literatura com esta temática, vemos em Freire Filho (2010) que a perspectiva não é muito animadora, pois vários autores consideraram a felicidade uma condição intangível, uma emoção fugidia. Cecília Meireles, em Epigrama nº 2 (MEIRELES, 1972, p.85) lamenta com os versos: “coisa estranha e dolorosa”, “precária e veloz”; em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a felicidade se mostra “uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação”- nada mais do que uma “quimera”, sempre a fugir de nós, com um sorriso de escárnio nos lábios... (ASSIS, 1985, p.22). Em *Os miseráveis*, encontramos, outra vez, uma consideração fatal: “Neste mundo, evidentemente vestibulo de outro, não há felizes. A verdadeira divisão humana é esta: os que possuem a luz e os que só têm as trevas”. Ainda seguindo este raciocínio, Rousseau enuncia:

tudo na terra está em um fluxo contínuo: nada mantém uma forma constante e fixa, e nossas afeições, que se apegam às coisas externas, necessariamente passam e mudam com elas. [...] Assim, neste mundo só conhecemos o prazer

⁴² Entrevista na íntegra disponível em: <https://grupopapeando.wordpress.com/2008/08/28/entrevista-martin-seligman-o-doutor-felicidade/>

que passa; a felicidade que dura, duvido que seja conhecida [...] (ROUSSEAU, 2009: 64 apud FREIRE FILHO, 2010, p52)

Nestes poucos exemplos literários, já podemos destacar que a felicidade aparece como um estado de exceção, desvio da ordem natural das coisas; com um caráter transitório ou ilusório. Freud, numa investigação sobre as origens da infelicidade, sobre o conflito entre indivíduo e sociedade e suas diferentes configurações na vida civilizada, declara: “aquilo a que chamamos “felicidade”, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico” (FREUD, 2011, p.20). Atualmente, porém, ela irrompe como um recurso estratégico para o fortalecimento e o aperfeiçoamento da saúde, do trabalho, do sucesso, da sociabilidade e da produtividade. É interessante observarmos a mudança de perspectiva em relação aos desdobramentos desse estado/conceito na contemporaneidade, visto que hoje há uma crença na possibilidade efetiva de uma felicidade ampla e duradoura, diferente dos exemplos supracitados. É o que veremos na análise a seguir:

Análise 5 (Figura 28: Revista Veja, 2018)



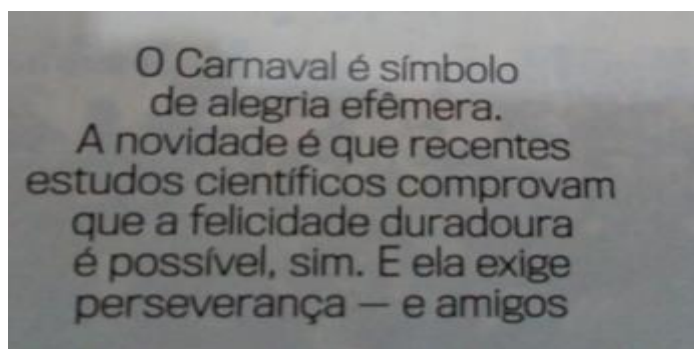
Disponível em <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2569/> Acesso em: 15 de março de 2018

Nesta capa da revista Veja, edição nº 2569, de abril de 2018, fala-se centralmente de uma ciência da felicidade que descobriu “**meios concretos para construir uma vida mais feliz**”, mas de que ciência se trata? Um dos marcos mais eloquentes do salto quântico no nível das expectativas em relação à conquista da felicidade é, provavelmente, a expansão da psicologia positiva- “a psicologia do que faz a vida valer a pena ser vivida” (LYUBOMIRSKY, 2008). Nesta perspectiva, a felicidade não seria mais concebida como um estado de exceção, como vimos, pois, para os estudos dessa nova psicologia, ela

pode ser vivenciada ininterruptamente, ampliada indefinidamente e prolongada até o fim de nossa existência. Está atrelada, apenas e tão somente, à livre determinação moral do indivíduo para engajar-se em sua reforma e em seu crescimento pessoal (independentemente da precariedade dos recursos econômicos, educacionais e culturais de que dispõe) (FREIRE FILHO, 2010, p. 55).

Observemos que as novas ciências da felicidade nos ensinam diariamente que usufruir de um aumento sustentável em nosso bem-estar subjetivo é um projeto individual possível aqui e agora, basta que haja dedicação e que jamais fraquejemos diante desse empreendimento vital.

Figura 29: Revista Veja, 2018



Disponível em <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2569/> Acesso em: 15 de março de 2018

A revista ainda faz uma comparação da felicidade com o Carnaval, enfatizando que este é um símbolo de **alegria efêmera**, enquanto a felicidade pode ser duradoura.

Consideramos o Carnaval uma heterotopia de passagem, pois, para Foucault (2006, p. 419), as heterotopias de passagem são “[...] as que estão ligadas [...] ao tempo no que ele tem de mais fútil, de mais passageiro, de mais precário, e isso sob a forma de festa”. Foi trazido à comparação, a festividade que propicia ao brasileiro a alegria que o faz “brilhar”, uma festa que é símbolo do nosso país e nos dá visibilidade no mundo todo. Para Borges (no site obvious⁴³), “o Carnaval é a celebração de como aprendemos a ser felizes, através do batuque, da música, da dança, do resgate de nossa história, da valorização do nosso povo e dos seus talentos”.

A revista traz logo na capa também a imagem de uma mulher que está sorrindo, envolta em purpurina e que, de acordo com as vestimentas extravagantes, está curtindo esse momento

⁴³ Declaração presente em: http://obviousmag.org/my_cup_of_tea/2016/01/carnaval---memoria-invencao-e-alegria.html

apontado, o evento carnavalesco, efêmero por excelência, em que a alegria pode durar apenas 4 dias, ou seja, tem um prazo de validade, seria a própria “gota de orvalho numa pétala de flor”, cantada por Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

Figura 30: Revista Veja, 2018



Disponível em <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2569/> Acesso em: 15 de março de 2018

No interior da revista, aparecem foliões alegres (representado pelo sorriso estampado no rosto deles) e está presente a ideia de que essa alegria que devemos experienciar é diferente da que permeia em todo o evento carnavalesco. A proposta é que ela **não acabe na folia**, como acontece com o Carnaval na quarta-feira de cinzas. No momento em que as pessoas têm que voltar à realidade, encarar os prazos, o chefe, o trânsito, as contas, será que é possível continuar feliz? A nova ciência da felicidade diz que sim.

Reparemos que o governo não traz a proposta de uma possível transformação de circunstâncias externas, como o fim da fome, da miséria, da corrupção, da violência, insegurança, criminalidade, etc, mas propõe uma espécie de *flow* (seja feliz apesar de), a todo o custo. A felicidade, dessa maneira, se instaura no imaginário popular (passando pelo discurso científico), como um projeto de vida individual, orientado pelos diversos profissionais que estão dispostos a fazer uma espécie de reprogramação da mente dos indivíduos, chegando a alcançar, assim, a população como um todo.

Quando na revista vemos o enunciado “**Pesquisadores identificam as regiões do cérebro reponsáveis pela alegria e descobrem que temos meios concretos para construir**

uma vida mais feliz”, percebe-se um investimento direto para que o público-alvo siga o que é dito por meio da racionalidade científica, o que é oposto à repressão e bem mais sutil. E a ciência da felicidade (a psicologia positiva), segundo Freire Filho (2010, p. 57), “forneceria os métodos práticos para erradicar todas as enervantes características de personalidade que atrapalham a convivência social e o desempenho no trabalho”, além de valorizar os nossos pontos fortes, como o otimismo, a perseverança e a coragem, por exemplo, e ainda ressaltam que os mais admiráveis componentes do capital humano podem ser desenvolvidos com algum aprendizado e treinamento. Assim, para a Psicologia positiva, “a felicidade é um dos sinônimos possíveis para os diferentes níveis de satisfação que obtemos ao explorar (nas diversas acepções da palavra) o melhor de nós mesmos, prosperando a cada dia, em qualquer situação” (FREIRE FILHO, 2010, p. 58).

A mídia se apropria indefinidamente desses enunciados da Psicologia, de modo que hoje vemos uma infinidade de materiais distribuídos, em diferentes suportes, revelando os meios que nos levam à felicidade, destaque-se aqui o esforço na produção de conhecimentos relacionados a essa temática, o que nos remete ao acúmulo (uma das características do enunciado), este que, para Foucault (2013), não pode identificar-se nem com uma interioração na forma da lembrança, nem com uma totalização dos documentos, diz respeito à questão de os enunciados poderem ser reativados ao longo do tempo através de um processo entre leitura- traço- decifração- memória, e não para serem encontradas as “marcas legíveis em sua superfície”, o “clarão de seu nascimento”, mas seguir os textos

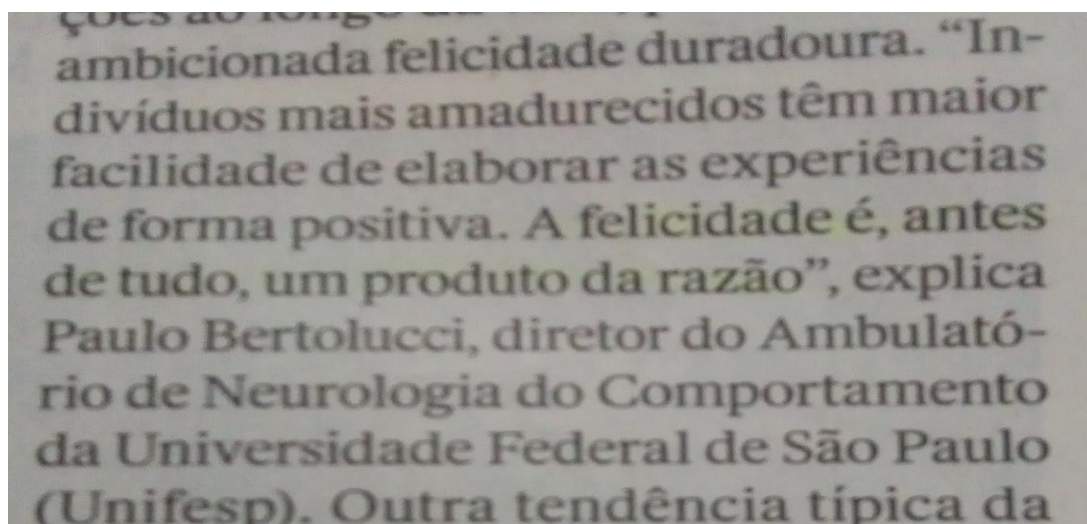
ao longo de seu sono, ou, antes, de levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento, à origem perdida, e de procurar que modo de existência pode caracterizar os enunciados [...] na espessura do tempo em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente, destruídos (FOUCAULT, 2013, p. 151).

Vimos que a felicidade foi concebida ao longo dos anos de diferentes formas, com lógicas sócio-históricas que fizeram funcionar modos distintos de práticas discursivas que traziam em seu interior vontades de verdade que ativavam objetivações variadas dos sujeitos. Hoje, a lógica vigente é a de que nós podemos vivenciar uma felicidade duradoura, na maioria das vezes ligada a atitudes consumistas, o que entendemos aqui como o alimento que pode satisfazer os desejos dos sujeitos. Vale destacar que esse acúmulo cria um efeito de verdade, o que faz com que os indivíduos acabem seguindo as instruções com mais facilidade, sem questionar o que é dito, acreditando serem as orientações a melhor opção para seguir e conseguir

ter uma vida plenamente feliz. Isso traz o efeito de uma possibilidade dessa permanência da felicidade em nossos dias.

No que concerne aos discursos e à produção de verdades sobre a felicidade, eles é que fazem funcionar as relações de poder na sociedade através de instrumentos variados. Vale destacar que a contemporaneidade usa a norma para objetivar os sujeitos, esta que Foucault (2014) define como “uma maximização ordenada das forças individuais e coletivas” (p. 156). Ela corresponde, assim, à biologização da lei; tecnologias que são produtoras de subjetividades, fabricando, dessa forma, um modo específico de indivíduo para servir aos interesses sociais. E qual é o sujeito que se busca formar de acordo com a revista?

Figura 31: Revista Veja, 2018



Disponível em <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2569/> Acesso em: 15 de março de 2018

O mundo pós-moderno é identificado em muitos aspectos por um crescente individualismo, pela cultura do hedonismo e do consumismo, o que demarcam as subjetividades em uma realidade do consumo. Além disso, indivíduos “maduros” que elaborem as experiências de forma positiva, apesar de o exterior ser desfavorável, é uma meta da nossa sociedade, esta que, para Foucault (2012, p. 205)

não é de espetáculos, mas de vigilância: sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca,

processa-se o treinamento minucioso e concreto das forças úteis, os circuitos de comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos.

Essa tática das forças e dos corpos tendem a se ordenar em torno de problemas políticos que trazem uma relevância social, em termos econômicos. A partir disso, então as lutas políticas e as resistências ao poder normalizador tomam a forma de um enfrentamento por uma série de novos direitos, tais como: “o direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o direito, acima de todas as opressões ou alienações, de encontrar o que se é, e tudo o que se pode ser [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 157).

O problema político que envolve a felicidade é a questão da depressão, esta que é uma doença que atinge mais pessoas ao redor do mundo a cada ano. Afeta 4,4% da população mundial (o que equivale a 322 milhões de pessoas) e 5,8% dos brasileiros (11,5 milhões de pessoas). Segundo os dados da OMS⁴⁴, o Brasil é o país com maior prevalência desse problema na América Latina. A partir de dados alarmantes, houve uma ascensão de produção de saberes que indicavam a felicidade como a cura para todos os males.

A ciência, que antes tinha como alvo um conjunto de conhecimentos empíricos, teóricos e práticos sobre a natureza, dando ênfase à observação, explicação e predição de fenômenos reais do mundo por meio de experimentos, além de prezar pela objetividade, hoje toma como pauta de pesquisas a felicidade, que é subjetiva, extremamente abstrata e de difícil mensuração, produzindo discursos concentrados nas condições que fazem os indivíduos terem sucesso e atingirem estados duradouros de felicidade, com o argumento de que ela pode ser analisada objetiva e cientificamente por meio de rigorosa pesquisa clínica. “A tarefa então é criar as condições ou ensinar as técnicas específicas por meio das quais o otimismo circunstancial e a autoestima apreciativa possam ser intencionalmente induzidos” (FREIRE FILHO, 2010, p. 87), como podemos ver nas capas seguintes (figura 32), a título de ilustração:

⁴⁴ Informações encontradas em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghtml>

FIGURA 32: Revista SuperInteressante; Revista Galileu



<http://observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/feliz-coincidencia/>

3.2. Viva mais e melhor: a felicidade como inspiração à longevidade produtiva

Propomo-nos a pensar a velhice, tendo como base as técnicas biopolíticas que trazem uma espécie de manual para o prolongamento da vida, como também para o aumento da produtividade e do consumo. Isso tudo atrelado à ideia de que alcançando esses objetivos, será possível uma felicidade e plena.

Foucault sugere a ideia de uma tecnologia política do corpo que diz respeito à confluência entre poder, saber e corpo. Vale destacar que trazemos a mídia neste trabalho como principal suporte de apropriação dos discursos biopolíticos sobre a felicidade e o que a envolve, mas ela não é a única instituição onde se identificam as estratégias de poder, visto que se trata de uma rede de tecnologias que são centradas na vida, com objetivos determinados pelo capitalismo, ou seja, pelo bem do equilíbrio econômico, sobretudo. Esse poder sobre a vida apresenta mecanismos mais leves (mas não menos eficazes) e economicamente mais racionais do que a disciplinarização dos corpos pela lei.

Segundo Foucault (2012a), o Capitalismo desenvolveu-se no final do século XVIII e início do século XIX, socializando o corpo como força de produção, força de trabalho. Segundo ele, “o controle da sociedade sobre os indivíduos começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A Medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2012a, p. 144).

A biopolítica, dessa forma, é relativa à politização da Medicina, em que a população torna-se o alvo principal, integrando as necessidades médicas da coletividade como demanda social. Assim, podemos dizer que os sujeitos, para fazerem cumprir os objetivos capitalistas, têm que buscar seguir as normas no que concerne à manutenção do corpo, com o fito de uma maximização da força de trabalho e da produtividade.

Circula socialmente, com base em questões biológicas, que a velhice seria uma forma de degeneração do corpo e de sua autonomia e que, conseqüentemente, esses indivíduos produziram e consumiram menos. Para Blessman (2004, p. 21), “o envelhecimento está habitualmente associado às mudanças físicas, tais como: perda de força, diminuição da coordenação e do domínio do corpo e deterioração da saúde, e às mudanças cognitivas evocadas por problemas na memória”. De acordo com dados do IBGE⁴⁵, o número de idosos cresceu 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Para essa organização pública de gerenciamento, a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento nos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017.

No Estatuto do Idoso, no artigo 15, encontrado em Monteiro (2010, p. 135), temos:

Artigo 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde- SUS, garantindo o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das nações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

Como gerenciar e se responsabilizar nesse nível por essa quantidade de idosos, tanto em relação à saúde, quanto à improdutividade e ausência de consumo? Elaborando em outras palavras, podemos chegar à seguinte questão: como regular essa população, de modo que ela se ajuste aos padrões de produção, atingindo de modo positivo a Economia?

⁴⁵ Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>

Hoje, podemos perceber que a sociedade contemporânea aceita cada vez menos a ideia de um envelhecimento que acabou ficando internalizado na memória social e coletiva, que é, justamente, a imagem desse idoso fragilizado, doente, limitado, como descrito acima. Diante disso, podemos dizer que as condições características da velhice são inviáveis aos padrões de produtividade contemporâneos. Dessa forma, segundo Vatter (2010), Foucault afirma que, quando uma vida biológica se torna um problema político, como ocorre na governamentalidade neoliberal, então as lutas políticas e as resistências ao poder normalizador tomam a forma de uma luta por uma série de novos direitos, tais como “o direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 157).

Quando a velhice passou a ser encarada como um problema sócio-político pelo Estado, com base no saber estatístico (divulgado recorrentemente pela mídia), o qual aponta um crescimento considerável da população idosa, começaram a ser pensadas políticas públicas para a regulação da vida dessa faixa etária, com o objetivo de combater as causas que levam os idosos a serem improdutivos. Essas estratégias de governo, dentre outras coisas, relacionam a longevidade produtiva à felicidade. É esse ponto que iremos abordar na análise seguinte (figura 33):

ANÁLISE 6(Figura 33: Revista Época, 2014)



Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2014/07/capa-da-epoca-ed-843.html> Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

Na capa da edição 843 da Revista Época, de 2014, encontramos uma idealização do sujeito idoso, percebida com o enunciado: **os exemplos inspiradores de quem passou dos 80 anos e continua independente, produtivo e feliz**. Primeira observação: a inspiração indicada é uma realidade diferente do que costumamos ver comumente, pois quem é o idoso Beatriz Segall? Uma mulher rica, com perfeitas condições econômicas para uma vida independente, produtiva; segunda observação: independência, produtividade e felicidade geralmente são características associadas a outras faixas etárias, tendo em vista que elas acabam se perdendo com o passar do tempo, pois, como vimos, as forças corporais acabam enfraquecendo, juntamente com a autonomia e, conseqüentemente a produtividade é altamente afetada. Contudo, a revista traz esse perfil diferente, mostrando que a consequência de se esforçar para

ser dessa forma tem uma relação direta com a felicidade: “Se você conseguir ser assim, será mais feliz do que tendo aquele perfil ultrapassado de idoso”, ao mesmo tempo em que, tentando ser mais feliz, você pode viver mais.

No lado esquerdo da revista, há uma descrição na íntegra da fala da personagem escolhida para compor a capa: “**Não gosto das marcas do tempo, mas aceito minha velhice**”. A atriz Beatriz Segall ⁴⁶é conhecida como uma pessoa que sempre foi muito ativa, até mesmo em sua fase de terceira idade, pois aos 89 anos de idade, em 2015, retornou à Rede Globo, depois de passar por outras emissoras, para estreitar “Os experientes”, uma série em 4 capítulos. Por que é interessante saber disso? Porque a revista traz essa personalidade como um dos exemplos que devem ser seguidos. Na fala dela, há uma aceitabilidade da velhice, mas de qual velhice ela fala, levando em consideração o primeiro período da frase? De uma velhice mais suave, sem marcas do tempo, estas que são uma consequência visível da idade do indivíduo.

Vemos hoje setores crescentes da população dispostos a enfrentar diversos sacrifícios a fim de conseguir expulsar as tão temidas marcas de expressão, a gordura e a velhice, assim como desejam conquistar uma beleza exterior perfeita. Para Sibilia (2010, p. 196):

Dietas, musculação, cirurgias, pílulas, massagens, exercícios, cosméticos: o mercado do embelezamento coloca à nossa disposição uma miríade renovada de produtos e serviços que visam aperfeiçoar o aspecto físico, conquistando novos usuários dia após dia. Assim, em nome de valores bem contemporâneos, como a autoestima e a felicidade, a carne humana é obstinadamente submetida a um conjunto de técnicas de modelagem corporal, que demandam enormes doses de esforço, tempo e dinheiro. Tudo isso na tentativa de atingir uma das metas mais desejadas do momento: criar para si um corpo perfeito e **conservado** (grifo nosso).

É importante destacar que a biopolítica age no detalhe dos desejos, pois o olhar do leitor não se esgota numa simples contemplação/admiração, visto que os modelos apresentados pelas revistas também incitam uma vontade dos sujeitos de serem iguais em corpo e visibilidade, pois se trata de “confeccionar um corpo próprio que mereça ser observado de modo semelhante. Neste caso, a palavra “inspiração” no texto é muito significativa, colocando quase como norma. Dessa forma, todos querem incorporar essas imagens bem-torneadas e fulgurantes: todos

⁴⁶ Beatriz Segall nasceu no Rio de Janeiro em 25 de julho de 1926 e morreu em São Paulo em 5 de setembro de 2018.

desejam ter esses corpos, pois todos querem ser igualmente celebrados por esbanjar a graça de serem belos, **jovens** e magros (SIBILIA, 2010, p. 198).

Na imagem abaixo, vemos mais um exemplo de octogenário: ele se chama Adib Jatene, tem 85 anos e, segundo a revista, é “o mais célebre dos cirurgiões cardíacos brasileiros. Ele tem “poucas rugas” e “unhas muito bem aparadas”, além de as mãos parecerem “20 anos mais jovens” e já terem feito 40 mil operações. E diz mais:

Figura 34: Revista Época, 2014

mil operações. Há poucos meses, Jatene abandonou as salas de cirurgia. Tem consciência das limitações físicas impostas pelo tempo. Isso não significa a aposentadoria. Sua agenda continua lotada. Todos os dias, atende pacientes no Hospital do Coração (HCor), em São Paulo. Circula pelos corredores numa cadeira motorizada ou apoiado numa bengala. Há três meses, foi submetido a uma cirurgia de coluna. Um estreitamento na medula provocava-lhe dores terríveis. Está em recuperação. “Se fosse dar valor a isso, ficaria inutilizado”, diz. “Nunca me queixo.”

Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2014/07/capa-da-epoca-ed-843.html> Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

Além da configuração da beleza que descrevemos no caso de Beatriz Segall, hoje com esse crescente número de idosos, se fala muito da inserção desse grupo no mercado de trabalho. No trecho da revista, faz-se menção a alguém de 85 anos que ainda “**continua com a agenda lotada**”, mesmo tendo sido submetido a uma cirurgia na coluna. Mais adiante, temos a descrição da sua própria fala: “**se fosse dar valor a isso, ficaria inutilizado**”. Dar valor a isso é uma escolha e ele escolheu ser produtivo, ao invés de ser vencido pelo problema e parar de trabalhar. A inutilidade é considerada um problema sério e muito mais quando se é remunerado apesar disso.

O poder executivo apresentou ao Congresso Nacional uma proposta de Emenda à Constituição (PEC 287-2016) a fim de fazer a chamada Reforma da Previdência. Dentre as alterações, uma delas se relaciona aos benefícios “programáveis”, que são basicamente 3: aposentadoria por idade, por tempo de contribuição e aposentadoria especial, das quais nos

interessam as duas primeiras. Pelas regras dessa reforma, será exigido que, para que se aposente, o indivíduo tem que ter 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, independente do sexo, vale ressaltar que essa idade mínima vai aumentar sempre que a expectativa de vida subir um ano completo. A renda será de 51% da média, 1% para cada ano completo de contribuição. Imaginando alguém que só vai contribuir o tempo mínimo (25 anos), a renda será de 76% da média ($51 + 25 = 76$). Para chegar a 100%, a pessoa terá que contar com 49 anos de contribuição.

O site jusbrasil⁴⁷ traz o exemplo hipotético de alguém que começa a contribuir aos 16 anos. Quando chegar aos 65 anos (com os 49 anos necessários de contribuição) conseguirá a aposentadoria integral. Mas tem um detalhe: quando ele completar os 49 anos de contribuição, a idade mínima provavelmente terá aumentado (devido à continuidade da expectativa de vida) e ele não conseguirá se aposentar. Para Cascais (2016, p. 179),

Há uma tensão gerada pelos efeitos da mobilização do material humano, do crescimento exponencial da sua produtividade, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo. De fato, ambos se combinam: quantitativamente, a questão que se põe é a de como lidar com os excedentes, estabelecendo quotas e limites para o crescimento de outro modo descontrolado; seleção qualitativa do material humano com o concomitante expurgo e eliminação dos indivíduos inaproveitáveis, improdutivos ou insustentáveis que comprometem a ortogênese dele.

Não por acaso, seguindo a lógica do “fazer viver e deixar morrer”, há uma reflexão contemporânea que sugere a possibilidade de um dever de morrer quando o indivíduo se encontra fora das possibilidades de melhoramento ou de recuperação das faculdades perdidas. Há investimentos de melhoramento das capacidades tanto físicas, quanto psicológicas, por meio das instruções biopolíticas, no entanto, os sujeitos que não aderem a esses direcionamentos pelo cuidado de si, podem ser considerados um peso para o sistema capitalista, pois não interessam à sociedade sujeitos doentes, fracos, sem autonomia, incapacitados, improdutivos e que não fazem girar o capital, por isso a frase de ordem é **viva mais e melhor**, localizada com destaque na capa da revista analisada. Nesse sentido, a tecnicidade da biopolítica “recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro” (FOUCAULT, 1992, p. 173).

⁴⁷ Informações disponíveis em: <https://alestrazzi.jusbrasil.com.br/artigos/413444226/reforma-da-previdencia-explicacao-descomplicada>

3.3 Felicidade e saúde: a aquisição de um bem-estar infinito

O corpo está circunscrito à ideologia da perfeição e ao imperativo da saúde, da beleza, da felicidade. O método arqueogenealógico de Foucault oferece condições para analisar as regras de conduta que constroem, transformam, ressignificam e, até mesmo, mantêm os saberes sobre o corpo na atualidade. Vimos que a mídia oferece uma quantidade considerável de orientações em relação a como conquistar a felicidade, associando-a à longevidade, ao sucesso no trabalho e, agora, à saúde.

Há um conjunto de enunciados efetivamente ditos por especialistas que atestam que os indivíduos que são mais felizes, são, conseqüentemente, mais saudáveis. De forma credibilizada, isso leva à objetivação dos sujeitos, esta que ocorre a partir do momento em que as revistas, por exemplo, propiciam que os leitores assimilem determinadas técnicas de cuidado de si, que, vale salientar, se organizam em uma recomendação basilar: “cuide de seu corpo, de seu bem-estar e da sua saúde”. Diante disso, há um controle sobre o que os indivíduos fazem. A vontade de verdade vigente inclina-se a considerar muito positivamente que as pessoas tenham corpos saudáveis, o que é altamente necessário ao capitalismo, em termos de força de trabalho, produtividade.

Ao governar os sujeitos para que tenham uma vida melhor (com felicidade e saúde duradoura), a biopolítica os torna mais produtivos para a sociedade. Com isso, podemos visualizar a positividade do poder exposta por Foucault (2012a) numa relação entre os saberes e os poderes.

A inserção da vida dentro dos mecanismos de poder, o governo dos indivíduos considerados como corpos vivos, a incumbência de cuidar dos problemas da saúde e da proteção da vida biológica constituem o agrupamento dos processos que identificam o estabelecimento da biopolítica. Estas questões estão postas na mídia, trouxe apenas um exemplo para este trabalho.

ANÁLISE 7(Figura 35: Revista Galileu online)

FELICIDADE MELHORA A SAÚDE E PROLONGA A VIDA, DIZ ESTUDO



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI215335-17770,00-FELICIDADE+MELHORA+A+SAUDE+E+PROLONGA+A+VIDA+DIZ+ESTUDO.html>

Acesso em 15 de março de 2018

A matéria em questão inicia-se com a seguinte frase: **“Análise de diversas pesquisas mostra que pessoas não estressadas e felizes vivem mais”**, seguida de: “mais de 160 estudos detectaram provas claras e convincentes de que pessoas felizes tendem a viver mais e com melhores condições de saúde do que pessoas infelizes”. Vemos que as políticas sugerem modos de se governar que estimulam a aplicação de tecnologias de poder que têm como alvo a manutenção da saúde, pela felicidade, colocando aquela como forma de responsabilidade pessoal de cada sujeito.

No que diz respeito ao objeto escolhido (o discurso da felicidade), há vários estudos que a indicam como algo que faz bem à saúde⁴⁸. É o que afirma Edward Diener, professor de Psicologia Social da Universidade de Utah (EUA). Para ele, pessoas felizes tendem a cuidar mais de si mesmas – o que se reflete na prática de exercícios, cuidado com a alimentação e boas noites de sono. O estudo⁴⁹ reúne evidências para comprovar que a felicidade tem influência positiva no sistema cardiovascular e imunológico, influencia hormônios, diminui inflamações

⁴⁸<http://linharesemidia.com.br/noticias/saude/15200-psicologa-explica-como-a-felicidade-traz-beneficios-a-saude.html>

⁴⁹ Estudo disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2017/07/sim-felicidade-faz-bem-para-sua-saude-diz-estudo.html>

e aumenta o processo de cicatrização. Isso é ligado à existência de telômeros (extremidade dos cromossomos) mais longos.

Em relação à afirmação de que a felicidade prolonga a vida, vê-se que a matéria está bem coerente com o lema da operacionalização de poder enfocada neste trabalho, que é “fazer viver e deixar morrer”, tendo em vista que a felicidade é exposta como algo a ser buscado e vivenciado em prol de uma vida mais longa, ou seja, “seja feliz e viva mais”. Vale salientar que o saber médico é utilizado nos discursos a fim de dar força e crédito ao porta-voz de uma verdade, e não devemos esquecer que “medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Por mais que saibamos que esse modo de exercício de poder se estabelece principalmente por uma motivação econômica, não podemos rotulá-lo negativamente, pois de alguma forma é necessário investir na saúde dos sujeitos, pois dela depende sua produtividade. Para Foucault (2012a, p 298) “a saúde- a doença como fato de grupo e de população- é problematizada no século XVIII a partir de instâncias múltiplas em relação às quais o Estado desempenha papéis diversos”, desse modo, construir os corpos para que eles atendam às exigências do capitalismo, em plena fase de expansão e consolidação, era a grande preocupação desse momento, como ainda é até hoje.

É preciso chamar atenção para o seguinte processo: o surgimento da saúde e do bem-estar físico da população como um dos objetivos essenciais do poder político, trazendo, assim, maneiras de como se pode elevar o nível de saúde do corpo social em seu conjunto, isso não por um aparelho único, mas por um conjunto de regulamentos e de instituições múltiplas. Dessa forma,

os corpos – corpo dos indivíduos e corpo das populações – surgem como portadores de novas variáveis: não mais simplesmente raros ou numerosos, submissos ou renitentes, ricos ou pobres, válidos ou inválidos, vigorosos ou fracos e sim mais ou menos utilizáveis, mais ou menos suscetíveis de investimentos rentáveis, tendo maior ou menor chance de sobrevivência, de morte ou de doença, sendo mais ou menos capazes de aprendizagem eficaz. Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade (FOUCAULT, 2012a, p.304).

Olhando sob este prisma, podemos dizer que, segundo este autor, o objetivo básico do poder é gerir a vida dos homens e controlá-los com vista à produtividade “para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de

aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (FOUCAULT, 1979, p. 20). Essa forma de exercício de poder tem como meta a produtividade, uma maior disposição ao trabalho, daí a necessidade de tornar os corpos “dóceis e úteis”.

A sociedade sempre nos disse, ao longo dos tempos, o que é ser feliz, isso porque a felicidade é um valor social e historicamente definido. Ela se colocou em diferentes épocas, desde a Antiguidade, e em cada uma delas foram dadas respostas diferentes em relação à questão do que é ser feliz. Hoje ela é associada à saúde, dentre outros aspectos, fazendo os indivíduos se responsabilizarem pelo monitoramento do seu próprio corpo, tendo como norte a ideia de que a maioria das doenças é causada pelo próprio indivíduo, devido à sua falta de cuidados, como, por exemplo, a não realização de exercícios físicos diários, a ingestão de bebidas alcoólicas, fumar, comer alimentos nocivos, etc. E a não preocupação com esses princípios dados leva o sujeito à regra do “deixar morrer”, pois é viável que o sujeito esteja vivo se estiver feliz, saudável, produtivo e consumindo, caso contrário ele, ao invés de trazer lucro, trará gastos, prejuízos, o que é algo extremamente fora dos contornos de planejamento para os corpos na atualidade.

CAPÍTULO IV

UMA LICENÇA PARA FALAR DE TRISTEZA

*Sorri quando a dor te torturar
e a saudade atormentar
os teus dias tristonhos, vazios*

*Sorri quando tudo terminar,
quando nada mais restar
do teu sonho encantador*

*Sorri quando o sol perder a luz
e sentires uma cruz
nos teus ombros cansados, doridos*

*Sorri, vai mentindo à tua dor
e ao notar que tu sorris
todo mundo irá supor
que és **feliz**.*

Sorri (Djavan)

Neste capítulo, quarta seção deste trabalho, faremos uma discussão sobre a tristeza e o modo pelo qual ela é negada, escondida e ressignificada em nossa sociedade, expondo o modo como ela é discursivizada na mídia, o que ela representa nas estatísticas e o porquê de ela ser interdita no meio social. Faremos uma diferenciação entre tristeza e depressão, mostrando a banalização do uso de antidepressivos para expor a desconsideração do valor da tristeza em nossa sociedade.

4.1 “Bye bye tristeza, não precisa voltar”: a interdição e negação de uma subjetividade

Na cultura moderna, três grupos ocupavam o lugar da anormalidade: o louco, o perverso sexual e o delinquente (FOUCAULT, 1948). A loucura poderia ser percebida na sua relação com o crime (delinquência) e a imoralidade (perversão sexual). Essa relação entre loucura, crime e imoralidade implicava que a quantidade de doentes mentais fosse pequena e que a maioria dos loucos fosse internada, a fim de que fossem corrigidos os seus problemas de anormalidade. A população fora do asilo era numericamente superior.

Podemos observar que atualmente as doenças mentais se tornaram uma ocorrência de massa, ou seja, um fenômeno que assola a população em geral, pois, de acordo com a OMS, estima-se que 300 milhões de pessoas estão afetadas pela depressão; 60 milhões, pelo Transtorno Afetivo Bipolar; 23 milhões têm esquizofrenia e outras psicoses e 50 milhões sofrem com demência. Esse órgão afirma que, a cada ano, cerca de um quarto da população mundial passa por algum problema de saúde mental. Como podemos explicar esses números? Segundo Vaz (2010, p. 150):

Diversos estudiosos propõem como resposta que nossa cultura está considerando como doentios comportamentos e emoções antes tidos como normais, movimento que é favorecido pelo interesse econômico de empresas farmacêuticas que produzem medicamentos capazes de alterar o funcionamento químico do cérebro.

O autor ainda nos alerta para o fato de que a abertura dos muros do asilo não fez com que todos pudessem se considerar saudáveis (sãos), normais. Ao contrário, todos parecem ter se tornado doentes. O déficit de atenção e a hiperatividade em crianças seria considerado um fator de risco para a criminalidade futura, o que sugere uma supervisão maior de tais crianças para evitar que se tornem possíveis criminosos. Há também uma teoria científica que propõe que o comportamento de risco dos adolescentes seria explicado pelas duas redes cerebrais: a primeira dedicada ao processamento de recompensa e a segunda, à rede cognitiva de controle, que antecipa os riscos e regula o comportamento. Segundo Steinberg, (2007 apud VAZ, 2010, p. 152), “a segunda amadurece lentamente, por isso os adolescentes não conseguiriam regular seu comportamento pela pressão da rede que processa a recompensa”. A nossa sociedade considera que a impulsividade é algo patológico, no entanto, ela é altamente estimulada pela publicidade, por exemplo, o que é irônico.

A psiquiatria deixa de se preocupar com o sofrimento que um indivíduo pode causar à sociedade e, ao invés disso, enfoca o grupo dos doentes mentais que só são vítimas, ou seja, prioriza os que sofrem de estresse pós-traumático, autoestima baixa e sofrimento. A partir disso, têm-se os diversos conceitos, que vão desde a questão da autoestima, à depressão, delineando detalhadamente os traços que devem ser consertados continuamente por meio de medicalização.

Segundo Vaz, (2010, p. 158), “a contrapartida da generalização da condição de vítima é tornar patológicos eventos que necessariamente fazem parte da vida, como nascer, perder ou estar ameaçado de perder amigos e parentes, deparar-se subitamente com a morte de alguém ou estar diante da possibilidade de morrer”. Podemos observar que a ênfase hoje não está na

gravidade do evento pelo qual o indivíduo passa, mas no modo com que ele responde emocionalmente, estimulando que nenhum transtorno psíquico possa ser causado diretamente pelo fato negativo.

O interessante é que a sociedade engendra os conhecimentos de modo que acabamos não nos permitindo mais à tristeza, visto que ser feliz tornou-se uma obrigação. Entristecer-se implicaria na impossibilidade de produzir, o que, conseqüentemente nos enquadraria como inúteis dentro da lógica capitalista, além de que, sem produzir, a viabilidade de se ter dinheiro para consumir diminuiria consideravelmente, trazendo uma inadequação ao cenário social, o que acaba acarretando numa consequência contraditória, partindo da lógica de que o sujeito acaba sofrendo ao não conseguir se ajustar à demanda social.

Este capítulo, bem como no livro de Freire Filho (2010), não oferece um elogio à melancolia, mas tem o objetivo de convidar os leitores a refletir a respeito de alguns dos duvidosos caminhos para a conquista da felicidade disseminados na atualidade, enfocando a fragilidade das conjecturas que, de tanto serem repetidas continuamente, acabaram se configurando como verdades incontestáveis. Diante disso, propõe-se a examinar os impactos desse imperativo na configuração da subjetividade e da sociedade gerados a partir dos diversos investimentos biopolíticos que trazem versões específicas da vida feliz. A seguir, apresentaremos as diferenças entre a tristeza e a depressão, a fim de, mais adiante, explicar as implicações de se tomarem esses dois estados como sinônimos

4.2 Tristeza X Depressão

FIGURA 36: Depressão X Tristeza



Disponível em: <http://drleonardvereia.blogspot.com/2014/09/tristeza-x-depressao.html> Acesso em: 10 de maio de 2018.

De acordo com o quadro acima, há alguns pontos principais que podem diferenciar a tristeza e a depressão, enfatizando a função dos antidepressivos, que deveriam ser usados apenas em casos de condições crônicas, mas, infelizmente, essa não é a realidade atual da nossa sociedade, como afirma Chalub⁵⁰. Segundo ele⁵¹, não se pode mais ficar entediado, aborrecido, chateado, porque isso é imediatamente transformado em depressão. É a medicalização de uma condição humana, a tristeza. É transformar um sentimento normal, que todos nós devemos ter, dependendo das situações, numa entidade patológica. Pelo que podemos interpretar por meio da figura acima, a depressão é uma doença sem conteúdo, um estado intenso de sofrimento que tende a ser recorrente e frequentemente crônico. Já a tristeza, ocorre sempre em decorrência de

⁵⁰ Professor das universidades Federal (UFRJ) e Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

⁵¹ Matéria disponível em: https://istoe.com.br/74405_O+HOMEM+NAO+ACEITA+MAIS+FICAR+TRISTE+/.

algum acontecimento negativo marcante da vida; passa com o tempo e geralmente não impede o indivíduo de ter uma vida considerada normal.

Hoje, podemos observar que há certo equívoco em relação a diagnósticos de doenças mentais, pois a tristeza não raramente está sendo considerada depressão pelos especialistas da área, o que significa que houve um aumento considerável no receituário de medicamentos. O que acontece é que a tristeza acabou perdendo o seu status de emoção natural, indo assim, em direção da patologia. O interessante é que ao ser instigado à busca da felicidade como principal e mais urgente meta de vida, o sujeito não se dá conta de que, para atingir esse objetivo, predomina a fuga da tristeza. E, nesta luta, evita-se, a todo custo, qualquer situação de desprazer. Ao mesmo tempo em que as pessoas fogem da tristeza, os especialistas detectam a depressão indiscriminadamente.

4.3 A medicalização da tristeza no século XX e a banalização do uso de antidepressivos

Estamos na era dos transtornos, em que se oferece diagnóstico e remédio para cada sofrimento enfrentado pelos indivíduos. A psiquiatria reivindicou o direito de determinar os indivíduos como são ou não. O Estado também se envolveu economicamente, visto que, segundo Miller (2010, p.107),

por muito tempo, os medicamentos foram vendidos diretamente aos consumidores, mas o Estado logo interveio em nome da saúde pública. Em resposta à questão da dependência, estabeleceram-se regulamentações, a partir de 1914, que obrigaram a emissão de determinadas receitas médicas, o que limitou a soberania do consumidor e favoreceu as grandes empresas, que poderiam armar formas científicas e transparentes de pesquisa e administração, bem como a profissão médica, que se beneficiou com o aumento das consultas de pacientes.

Muitos se beneficiam com os diagnósticos indiscriminados em relação à saúde mental. A indústria farmacológica hoje gira milhões de reais em torno de medicamentos. Segundo o site da revista Exame⁵², apesar da crise, essa indústria aumentou em 20% as contratações e continua crescendo. Mas esse crescimento não começou agora. Voltando ao século XX, podemos ver um movimento altamente empenhado na descoberta e controle das doenças. Os

⁵² Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/apesar-da-crise-industria-farmaceutica-aumentou-em-20-as-contratacoes-e-continua-crescendo/>

psicólogos se ofereciam para controlar alunos nas escolas e lidar com os trabalhadores, garantindo que a raiva no trabalho era algo improdutivo; o Congresso aprovou em 1955 a Lei do Estudo sobre a Saúde Mental, com o intuito de estimular a pesquisa e, em 1951, “o governo federal determinou que todos os novos medicamentos deveriam estar sujeitos à prescrição médica” (p.108), o que representou um marco nas normas, mas também no controle profissional e em uma nova forma de produção de mercadoria. Toda essa ligação entre a governamentalização e o profissionalismo exigiu que houvesse uma espécie de codificação das explicações terapêuticas.

Segundo Miller (2010), a primeira droga psicoativa foi a Clorpromazina, que foi lançada no mercado norte-americano em 1954 e reverteu a retirada institucional do doente mental da vida pública, que já há algum tempo era mantido em asilos, e, nos próximos 50 anos, os leitos hospitalares destinados a doentes mentais caíram de 560 mil para 53 mil, mesmo com o dado de crescimento populacional nacional tendo aumentado mais de 100 milhões, o que significa que o controle passou a ser feito pela própria família do paciente, por meio de medicamentos receitados pelos especialistas.

“No mesmo período, o Miltown e o Equanil foram massificados como tranquilizantes contra a impureza suburbana: em 1956. Um em cada 20 residentes dos Estados Unidos estava tomando as popularmente chamadas pílulas da felicidade” (p.109). Agora a população poderia ficar mais tranquila, pois o remédio para os seus males tinha a possibilidade de residir em uma caixinha de remédios e, conseqüentemente, dentro do seu corpo.

Dessa forma, ao longo dos anos, as empresas farmacêuticas foram promovendo soluções rápidas para os problemas da vida- “um convite a engolir e ser feliz”. Essas mudanças são consequências de uma nova administração do consumo. O indivíduo da atualidade é estimulado a se pensar e agir de um modo autônomo, livre para a realização de suas potencialidades, a buscar a fruição máxima da vida, em conformidade com a psicologia positiva, que diz que para “ativar nossas extraordinárias potencialidades adormecidas, para expandir as virtualidades positivas atrofiadas e parasitárias, temos que descartar pensamentos limitantes ou tóxicos, afastar, de imediato, ideias debilitantes e autodepreciativas” (FREIRE FILHO, 2010, p. 63). O discurso da ciência nesse momento aparece como uma fonte de orientação.

Para Bezerra Jr (2010), três movimentos presentes na psiquiatria nas últimas décadas ajudam a compreender a maneira como ela participa do cenário social atual: o processo de contínua expansão dos diagnósticos, o progressivo rebaixamento do limiar da diferenciação entre a normalidade e a patologia e a fluidez da fronteira entre tratamento e aperfeiçoamento,

que segundo o autor, “vem consolidando uma ideia de uma psiquiatria voltada não apenas para o tratamento de transtornos, mas também para o alívio do sofrimento inerente à vida cotidiana, bem como para a produção de estados de bem-estar e felicidade” (p. 121).

Importante destacarmos que a classificação das doenças mentais começou a ocorrer nos asilos, que eram os locais terapêuticos privilegiados da psiquiatria. Até a metade do século passado, as categorias eram complexas, cujas aplicações só os psiquiatras dominavam, o que mudou depois do surgimento dos psicofármacos e do aparecimento do DSM-III (**Diagnostic and Statistical Manual**), pois a partir desse momento, essas categorias tornaram-se simples, sendo, assim, utilizadas com facilidade por profissionais de outras áreas, como a de Educação, por exemplo, e pelo público em geral.

Depois de diversas publicações de livros a respeito das estimativas em relação às doenças mentais e o seu alcance, concluiu-se que uma quantidade alarmante de pessoas foi afetada com algum transtorno e que a tendência seria o aumento desses dados (nos EUA e na Europa). Cerca de metade dos americanos preencheria os critérios para um diagnóstico de transtorno mental; em relação aos europeus, 50% deles correria o risco de sofrer de algum transtorno psiquiátrico e ter que buscar tratamento. Esses dados acabam colocando em foco a validade dos diagnósticos na psiquiatria, pois se deve alertar para a necessidade de analisar mais cuidadosamente o sentido do sintoma e os possíveis efeitos na sociedade e nos processos de subjetivação dos sujeitos. Para Bezerra Jr (2010, p. 123),

Basta olhar o que vem ocorrendo com os manuais de diagnóstico nas últimas décadas para se ter uma ideia de como diversos aspectos ligados ao comportamento, à experiência das pessoas e à própria condição humana vêm sendo objeto de descrições psiquiátricas que enxugam sua densidade existencial e as transformam em alvos de intervenção médica.

O número de categorias definindo transtornos quase dobrou, o que significa que qualquer desvio era considerado como um transtorno, havendo uma progressiva utilização por uma quantidade bem maior de profissionais que ultrapassaram os limites da medicina. Como exemplodisso, podemos citar os profissionais da Educação. Segundo Torresi⁵³ (2012), “em geral, os docentes não estão preparados para perceber o que impede o aprendizado dos alunos”⁵⁴. No entanto, o que se percebe é que hoje esses profissionais sentem-se praticamente

⁵³ Sandra Torresi é uma professora de neuropsicologia na Universidade de Morón, na Argentina.

⁵⁴ Informação disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/08/como-detectar-transtornos-de-aprendizagem.html>

obrigados a dar algum tipo de diagnóstico com base no processo de aprendizagem dos alunos, mas ainda falta um pouco de compreensão em torno do aprendizado em si, pois muitos professores não conhecem sequer o desenvolvimento normal da criança e fazem diagnósticos, ignorando o fato de as dificuldades dos alunos poderem decorrer de falhas no método de ensino e, até mesmo, de fatores relacionados à família e às condições psicológicas deles.

Eliminar o “critério de eliminação” clínica também é considerado outro problema, pois “ele é uma espécie de cláusula de segurança, que exigiria uma avaliação qualitativa do impacto dos sintomas sobre a experiência do indivíduo (e não apenas uma percepção de sua presença)” (BEZERRA Jr, 2010, p. 126). Um efeito que já pode ser sentido é o caso do TDAH (transtorno do déficit de atenção/hiperatividade), visto que a expansão do diagnóstico já é alarmante e tende a crescer ainda mais, caso seja adotado o critério de avaliação baseado apenas nos sintomas, o que acarretaria em um grande “estímulo ao uso cada vez maior de medicamentos estimulantes voltados para o aprimoramento do funcionamento mental e a consolidação de um emergente mercado secundário independente do sistema médico de atenção” (p.126).

Outro exemplo é a medicalização da tristeza e do luto. Vivenciar a alternância entre a felicidade e a tristeza faz parte da experiência pessoal dos seres humanos, no entanto, na contemporaneidade, a proporção esperada de cada um desses estados é desproporcional, pois a felicidade é apontada como condição imprescindível do bem-estar e sucesso pessoal, cujas formas para a sua obtenção são inúmeras, na maioria das vezes ligadas ao consumo e à imagem.

O problema da medicalização da tristeza é muito sério e pode causar vários danos, visto que DSM-5⁵⁵ se arriscou a agravar ainda mais o quadro, na medida em que permitiria que

o diagnóstico de uma depressão maior fosse aplicado a indivíduos cuja tristeza reativa apenas se pareça sintomaticamente com um episódio deste transtorno. Duas semanas de humor deprimido, perda de interesse em atividades cotidianas, insônia, perda de apetite e problemas de concentração- mesmo que sucedendo imediatamente a perda de um marido, um filho ou emprego- bastariam para legitimar o diagnóstico de um transtorno mental (BEZERRA JR, 2010, p. 127).

A partir da medicalização de reações emocionais que por mais que sejam turbulentas psiquicamente, surgem em contextos provisórios nos quais depois de um momento os sintomas são gradativamente substituídos por outros menos negativos, temos uma tentativa de retomar o

⁵⁵ The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)

equilíbrio num tempo acelerado e o sujeito acaba burlando o processo e buscando os meios propostos para expulsar a dor por meio de diferentes técnicas que, geralmente, estão envolvidas ao setor econômico.

O terceiro movimento, o do aperfeiçoamento, abriga o pressuposto de que se estamos bem, podemos ficar ainda melhor, concebendo o uso de medicamentos não apenas como ajuda às pessoas com quadros patológicos, mas também como intensificadores de características desejadas e requeridas em nossa sociedade. No campo das práticas subjetivas, o impacto desse movimento é decisivo, pois Bezerra (2010) observa que a compreensão do sofrimento psíquico como instrumento de transformação pessoal, marcado por uma abordagem psicodinâmica, vem dando lugar à concepção que classifica o sofrimento como algo desnecessário, tornando-se, até mesmo, uma patologia.

A partir daí, conseguimos entender melhor a quantidade de pessoas que hoje estão sendo “tratadas” com antidepressivos e remédios para outros tipos de transtornos. A crescente eficácia desse movimento tem conseguido regular a vida biológica, psíquica e social, “o que se expressa não só na expansão continuada do consumo de tratamentos farmacológicos para transtornos, mas também no uso de substâncias químicas para aprimoramento da cognição e da memória, no controle de emoções indesejadas e produção de bem-estar etc” (ROSE, 2003; RABINOW, 1992; SIBILIA, 2002).

Os professores Horwitz e Wakefiel (2010) argumentam que esse crescimento no número dos diagnósticos de casos de Transtorno Depressivo Maior não seria por causa da incidência da doença em si, mas da sobreposição de categorias conceitualmente diferentes (a tristeza e a depressão), o que facilita a patologização da tristeza em grande escala, em consonância com Bezerra Jr (2010), em relação à questão do perigo da abordagem sintomática sem levar em consideração o contexto. A possibilidade de as pessoas serem acometidas com uma tristeza profunda é grande. Por isso, estariam todas elas doentes, necessitando de diagnóstico e medicação? Quem estaria apto para estabelecer o parâmetro de diferenciação entre a vivência da tristeza como intrínseca à vida humana e a depressão?

Em suma, é interessante observarmos que tudo isso faz parte de uma estratégia minuciosamente planejada, visto que “governo é uma correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (FOUCAULT, 2012, P. 146), que, no caso, é oferecer soluções rápidas para todo um conjunto populacional, tanto em relação à medicalização da tristeza, quanto no que diz respeito à incitação da felicidade pelo desejo, estimulando sempre o consumo. Dessa forma, há uma via de mão dupla de lucro. Para Bauman

(2008, p.64), “a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles)”. Dessa forma, há uma ordem de sempre serem buscadas novas alternativas, embasadas, claro, na nova ciência da felicidade, cuja tarefa é então “criar as condições ou ensinar as técnicas específicas por meio das quais o otimismo circunstancial e a autoestima apreciativa possam ser intencionalmente induzidos” (BLINKLEY, 2010, p. 87).

4.4 Sociedade de consumo: uma desconsideração medrosa do valor da tristeza

Com a mudança de valores na cultura, ocorrem também alterações no modo de se relacionar com as emoções. A dor e o sofrimento são um exemplo disso, pois a tristeza já foi fortemente valorizada. Na antiguidade, o sofrimento do indivíduo não assumia necessariamente um caráter patológico, pelo contrário, a melancolia era associada à genialidade e à criatividade. O sofrimento não era negado, como hoje, mas encontrava espaço para se manifestar (PERES, 2010). Já na contemporaneidade, não há espaço para ele a não ser numa categorização de anormalidade.

Bruckner (2000) afirma que atualmente a felicidade deixou de ser um direito para ser um dever, o que traz a intolerância ao sofrimento. Outro problema é a proibição desse estado ao indivíduo, cuja vida é permeada por dor. Fortes (2004, 2009) postula que além de o sujeito contemporâneo ter que negar a sua própria dor, também tem que se abster de presenciar e ser solidário com a dor do outro, pois da mesma forma que a alegria é considerada contagiosa, a tristeza também pode ser.

Pensar essas novas configurações subjetivas evidencia um sujeito que está permanentemente afetado por uma variedade de estímulos em todas as esferas e que não se sente habilitado para dar conta, o que nos permite afirmar que é altamente problemático e ingênuo proclamar um imperativo da felicidade, visto que essa busca desenfreada por ela chega a ser paradoxal no sentido de que, por um lado, constitui-se como fonte do bem-estar, enquanto por outro, é fonte inesgotável de sofrimento.

A incitação ao prazer imediato impera na sociedade contemporânea como única possibilidade de se alcançar a felicidade. Podemos ver que a mídia articula, de forma insistente,

felicidade e consumo, o que nos estimula a pensar que são mais felizes as pessoas que mais consomem.

Com relação às análises que buscamos desenvolver, destaca-se a assimilação pela população das criações e das produções geradas pela biopolítica. No entanto, não podemos deixar de mencionar a resistência ao poder, pois Foucault (2012) afirma que não ocorre o exercício deste de modo independente dos processos de resistência. Há, dessa forma, a possibilidade de se constituírem outras subjetividades, não (apenas) objetivadas pelo saber e sujeitadas pelo poder. Foucault (2009a) nos orienta que

uma relação de poder se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o ‘outro’ (aquele sobre o qual elas se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante das relações de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 2009a, p. 244).

Sendo assim, é uma “ação sobre ações possíveis” e o sujeito tem liberdade, pois esta é a condição para que exista essa relação de poder. O desejo ocorre sempre por aquilo que nos falta; aquilo que queremos sempre encontramos nessa falta a sua grande motivação. A força que temos para buscar aquilo que não possuímos não pode se manifestar no caos. Dessa forma,

a sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está “plenamente satisfeito”- ou seja, enquanto não se acredita que os desejos que motivaram e colocaram em movimento a busca de satisfação e estimularam experimentos consumistas tenham sido verdadeira e totalmente realizados (BAUMAN, 2008, p. 63).

É preciso, dessa forma, organizar o desejo, direcionar a energia para aquilo que não vai causar problemas na sociedade e a mídia faz essa tarefa de forma eficaz nos mostrando os caminhos para a felicidade, mas os sujeitos podem resistir a essas orientações, conduzindo-se a caminhos que não estejam listados ou, até mesmo, realizando o que está dito para não ser feito.

Não trazemos como hipótese a afirmação de que a resistência a esse imperativo da felicidade seja a infelicidade, a dor, o sofrimento, mas a de que o sujeito resiste quando

consegue ser feliz com ações que não fazem parte das estratégias biopolíticas, ou quando o é justamente trilhando caminhos que estão no avesso do que é imposto. Exemplificando, hodiernamente, há pesquisas que procuram entender por que o cigarro causa a sensação de felicidade. Ele já foi bem visto, no entanto, vimos transformações na forma como circularam as representações tanto do cigarro, quanto do fumante, de modo que fumar já não se encontra no verdadeiro da época, ou seja, não é bem visto socialmente, postura embasada em diversos saberes e relações de poder que indicaram, a partir da Ciência, que havia muitos riscos nesse ato que poderiam levar à morte (SOUSA, 2015). Não se vê propaganda que incite ao ato de fumar, pelo contrário, podemos perceber discursos que vão contra isso e, mesmo com todas essas indicações contra o cigarro, o sujeito pode continuar fumando e se sentindo feliz naquele ato.

De modo semelhante acontece em relação ao corpo, cujo padrão é ser magro, saudável, belo e jovem. A mídia coloca que para ser feliz, o sujeito precisa ter um corpo fabricado, moldado, contudo, há pessoas que se aceitam e se sentem felizes com o seu corpo gordo, não entrando, portanto, na lógica biopolítica. A classe chamada de “GG” ganha cada vez mais espaço na moda, no consumo e na cultura pop, apesar de não estar inserida no padrão normativo corrente.

Existe certamente uma pressão para que o sujeito se relacione. Diz a regra que para ser feliz o indivíduo tem que estudar, casar, ter filhos, fazendo pessoas que vivem sozinhas parecerem incapazes e incompetentes. As pesquisas sobre o comportamento humano mostram um componente fundamental: somos gregários, ou seja, somos o que somos porque vivemos em comunidade. Ausentar-se desta, assim, seria motivo de sofrimento, no entanto, pessoas podem optar por esse modo de viver e se sentirem felizes com a escolha.

As drogas estão completamente fora de um plano biopolítico que as faça serem usadas pelos indivíduos, isso porque é de conhecimento de todos os riscos que se pode correr ao se tornar usuário (tanto riscos que afetam a saúde, quanto os que são causados pela violência), mas é completamente possível que pessoas continuem a utilizar, mesmo com campanhas governamentais alertando, proibindo e mostrando a infelicidade que pode ser uma consequência desse uso. Mas as pessoas podem não só fazerem uso, como também mostrando felicidade no ato, assim como o fazem em relação a drogas que ainda são consideradas lícitas, mas que já são indicadas como maléficas à saúde.

Considerações finais

Nos caminhos que traçamos até aqui, vimos algumas perspectivas teóricas e práticas para atingir o objetivo de analisar o discurso da felicidade na mídia e explicar como ocorre a relação saber-poder na produção das subjetividades referentes ao sujeito feliz na contemporaneidade, tendo como fio condutor a noção de biopolítica e de governo em geral.

No decorrer da Dissertação, observamos que há uma demanda discursiva sobre a felicidade. Essa reivindicação fundamenta-se no entrelaçamento dos discursos da mídia, da Ciência, incluindo a Medicina e a publicidade. Esses discursos partem do princípio normativo de uma biopolítica que aponta para a ideia da possibilidade de uma felicidade constante e duradoura, por meio de mecanismos discursivos variados que mostram como ser feliz na contemporaneidade, determinando as formas mais eficazes para se alcançar tal realização, que é colocada como pessoal.

As práticas da biopolítica são exercidas por todas as esferas da sociedade, vale destacar a geração excessiva de informações sobre a felicidade e os riscos que a depressão pode trazer à população, ao mesmo tempo em que indiscriminalizam os diagnósticos e medicalizam a tristeza, encaixando-a num quadro de patologia. Diante disso, podemos perceber que a proposta que a contemporaneidade nos faz em relação à dor está ligada a uma promessa de extinção do sofrimento. Esse objetivo seria alcançado tanto pela abreviação das vivências dolorosas por meio de medicamentos, quanto através do consumo constante de bens materiais que “supririam” o vazio do ser. Há, pois, um apelo econômico no escopo desse desprezo à tristeza, tendo em vista que ela não é produtiva ao capitalismo, diferente da felicidade.

Diante do que foi posto, em relação à felicidade, mais um exemplo da fluidez em nossa contemporaneidade, podemos dizer que a mídia estimula uma representação em relação aos desejos dos sujeitos, para que, dessa forma, eles possam se incluir no meio das discursividades pré-estabelecidas, ou seja, que eles sejam consumidores em potencial e cada vez mais se insiram nessa ordem, além de estarem cada vez mais produtivos socialmente.

Além disso, houve um deslocamento do sentido da felicidade, que antes era um estado de exceção e na contemporaneidade passa a ter uma ideia de permanência. Ademais, houve também um deslocamento da noção de Bem Supremo, outro aspecto bastante importante para o modo como se encara a felicidade atualmente, seguido de outro aspecto importante que também se transformou historicamente, como a possibilidade de o indivíduo poder controlar o

imprevisível, assim como passarmos a ver a individualidade como valor, o que delineou o modo que a sociedade passou a entender as nossas ações como determinantes para a obtenção do bem-estar.

A necessidade, posta como base de sustentação social, adquire relevância por meio do apelo psicológico, que expressa os desejos, as carências e necessidades do sujeito, ou seja, tudo aquilo que lhe falta. Neste sentido, a mídia sempre mostra meios pelos quais o sujeito pode alcançar a felicidade, enfatizando o que é valorizado socialmente, trazendo, dessa forma, indicações por formas mais sutis que perpassam os discursos de como o sujeito deve se vestir, agir e se comportar no meio onde vive.

Podemos notar que a dimensão que se configura como preponderante é a do capital e a do mercado. As empresas farmacêuticas estão envolvidas neste processo, apresentando como saída a intervenção medicamentosa e estabelecendo um ciclo em que os grandes lucros da indústria são alimentados pelos financiamentos de pesquisas, bem como pela prescrição que os profissionais de saúde fazem quando assumem a medicação como primeira alternativa em suas intervenções.

Além do que foi dito, não podemos nos esquecer da resistência à influência exercida nesse processo das relações de poder, visto que Foucault a coloca como algo muito importante, condição de existência do embate, fato constitutivo e estruturante do discurso. Dessa forma, chegamos à conclusão de que por mais que boa parcela da população assimile as orientações biopolíticas que conduzem à felicidade por diferentes meios, existe a possibilidade de resistência, que não seria a infelicidade, mas a própria felicidade sendo posta em contornos diferentes ou, até mesmo, inversos, indo, muitas vezes, na contramão das técnicas do “fazer-viver”.

Destaque-se, ainda, que a temática da felicidade tem sido bastante fértil ao longo da história, pois tem grande importância para a origem da Filosofia, mas, vale salientar, que atualmente discussões sobre seus variados aspectos estão sendo elaboradas, e este trabalho faz parte desse compromisso não só de reconstruir a ideia que ela representou ao longo dos anos (a fim de entender como é encarada hoje e o porquê), mas também de apresentar as estratégias midiáticas usadas para guiar a população a um significado produtivo socialmente por meio da biopolítica. No entanto, reconhecemos que ainda há muito a se discutir sobre a felicidade e suas particularidades, por isso, não consideramos encerrada a finalização desta dissertação, tendo em vista que ela pode ser o motor propulsor para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: FLIFLEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto
- ASSIS, M de. Memórias póstumas de Brás Cubas. [1881]. São Paulo: Ática, 1985)
- BROWN, P. La vie de Saint Augusti. Paris: Seuil, 1971.
- ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 15-37.
- ALDINO, Tatiana Fagundes. **O imperativo da felicidade na contemporaneidade**. Dissertação (mestrado) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 39- 62.
- BEZERRA Jr, Benilton. A psiquiatria e a gestão tecnológica do bem- estar. In: FREIRE FILHO, João. (Orgs.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 117- 134.
- BARROS, A.I.V. Estudo da prevalência de perturbações depressivas nos doentes da consulta externa do H. A. N. Extensão Trindade de 2004-2008. Disponível em WWW: URL: HTTP: handle.net/123456789/271. Acesso em 10 de maio de 2017.
- BROWN, P. La vie de Saint Augusti. Paris: Seuil, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BIRMAN, Joel. Muitas felicidade?! O imperativo de ser Feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, João. (Orgs.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 27-47.
- BINKLEY, Sam. A felicidade e o programa de governamentalidade neoliberal. In: FREIRE FILHO, João. (Orgs.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 83-104.
- BARACUHY, Maria Regina. **Análise do Discurso e Mídia: nas trilhas da identidade nordestina**. Veredas online. n. 2, 2010. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-131.pdf>.

CHAUÍ, Marilena. Heidegger, vida e obra. In: **Prefácio**. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

COURTINE, J. J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: Ed UFSCar, 2009.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Organização de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASCAIS, Antônio Fernando. Da biopolítica após Foucault: sustentabilidade dos sistemas e vidas insustentáveis. In: NALLI, Marcos; MANSANO, Sonia Regina Vargas. (Orgs.). Michel **Foucault: desdobramentos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, p. 173-198.

CAPONI, Sandra. Viver e deixar morrer: biopolítica, risco e gestão das desigualdades. In: NALLI, Marcos; MANSANO, Sonia Regina Vargas. (Orgs.). Michel **Foucault: desdobramentos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, p. 229-246.

DUMAZEDIER, joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3ª ed. São Paulo, SP -PERSPECTIVA. 2004.p. 17-202.Coleção Debates.

DELEUZE. Gilles, Post- scritum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**, 1971-1990. Trad.PeterPálPelbart. 7. Ed. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 219-226.

EPICURO. **Carta sobre a felicidade**: a Meneceu. Tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza.- 1ª edição- São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. FREIRE FILHO, João. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 296 p.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco**- a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos, (orgs.). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Paulo: Editora Clara Luz, 2007, p. 11-22.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES, Júnior José Antônio. Mutações da noção-conceito de sujeito na Análise do Discurso. In: **III Seminário de pesquisas em Análise do Discurso- Sujeito e subjetividade**. Uberlândia: UFU, 2008.

FORTES, I. O sofrimento na cultura atual: hedonismo versus alteridade. In: PEIXOTO, C. A. (org.). **Formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

_____. **A psicanálise face ao hedonismo contemporâneo**. Revista Mal-estar e subjetividade, V.9, p. 29-40, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. In MOTTA, M. B. (Org.). Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e Escritos, V. 4).

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 74 p.

_____. **Microfísica do Poder**. 25. Ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

_____. **Arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Eu Sou um Pirotécnico**. In: POL-DROIT, R; FOUCAULT, M. Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006, p.67-100.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a, p. 273-295.

GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

GREGOLIN, Maria do R. V. Análise do Discurso: o sentido e suas movências. In: GREGOLIN, M.R.V.; CRUVINEL, M.F.; KHALIL, M. G. (Orgs.) **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara, SP: Laboratório Editorial/Acadêmica, 2001, p. 9-34.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem-discurso, poder, subjetividades**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis, 1989.

HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII: de Montequieu a Lessing*. Lisboa: Presença, 1989.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JAQUET, Gabriela. É preciso questionar o presente: **Foucault, o diagnóstico, a Aufklärung**. UFRGS, 2013.

MATHIESEN, Thomas. “A sociedade espectadora. O „panóptico” de Michel Foucault revisitado”. Revista Margem – Tecnologia, Cultura, Nº 08. São Paulo: EDUC/FAPESP, dezembro de 1998, p. 77-95.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MCMAHON, Darrin. *Uma história da felicidade*. Trad. Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2009.

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, P. (Ed.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

MEDEIROS, C. S. O **conceito de felicidade na mídia e o estímulo ao consumo permanente**: a felicidade não tem preço? Famecos/PUCRS, Porto Alegre, n. 21, p. 35-42, 2009.

MEIRELES, C. Epigrama nº 2. In: _____. Obra poética. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1972, p. 85.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. Ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

MELO, V.D.S; DONATO, M.R.A. O **pensamento iluminista e o desencantamento do mundo**: Modernidade e Revolução Francesa como marco paradigmático. Revista Crítica histórica. nº 4, 2011. Disponível em <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O%20Pensamento%20Iluminista%20e%20o%20Desencantamento%20do%20Mundo.pdf>

MILLER, Toby. Felicidade ao estilo americano. In: FREIRE FILHO, João. (Orgs.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 105-115.

MONTEIRO, Maria Emanuele Rodrigues. Governamentalidade, biopolítica e biopoder: a produção identitária para o corpo velho nos discursos da mídia brasileira contemporânea. Tese (Doutorado), pelo Programa de Pós- Graduação em Linguística, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 240f.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas-SP: Pontes, 2001.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. EniOrlandi et AL. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 1997.

PERES, U. T. **Depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J. J. **Análise do Discursocomunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: Edufiscar, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (org.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 3. São Paulo: Cortez, p. 353-392, 2004.

PIOVEZANI, Carlos. Presenças do Curso de lingüística geral na Análise do Discurso. In: FIORIN, José Luís; FLORES, Valdir do Nascimento e BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). **Saussure: a invenção da lingüística**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 149-161.

PEREIRA, Tânia Augusto. **A biopolítica dos corpos na sociedade de controle**. In: Gragoatá V. 1, n. 34. Niterói, RJ: EdUFF, 2013. P. 317-330.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Porque a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

REVEL, Judith. Michel Foucault: **conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani- São Carlos: Claraluz, 2005.

SENELART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. In: **Tempos Social**. Revista de Sociologia da Usp, V. 7 (1-2), out. 1995, p.2.

SIBILIA, Paula. Em busca da felicidade lipoaspirada: agruras da imperfeição carnal sob a moral da boa forma. In: FREIRE FILHO, João. (Orgs.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 195-212.

SHELDON, K. M.; LYUBOMIRSKY, S. Is it possible to become happier? (And if so, how?). Social and Personality Psychology Compass, v. 1, n. 1, p. 129-145, 2007.

SOUSA, Kátia Menezes. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, I; NAVARRO, P. (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

SOUSA, Claudemir. **Governamentalidade, corpo e imagem:** a constituição do sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro. Dissertação (mestrado) pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. 138f

SILVA, José Josemir Domingos. **Do armário ao altar:** a constituição do sujeito homoafetivo nos jogos de verdade do discurso midiático. João Pessoa, 2014.

VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João. (Orgs.). **Ser feliz hoje:** reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 135-164.